

**UFSCAR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PPGPoI -PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

GABRIEL HENRIQUE BURNATELLI DE ANTONIO

**IGREJA UNIVERSAL E DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA
ABORDAGEM SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO FENÔMENO
POLÍTICO CONTEMPORÂNEO.**

SÃO CARLOS, 2011

GABRIEL HENRIQUE BURNATELLI DE ANTONIO

IGREJA UNIVERSAL E DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA
ABORDAGEM SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO FENÔMENO
POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

SÃO CARLOS, 2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A635iu

Antonio, Gabriel Henrique Burnatelli de.

Igreja Universal e democracia no Brasil : uma abordagem sobre as transformações do fenômeno político contemporâneo / Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

124 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Ciência política. 2. Esfera pública. 3. Democracia. 4. Cultura política. 5. Neopentecostalismo. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio**

03/03/2011

Prof. Dr. Milton Lahuerta
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli
Universidade Estadual Paulista/UNESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 09:30h no dia 03/03/2011.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Milton Lahuerta
Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Homologado na CPG-PPGPOL na
19ª Reunião no dia 27/04/2011.

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

Trabalho desenvolvido com apoio financeiro da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

“O novo sempre acontece à revelia da esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre. O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo”.

Hannah Arendt

Resumo:

Este trabalho procurou desenvolver como tema de fundo a dimensão crítica das transformações do fenômeno político contemporâneo, debruçando-se sobre os impactos deste movimento de transformação no Brasil em seu processo de redemocratização. Partindo, portanto, deste temário, o objetivo específico repousou no estudo das condições sociais e institucionais de emergência da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) enquanto sujeito político no Brasil democrático. Com este aporte, este trabalho buscou apontar que o amplo estoque de indivíduos em condições sociais de subalternidade, a parca experiência democrática substantiva em nossa história republicana e, a reboque, a carência histórica de construção de mecanismos austeros de empoderamento social facilitaram a emergência, nas últimas décadas, de interesses políticos tais quais apresentados nos dados coligidos a este respeito sobre a IURD: de caráter eminentemente corporativo, pouco preocupados com a esfera pública e com a construção de uma cultura cívica que oriente suas bases sociais para o exercício de uma cidadania bem compreendida.

Abstract:

This study sought to develop as its background theme the critical dimension of the contemporary political phenomenon, focusing on its impacts in Brazil's democratization process. Starting from this agenda, the specific goal rested in the study of social and institutional conditions for the emergence of the Universal Church of the Kingdom of God (IURD) as a political subject in Brazilian democracy. With this issue, this study tried to point out that the large stock of individuals in social subaltern conditions, the weak democratic experiment in the Brazilian republican history and the historical absence of mechanisms to build social empowerment facilitated the emergence, in recent decades, of political interests such as presented by the data collected about it from IURD: eminently corporate, unconcerned with the public sphere and with the construction of a civic culture that could guide its social bases for the enjoyment of a well understood citizenship.

SUMÁRIO

| | |
|--|--------------|
| INTRODUÇÃO..... | P.8 |
| CAPÍTULO I - ÉTICA ECONÔMICA, PLURALISMO E DEMOCRACIA NA ENCRUZILHADA: UM BALANÇO DAS TRANSFORMAÇÕES DO FENÔMENO POLÍTICO CONTEMPORANEO | |
| 1.1 Introduzindo a questão: o pluralismo democrático schumpeteriano..... | P.10 |
| 1.2 Pluralismo democrático, crise republicana e os dilemas da liberdade de ação na modernidade tardia..... | P.24 |
| CAPÍTULO II – CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL..... | P.40 |
| 2.1 Notas preliminares sobre religião e cultura política no Brasil contemporâneo: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus..... | P.54 |
| CAPÍTULO III – RELIGIÃO, POLÍTICA E ESFERA PÚBLICA: O CASO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS | |
| 3.1 Os pentecostais e a transformação no campo religioso brasileiro..... | P.58 |
| 3.2 A ausente identidade parlamentar e a construção social do poder político da IURD..... | P.80 |
| 3.3 Caudilhos e empreendedores na formação dos quadros religiosos da IURD..... | P.88 |
| 3.4 Mídia e Política na construção do circuito do poder Religioso..... | P.94 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | P.103 |
| BIBLIOGRAFIA..... | P.108 |
| ANEXO – PARLAMENTARES EVANGÉLICOS (LEGISLATURA 2007-2011) E A CRIAÇÃO DE PROJETOS DE LEI..... | P.114 |

INTRODUÇÃO

O intento deste trabalho é colocar em tela a dimensão crítica das transformações do fenômeno político contemporâneo no Brasil. Com isso, busca-se demonstrar que a carência histórica de mecanismos austeros de empoderamento social facilitou a emergência, nas últimas décadas, de corpos intermediários autoritários, de caráter eminentemente corporativo, ideológica e programaticamente esvaziados, pouco preocupados com a esfera pública e com a criação de uma cultura cívica que eduque suas bases sociais para uma cidadania bem compreendida. A operacionalização empírica deste argumento se deu através dos dados coligidos sobre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), expostos ao longo do trabalho, que corroboram este diagnóstico.

Deste modo, no primeiro capítulo busca-se apresentar um balanço da questão democrática contemporânea, através da demonstração de que o pluralismo democrático schumpeteriano e as teorias políticas *rational choice* que focalizam os procedimentos necessários para a definição mínima do que é uma democracia não respondem *per se* ao desafio de se desenhar as transformações do fenômeno político contemporâneo, tampouco as características próprias de absorção destas transformações no Brasil ao longo do recente período democrático. Neste bojo, objetiva-se averiguar de que maneira, concretamente, transformações econômico-institucionais em caráter global, combinadas com uma cultura política autoritária legada de regimes políticos anteriores, permitiriam evoluir o comportamento político da sociedade civil brasileira para padrões já estabelecidos em modelos avançados de democracia.

No segundo capítulo desponta uma análise a respeito do impacto de décadas de autoritarismo do Estado brasileiro na formação de uma esfera pública no Brasil¹, e mais especificamente, as articulações deste autoritarismo

¹ Realiza-se um balanço do caminho das interpretações sociais da escola paulista de sociologia – sobretudo de Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso –, uma vez que o conceito de sociedade civil que emerge neste debate será fundamental para a análise crítica da esfera pública brasileira.

com a esfera pública religiosa, que se constituirá doravante como recorte empírico para plasmar o debate teórico antecedente.

No terceiro e último capítulo, a análise volta-se plenamente para a estruturação política a partir da esfera pública religiosa, onde se cruzam um conjunto de dados recentes que apontam, em linhas gerais: o fortalecimento de um mercado religioso no Brasil; o crescimento – e os motivos do crescimento – do pentecostalismo, sobretudo de sua vertente mais recente, a neopentecostal, no conjunto da sociedade; os fatores que evidenciam o crescimento exponencial da IURD frente às demais denominações religiosas nos últimos anos; o perfil sócio-econômico do fiel desta igreja; a conjuntura de modernidade periférica, que explica o perfil destes fiéis; o perfil político-parlamentar da IURD; e, por fim, os interesses e processos institucionais e cognitivos – operados pelo *caput* da malha eclesiástica – que estabelecem uma práxis que transborda os limites estreitos de sua competência para agir enquanto empresa e estrutura corporativa em espaços institucionais de poder – mídia e política – e, assim, perpetuar a influência que tem sobre o *modus vivendi* de indivíduos negativamente modernos que, ao buscarem suporte imaterial para a restauração de suas referências de controle e, por conseguinte, para a conquista de espaços de ação no mundo social competitivo, reforçam, paradoxalmente, arcaísmos na estruturação da democracia a partir da sociedade civil – esta última, perscrutada através da IURD, posicionada entre os imperativos de uma ordem política e social competitiva e o controle político/corporativo ancorado no conservantismo que bloqueia avanços na construção de uma cidadania bem compreendida.

CAPÍTULO I – ÉTICA ECONÔMICA, PLURALISMO E DEMOCRACIA NA ENCRUZILHADA: UM BALANÇO DAS TRANSFORMAÇÕES DO FENÔMENO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

INTRODUZINDO A QUESTÃO: O PLURALISMO DEMOCRÁTICO SCHUMPETERIANO

Considerando que o constructo teórico doravante exposto é um importante avalista do *ethos* liberal-democrático - prevalecente enquanto doutrina e práxis política nas democracias consideradas avançadas – é objeto deste capítulo desenvolver, a partir de seus pressupostos, quais são as implicações desta corrente hegemônica de pensamento e ação na constituição e atualização hodiernas dos instrumentos de representação político-democrática de que se servem a sociedade civil. Mais do que isso, sob que aspectos - a partir dos desdobramentos histórico-processuais conducentes a um novo patamar de acumulação capitalista, que desorganizou em largo espectro os substratos cognitivo e político-institucional da sociedade industrial² nas últimas quatro décadas - o pluralismo democrático derivado dos pressupostos *rational choice* exprime uma crise na condição ontológica do fenômeno político contemporâneo, traduzida na incapacidade de concertação de interesses capacitados e capacitadores no tocante à construção de um pacto social refundido nos pilares da liberdade republicana de ação – a chamada liberdade positiva -, visto que o elemento-chave deste processo estrutural de desorganização política do capitalismo – a inserção do risco e da incerteza na rotina dos indivíduos e das instituições – derogou a primazia dos partidos políticos como sujeitos coletivos organicamente referidos às energias sociais que brotam de dentro da sociedade civil.

De início, não se pode esquecer que, ao se falar nos pressupostos pluralista-democráticos hegemonicamente estabelecidos, deve-se pagar tributo a Joseph Schumpeter, a partir do qual a teoria democrática do pós-guerra sofre

² Sociedade esta que se ergueu sob a égide do primado da ação republicana do Estado sobre a economia política e o bem-estar social.

importante inflexão. Ao escrever “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, obra publicada originalmente em 1942, Schumpeter extirpa toda a seiva bruta que irrigava a busca de um *telos* democrático, ao elidir a discussão deontológica que se travava no interior de um gradiente de posições polarizadas entre liberais e socialistas acerca dos critérios e valores que realmente coincidiriam com uma espécie de essência democrática - aquilo a partir do qual se poderia enunciar o verdadeiro bem-comum.

Assim sendo, Schumpeter assinalou que, nem liberdade individual nem igualdade social (grosso modo os valores precípuos dos credos democráticos liberal e socialista, respectivamente) são auto-sustentáveis do ponto de vista prático, ou seja, não oferecem, *per se*, a forma pela qual a democracia possa se transformar em um regime de governo operacional, factível, capaz de organizar politicamente a sociedade, garantir de maneira justa e equilibrada o exercício da soberania popular, gerenciar com eficiência os recursos (humanos e materiais) disponíveis e garantir o cumprimento de ações racionais e previsíveis. Schumpeter afirmou isto num momento histórico em que a democracia encontrava-se em crise nos principais centros políticos ocidentais, ao passo que a alternativa política para esta crise paradigmática tinha nos totalitarismos nazifascista e no socialismo soviético a sua mais profundamente iníqua expressão.

Revolvendo mais a questão, Schumpeter se serviu dos terríveis exemplos históricos existentes à sua época para advertir sobre os riscos escamoteados na sobrevalorização de determinados credos políticos em detrimento dos meios legítimos pelos quais diferentes interesses, visões e preferências políticas poderiam processar sua forma de expressão. O cerne da questão teórica schumpeteriana está na crítica realista tanto do consenso democrático baseado na metafísica da vontade geral quanto no suposto de que esta vontade geral é produto da qualidade racional, esclarecida e independente do juízo individual de todos os sujeitos politicamente implicados – os cidadãos. Nas palavras do próprio autor:

“(...) Embora se possa dizer que uma vontade comum ou algum tipo de opinião pública surja na mixórdia infinitamente complexa das situações,

volições, influências, ações e reações, individuais e de grupo, do “processo democrático”, ao resultado falta não apenas unidade racional, mas também sanção racional. (...) Para podermos argumentar que a vontade dos cidadãos *per se* é um fator político merecedor de respeito, ela primeiro deve existir. Ou seja, ela deve ser algo mais que um feixe indeterminado de impulsos vagos que volteiam em torno de palavras de ordem ou de impressões equivocadas. Todos teriam de saber precisamente o que desejam. Essa vontade definida teria de ser implementada pela capacidade de observar e interpretar corretamente os fatos diretamente acessíveis a todos e joeirar criticamente as informações sobre os fatos que não o são. Finalmente, dessa vontade precisa e desses fatos verificados ter-se-ia de tirar uma conclusão clara e *pronta* quanto às questões particulares, de acordo com as regras da inferência lógica – com um grau tão alto de eficiência geral, ademais, que se pudesse dizer da opinião de qualquer um, sem absurdo manifesto, ser tão boa quanto a de qualquer outro”³.

Esta extensa citação ilustra com propriedade o argumento de Schumpeter, que a um só tempo exterioriza agravo às teses do utilitarismo clássico de James Mill e Jeremy Bentham enquanto se aproxima da tradição do pensamento político dos federalistas norte-americanos. No primeiro caso, embora Schumpeter endosse a tese central do interesse maximizador de utilidades dos indivíduos, não concorda com a premissa de que existe um cálculo racional na busca pela ampliação destes benefícios e, no limite, discorda profundamente da existência de um desejo/interesse bem compreendido nas avaliações e escolhas dos indivíduos, cujas ações podem ser - e normalmente são - corrompidas por padrões e perspectivas voláteis, recortadas, distantes da *ficcional* realização do bem comum. No segundo caso, aparece como corolário uma preocupação que se dirige para os limites da ação

³ SCHUMPETER, J. Socialismo e Democracia. In **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, p.317.

humana na política, calcada no axioma madisoniano⁴ de que indivíduos ou grupos sem controle tendem a tyrannizar os demais. O objetivo de Schumpeter, neste caso, foi pôr cobro ao temor das facções majoritárias, às quais pesam sobre os ombros os exemplos concretos dos nacionalismos europeus da primeira metade do século XX, que dirigiram centripetamente os esforços dos partidos políticos⁵ e de seus respectivos líderes para a constituição de uma gigantesca facção homogênea e perigosamente arrivista: a nação.

O fascismo europeu representou de maneira pródiga aquilo que se pode chamar de “(...) um ideal de concentração nacional em que a vassalagem para com a nação liquidava todas as formas de identificação regional⁶”. A anulação das subjetividades e das lealdades infra e supranacionais foram o *leitmotiv* para a transformação das massas sociais em multiplicidade organizada, e o nacionalismo fascista enquanto ideologia organizacional preparou as bases de um processo de modernização que objetivava encarar o futuro e preparar a nação para competir e livrar-se do atraso, reapropriando-se da indústria e da tecnologia e reinterpretando as tradições. Os esforços prometéticos deste nacionalismo expressaram com clareza a irrupção de uma idéia de progresso que rejeitava o caráter agonístico do poder político e dava primazia à integração nacional através de uma plena integração econômica e política, sustentando com isso a anterioridade da nação sobre os indivíduos e classes sociais.

O fascismo como ideologia e fenômeno de integração política das massas subverteu, de maneira brutal, as matrizes iluministas de razão e esclarecimento⁷, dada sua conformação ético-política totalitária que propunha

⁴ Referência a James Madison, presidente dos Estados Unidos entre 1809 e 1817 e co-autor, junto com John Jay e Alexander Hamilton, de *O Federalista*, opúsculo que contém as bases político-ideológicas da Constituição Norte-Americana.

⁵ Tanto o Partido Nacional Fascista Italiano como o Partido Nazista Alemão são exemplos históricos de partidos de massas devotados à construção de uma argamassa ideológica totalitarista, fixada no primado do culto heróico da nação.

⁶ GUIBERNAU, M. Nacionalismo, Racismo e Fascismo. In **Nacionalismos. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p.102.

⁷ Existe um amplo gnosticismo profascista que, no século XIX europeu, assumiu a metáfora da *forma orgânica* como reação romântico-conservadora ao iluminismo, ao racionalismo e ao utilitarismo. Este organicismo romântico estabeleceu-se através de uma unidade contraditória de duas metades, uma conservadora e outra revolucionária. De acordo com Bolívar Lamounier, “na segunda metade do século [XIX], notadamente a partir de 1870, a metade conservadora funde-se com o positivismo, dando como resultado a sociologia histórico-organicista à la

suprir as ausências materiais, intelectuais e psicológicas das energias sociais existentes, antecipando assim um programa de transformação econômico-social que tinha como fulcro a retirada compulsória dos indivíduos de sua condição atomística e desorganizada, com o fito de varrer de roldão manifestações coletivas e individuais de irracionalidade e apelo místico diante de processos históricos de modernização carentes de interpretação e de estruturas sociais capazes de capitanear e dirigir o curso de ação destes processos. Nas palavras de Montserrat Guibernau,

“o fascismo aflora como uma saída para o idealismo e o auto-sacrifício. Seu caráter não-democrático expressa-se na influência exercida sobre sua ideologia pelas teorias elitistas da sociedade, como as de Pareto, Sorel, Mosca ou Nietzsche. O fascismo é uma atitude diante da vida que envolve todos os aspectos do indivíduo”⁸.

Vale lembrar que o fascismo possui ascendência histórica. Portanto, processos de industrialização e de integração política feitos a partir do Estado, distintos do modelo liberal inglês - preconizado por Marx como tendencial no desenvolvimento econômico capitalista -, aconteceram primeiro na Alemanha de Otto von Bismarck na segunda metade do século XIX, onde a centralização política e o rápido avanço econômico tiveram lugar sem que houvesse ainda uma sociedade burguesa completamente liberalizada⁹.

A primazia do Estado como galvanizador da organização político-industrial, à revelia dos processos de formação espontânea de estruturas político-econômicas intermediárias dentro da sociedade, constituiu-se, na primeira metade do século XX, como alternativa histórica ao primado filosófico

Gumprowicz, cuja influência sobre os críticos elitistas da democracia liberal – Mosca, Pareto, Michels – é bem conhecida. A metade revolucionária inspira-se no aspecto fáustico, criador, carismático, esteticista, do Romantismo. Sua tradução no plano político é invariavelmente voluntarista, mobilizante, quer na definição fichteana da Nação e do Estado, quer em sua forma anarquista, quer, finalmente, no mito soreliano. A ideologia fascista italiana se configura precisamente na junção destas duas correntes, com a contribuição adicional da ‘psicologia coletiva’ de Tarde, Sighele e Le Bon, e das diversas modalidades de antiintelectualismo e anti-racionalismo do fim do século: Bergson, Nietzsche, William James” (LAMOUNIER: 1978, p.362).

⁸ Idem, p. 103.

⁹ GIDDENS, A. Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo. *In Política, Sociologia e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p.78.

do liberalismo clássico do século XIX, fato que se explica não só pela ausência de classes modernizadoras no conjunto social dos países de desenvolvimento tardio do capitalismo, mas também em virtude das associações espúrias¹⁰ realizadas entre os benefícios materiais gerados pelos progressos da tecnologia industrial e o fim dos óbices à plena realização da emancipação humana¹¹.

Schumpeter identificou este sintagma e, a partir dele, verificou nas organizações políticas totalitárias um esboço malsucedido de transformação social que, em registro weberiano, significou a radical transposição da burocracia e da racionalização do mundo à dinâmica da vida social, o que implica em dizer que a rotinização dos atos da racionalização da ordem social moderna impôs o irracionalismo quanto aos objetivos que se deve perseguir. Ou seja, a fixação unívoca da razão no campo das ciências naturais colocou em pauta o problema da administração instrumental das sociedades, revestida nas tecnologias sociais de dominação em massa, que transcendiam as coerções militares e o uso indiscriminado da violência, se desdobrando no desenho da vida cotidiana das pessoas através dos instrumentos técnicos de organização do trabalho – através do chamado taylorismo¹² - e de padronização cultural - de que a propaganda política, a publicidade e, grosso modo, a indústria cultural, são exemplos notórios.

¹⁰ Pode-se citar como exemplo o Futurismo, vanguarda estética do início do século XX, cujo principal expoente foi o poeta italiano Filippo Marinetti. Animados por pressupostos filosóficos do positivismo de Augusto Comte, os adeptos do futurismo basearam suas obras nos desenvolvimentos tecnológicos do final do século XIX, na exaltação da guerra e da violência. Os excertos a seguir, retirados do libelo publicado por Marinetti acerca da ocupação das tropas da Itália fascista na Etiópia em 1935, apontam para os elementos que conferem sentido às concepções estéticas e filosóficas do Futurismo: “[...] a guerra é bela porque, graças às máscaras contra gás, ao microfone terrífico, aos lança-chamas e aos pequenos carros de assalto, ela funda a soberania do homem sobre a máquina subjugada. A guerra é bela porque ela concretiza, pela primeira vez, o sonho de um homem de corpo metálico. [...] A guerra é bela porque ela cria novas arquiteturas, como aquelas dos grandes carros, das esquadrilhas aéreas de forma geométrica, das espirais de fumo subindo das cidades incendiadas e ainda muitas outras. (...) Escritores e artistas futuristas (...) lembrai-vos desses princípios fundamentais de uma estética de guerra, a fim de que seja esclarecido (...) o vosso combate por uma nova poesia e uma nova escultura!” (*apud* BENJAMIN: 1994, pp.195-196).

¹¹ A crítica histórico-filosófica desta relação espúria encontra-se brilhantemente exposta por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), em sua obra “Dialética do Esclarecimento”, publicada originalmente em 1944.

¹² Taylorismo é um modelo de administração científica desenvolvida pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915). Caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional.

Isto posto, Schumpeter pontificou que, a despeito de o taylorismo ter se transformado em um mecanismo efetivo de reforma do senso de juízo e realidade das pessoas, aplicando sobre cada indivíduo uma pressão firme no sentido da racionalidade em qualquer nível industrial ou comercial¹³, os grandes temas nacionais permaneciam incólumes no universo psíquico do homem médio colonizado por este tipo de racionalidade, uma vez que sobre tais assuntos de largo espectro os indivíduos/eleitores

(...) são maus juízes, freqüentemente corruptos e muitas vezes até mesmo (...) maus juízes de seus próprios interesses de longo prazo, pois apenas a premissa de curto prazo diz alguma coisa politicamente e apenas a racionalidade de curto prazo se afirma de modo efetivo¹⁴.

Contrastando a ficção política da nação com a experiência concreta da vida política dos cidadãos comuns, Schumpeter assinalou o que considera uma ausência de desejo efetivo (vontade) que, nas palavras do autor, seria a “contraparte psíquica de uma ação responsável e com objetivos”¹⁵. Para Schumpeter, isto se deve ao fato de que o cidadão é “(...) membro de uma comissão não-operacional, a comissão de toda a nação, e é por isso que dedica menos esforço disciplinado num problema político do que num jogo de bridge”¹⁶.

O isolamento dos cidadãos em relação à rotina e aos problemas de uma grande organização política como o Estado Nação é um fato que se encontra na raiz de uma questão dilemática da teoria democrática moderna, qual seja, o problema da coexistência de duas formas de liberdade – a positiva e a negativa -, questão esta que foi introduzida ao longo do século XIX pela pena de clássicos como Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville, ganhando profunda importância e revitalização com a consolidação dos processos de inclusão

¹³ SCHUMPETER, J., op. cit., p.323.

¹⁴ Idem, p.326.

¹⁵ Idem, p.327.

¹⁶ Idem.

política das massas e de centralização político-administrativa do Estado moderno durante a primeira metade do século XX.

Constatada a dificuldade real de participação ativa, efetivamente constituída por uma vontade autoconsciente, dos cidadãos; ou ainda, excluída a possibilidade histórica de concretização do ideal hegeliano de integração plena da vida social na esfera da eticidade¹⁷, a teoria democrática que se desenvolve a partir de Schumpeter começa a lidar com a problemática dos procedimentos mínimos indispensáveis para a concretização do regime democrático enquanto *forma*, ou seja, enquanto método segundo o qual seja possível a justaposição dos princípios da soberania popular e da competição político-partidária. Disso decorre o axioma schumpeteriano segundo o qual a democracia é um *método de seleção de elites*.

Ao asseverar o primado da competição política no processo democrático, Schumpeter fundou as bases de uma teoria democrática liberal em cujo solo se assentou a enunciação weberiana de que a ação social dos indivíduos não persegue um *telos*, mas diversos fins. À mixórdia dos interesses privados dos indivíduos, desobrigados e até mesmo incapazes de lidar com os problemas de grandeza nacional, devem estar os partidos políticos a avocar estes interesses transformando-os em plataforma de campanha eleitoral. Dito em outros termos, enquanto a cláusula pétrea da sobrevivência dos partidos é a busca por maximização de eleitores, a estes, por seu turno, os partidos se lhes prefiguram como empresas competitivas a disponibilizar ofertas de maximização de interesses.

Os desencantamentos do papel revolucionário dos partidos políticos, do ideal republicano e da metafísica da nação são, por negação, os balizamentos históricos deste projeto democrático que visa à assunção do mercado como idéia-força na construção de padrões de conflagração da competição na esfera político-eleitoral. A democracia liberal escudada nas leis de mercado, que transforma os partidos em empresas capitalistas, operou uma verdadeira divisão do trabalho na política em cujo seio se completa um movimento

¹⁷ HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a teoria social da *realphilosophie* de Jena. In **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

histórico de disjunção da relação orgânica entre os dirigentes e a base. Os homens de partido se transmutaram em homens de negócios, assumindo coetaneamente os papéis de empreendedorismo político-eleitoral e de gestão de uma complexa engrenagem burocrático-partidária que envolve um conjunto de técnicos e especialistas que assessoram, por sua vez, as decisões do *petit-comité* de notáveis dos partidos.

Robert Michels chamou este fenômeno de “lei de ferro das oligarquias”, ao analisar o processo conducente à transformação do comportamento das elites intelectuais de esquerda e à burocratização e desradicalização ideológica dos sindicatos e partidos operários europeus nas primeiras décadas do século XX. A respeito da força inexorável de concentração de poder nas mãos das cúpulas destas organizações, Michels escreveu que:

“A incapacidade das massas em gerir seus próprios interesses torna necessária a existência de homens de negócios que se ocupem destes por elas. Se examinarmos sob este ponto de vista, não acharemos ruim que os chefes, às vezes, imponham às massas a sua direção. A eleição completamente livre dos chefes pelas massas pressupõe que estas possuem a competência necessária para estar em condições de reconhecer e apreciar a competência dos chefes. Em outras palavras, a designação das capacidades supõe a capacidade da designação”¹⁸.

Michels¹⁹ não conseguiu captar que, paulatinamente, ao longo do século XX, a lógica das organizações burocráticas foi evoluindo e se amoldando às formas do Estado parlamentar e constitucional. A física dos interesses foi assim encontrando seu substrato na combinação dois processos distintos e complementares. De um lado, reiterando a premissa básica do mercado como forma de atividade humana através da qual todas as partes interessadas estão,

¹⁸ MICHELS, R. Superioridade intelectual dos chefes profissionais, incompetência formal e real das massas. In **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982, p.56.

¹⁹ É sabido que Robert Michels, ao romper com os fundamentos mecanicistas e deterministas do marxismo, levantou uma interpretação voluntarista da história, aberta a outros protagonistas como a nação e o Estado. Isto posto, Michels ficou conhecido pelo seu tom desiludido em relação à democracia e por sua tendência elitista, que o teriam aproximado do fascismo italiano.

conceitualmente, aptas a obter vantagens. De outro, restringindo, canalizando e regulando a ação do mundo dos interesses através do já mencionado processo de divisão do trabalho na política, que conferiu primazia às organizações estruturadas no modelo da empresa capitalista moderna.

Assim sendo, o caráter empresarial de que se revestiram os partidos os fez se tornarem mais aptos a vicejarem no interior de um regime político democrático pluralista/competitivo; paradoxalmente, os tornou menos porosos à participação popular, fato este que se percebe com apenas um passar de olhos na estrutura interna dos grandes partidos políticos das principais democracias ocidentais. Com precisão cirúrgica, Weber definiu da seguinte maneira esta condição:

Em sua estrutura interna, todos os partidos vão passando (...) paralelamente à racionalização crescente da técnica das campanhas eleitorais, para a organização burocrática. (...) Todas as associações políticas de certa extensão, isto é, cujos território e campo de tarefas ultrapassam os de pequenos cantões rurais, e com eleições periódicas dos detentores de poder, exigem a empresa política de *interessados*. (...) É impossível imaginar, em associações grandes, a realização de eleições sem essa organização, que na prática significa a divisão dos cidadãos com direito de voto em elementos politicamente ativos e politicamente passivos²⁰.

Como se percebe, esta linguagem política ancorada nas leis de mercado transformou a competição eleitoral no *locus* hegemônico de formação de lideranças políticas. Mais ainda, nesta linguagem foram cevados os comportamentos, atores e agências de socialização políticos mais intensamente institucionalizados e, portanto, com maior instrumentação e tirocínio para exercer pressão e influência sobre os espaços autorizados de conflito e concertação de interesses.

²⁰ WEBER, M. Partidos e Organização Partidária. In **Economia e Sociedade (vol. II)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, pp.547-548.

No âmbito da estruturação social da política, ou melhor, dos condicionantes sociais do associativismo político, isto significa que o processo de inclusão voluntária dos indivíduos em esferas intermediárias de representação – ou seja, não só dos partidos constitucionais, como também dos sindicatos, grupos de interesse e demais associações voluntárias – secundou o crescimento da experiência da ação coletiva coordenada pela dinâmica das oligarquias e do comportamento utilitário-racional²¹.

A lógica da ação coletiva que passou a orbitar de maneira predominante a física dos interesses passou a postular que a contribuição de cada membro participante de uma organização para a obtenção de um benefício coletivo diminui à medida que aumenta o número de integrantes dessa organização. É por isso que as organizações (neste caso, os grupos de interesse) recorrem, com frequência, ao pequeno grupo – comitês, subcomitês e pequenos grupos de liderança, que tendem a desempenhar um papel crucial.

Mancur Olson (1999) lançou os fundamentos preditivos do comportamento (típico-ideal) racional-utilitário que medeia o processo de criação e sustentação dos grupos de interesse de caráter voluntário. Em seu trabalho, Olson procedeu à classificação dos grupos de interesse de maneira análoga à classificação de grupos dentro do contexto de mercado.

No âmbito correspondente ao oligopólio de grupos inseridos no mercado, há dois tipos de grupos fora do contexto de mercado: grupos privilegiados e grupos intermediários. Nos grupos privilegiados, pelo menos um de seus membros tem incentivo de conseguir o benefício, mesmo que ele tenha de arcar sozinho com o ônus todo. Nos grupos intermediários, nenhum integrante do grupo recebe uma parte suficientemente grande do ganho a ponto de incentivá-lo a prover o benefício, ao mesmo tempo em que não tem tantos integrantes a ponto de um membro não perceber se outro está ou não ajudando a prover o benefício coletivo. Em tal organização, o benefício pode ser obtido ou pode não ser, mas em hipótese alguma o benefício será obtido sem que haja uma coordenação ou organização grupal. O grupo análogo à

²¹ Cf. LIPSET, S. M. (1967) para uma análise mais detalhada dos condicionantes sociais que propiciaram o governo privado oligárquico ou ditatorial nos sindicatos trabalhistas.

competição atomizada na situação fora do contexto do mercado é o grupo muito grande, denominado como grupo latente. Ele se distingue pelo fato de que, se um membro ajudar ou deixar de ajudar a prover o benefício coletivo, nenhum outro membro será significativamente afetado, o que retira o interesse de cada indivíduo em contribuir.

O fato a ser sublinhado a partir desta taxionomia dos grupos de interesse é que o comportamento apetitivo dos indivíduos é tido como imanente na construção de vínculos voluntários de cooperação e ação coletiva. A ausência de organismos indutores (p. ex. os partidos políticos, na acepção gramsciana do termo) de compromissos ideológicos que unam os indivíduos em torno de um *dever* histórico desponta, à luz dos pressupostos democráticos ora discutidos, como efeito-demonstração do comportamento racional, em função do qual o sistema e os atores políticos se ajustam na busca do hígido controle democrático.

Neste sentido, o raciocínio olsoniano é paradigmático, pois não só declina – como assim o fizera Schumpeter – os perspectivismos utópico/histórico/deontológico que orientam a política para a ação e para a consecução de objetivos, como realça aspectos procedimentais/formais da democracia liberal, propugnando o desenho de incentivos seletivos²² como condição necessária e suficiente para a efetivação do associativismo político no bojo da sociedade civil.

Linhas gerais, a ênfase nos critérios garantidores da competição eleitoral entre os partidos políticos é o legado fundador que Schumpeter deixou para o *mainstream* teórico democrático do pós-guerra - no interior do qual uma parcela significativa da *intelligentsia*²³ passou a radicar suas reflexões aprimorando a

²² Olson afirma que “somente um incentivo independente e seletivo estimulará o indivíduo racional em um grupo latente a agir de maneira grupal. (...) O incentivo deve ser seletivo no sentido de que aqueles que não se unam à organização que trabalha pelos interesses do grupo ou não contribuam de outras maneiras para a promoção dos interesses do grupo possam ser tratados de forma diferente em relação àqueles que colaboram. (...) Um grupo latente que tenha sido levado a agir pelos interesses grupais, seja por coerção dos membros, seja pelo estímulo de recompensas positivas a ele oferecidas, será chamado aqui de grupo latente mobilizado” (1999: p.63).

²³ Luiz Werneck Vianna trabalhou este tema a partir da emergência dos interesses na constituição da agenda acadêmica das Ciências Sociais brasileiras nos anos 1970. Cf. VIANNA, L. W. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. *In A Revolução Passiva. Iberismo e Americanismo no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

linguagem axial do mercado como ferramenta para a construção da quadratura de mediações que vieram a constituir o circuito do poder das instituições/organizações políticas democráticas.

Isto posto, um inesgotável campo teórico na Ciência Política passou a se envolver na difícil tarefa de isolar e estudar fenômenos e atores políticos (partidos, eleições, burocracia, grupos de interesse, instituições, etc.), utilizando-se para isso de um pressuposto lógico: toda ação social é racional, e toda a racionalidade inscrita nesta ação encontra sua vitalidade quando acoplada à idéia de interesse, subjacente à ética do *homo economicus*. Na esteira da assertiva schumpeteriana de que à Ciência Política a Economia emprestou uma teoria, o fenômeno político contemporâneo passou a ser estudado como corolário de processos institucionais da modernidade que culminaram com a secularização da norma, a burocratização das instituições e certa aquiescência coletiva em torno do mercado como lócus privilegiado de interpretação do sentido da racionalidade inscrita nos processos de decisão e negociação coletivas existentes na política.

O entendimento que se faz acerca da imanência do *homo economicus* no campo da política criou uma espécie de aprofundamento do primado da ação social weberiano, na medida em que há um paulatino esgotamento, na teoria política contemporânea, de análises que expliquem o fenômeno político como derivação – ou tomada de consciência – de antagonismos e clivagens produzidos no campo do social, ou, em outras palavras, como forma acabada de uma correlação de forças que se configura alhures - no aprofundamento das contradições impostas pelo capitalismo.

Outrossim, esgotam-se também as explicações funcionalistas que se ocupam em entender o *papel* do Estado em sociedades complexas, nas quais estão presentes pressupostos consubstanciais à uma concepção orgânica do Estado como plexo normativo do agregado social produzido pelo permanente processo de divisão do trabalho. No limite, trata-se de uma guinada epistemológica importante, posto que a Ciência Política de hoje está cada vez mais acostumada a lidar com conceitos como *atores políticos* e *instituições*, e menos propensa a pensar o fenômeno político a partir de categorias tão amplas e estruturais como *classe* e *Estado*.

A argamassa teórica de importantes modelos preditivos que reputam a análise de ações políticas a partir do envolvimento de múltiplas determinações fundadas no primado do interesse encontra-se presente na chamada Teoria da Escolha Racional. Esta, por seu turno, reapropria-se de um conjunto de princípios econômico-filosóficos constantes do movimento filosófico conhecido como Utilitarismo.

Para Jeremy Bentham, um dos expoentes - junto com James Mill - da filosofia utilitarista, o homem é um ser que deseja a felicidade, e em todos os seus atos - enquanto permanecer vivo - residirá como subtexto de sua ação o permanente desejo de ampliação de sua própria felicidade. Para Bentham, “en el curso general de la existencia, en todo corazón humano, el interés de la propia consideración predomina sobre todos los demás en conjunto”²⁴.

O aforismo utilitarista do indivíduo como maximizador de prazer, felicidade, ou ainda utilidade, engendrou um tipo singular de individualismo, diferente do individualismo ético kantiano, calcado no imperativo categórico, uma vez que a atividade apetitiva do indivíduo maximizador de prazer não supõe uma idéia de justiça, mas de adequação de meio a fins, que tem como fulcro uma tautológica referência ao mercado e às relações de troca como forma de atividade que lança o processo de auto-realização dos indivíduos. Desta feita, são nas relações de mercado que se constituem as idiosincrasias, as estratégias de maximização de prazer, as regras de estabelecimento dos termos de troca, em suma, as condições necessárias para a concretização dos desejos que caracterizam a psicologia do *homo economicus*.

Segundo James Buchanan e Gordon Tullock, o postulado individualista metodológico entretece a Teoria da Escolha Racional na medida em que esta entende que a atividade política é uma atividade de mercado, um esforço cooperativo de indivíduos racionais que buscam condições de obter vantagens diferenciadas por meio do intercâmbio de interesses controlado por regras consensuais no plano da tomada de decisões²⁵.

²⁴ BENTHAM, J. La psicología Del hombre económico. México: Fondo de Cultura Económica, 1978, p.03.

²⁵ BUCHANAN, J. y TULLOCK, G. Ética democrática y eficiencia económica. In El cálculo del consenso – Fundamentos lógicos de la democracia constitucional. Madrid: Espasa- Calpe SA, 1990.

Em cima disso, ganhou espaço neste tipo de literatura o entendimento de que a política é fruto de jogos, estipulados por regras e arenas de negociação específicas, onde atores políticos fazem seus cálculos e estabelecem um curso de ação de acordo com os estímulos e os limites impostos pelas condições preestabelecidas para o jogo.

Em resumo, pela lógica do individualismo metodológico, o comportamento individual dos homens que agem em concurso para a tomada de uma decisão política encontra-se respaldado numa intenção consciente, teleológica, que informa *ex ante* o sentido da interação social; ou ainda, noutros termos, a ênfase na importância das intenções de indivíduos isolados, que interagem entre si como mônadas que concorrem ou cooperam entre si segundo uma racionalidade conhecida de antemão, contribui para a construção de uma imagem do fenômeno político contemporâneo baseada num esquema monológico, cercado por todos os lados pelo pressuposto da linguagem dos interesses²⁶.

PLURALISMO DEMOCRÁTICO, CRISE REPUBLICANA E OS DILEMAS DA LIBERDADE NA MODERNIDADE TARDIA

Em aditamento à ontologia do indivíduo apetitivo, maximizador de utilidades, do pluralismo-democrático de matriz schumpeteriana, existe uma outra corrente do pensamento democrático a julgar que esta democracia liberal vigente reflete ainda uma segunda condição ontológica, segundo a qual os indivíduos - dissolvidos na trama dos interesses privados – estariam aptos a dedicar seus esforços a uma pluralidade de assuntos, interesses e estilos de vida isentos de ataduras rígidas.

²⁶ A expressão “linguagem dos interesses” é um termo emprestado de Rubem Barboza Filho. Cf. FILHO, R. B. As linguagens da democracia. *In Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol.23, nº67, pp.15-38.

Esta ontologia do “mundo livre” tem preconizado que o fim do comunismo e o debilitamento das identidades coletivas tornou possível a concretização de um mundo sem inimigos, onde, graças à globalização e à universalização da democracia liberal, um futuro cosmopolita que trouxesse paz, prosperidade e a implementação dos direitos humanos estaria sendo antecipado²⁷. Chantall Mouffe (2005) chamou a atenção para este sentido comum que inspira atualmente as sociedades ocidentais, alertando para o fato de que se trata, em verdade, de uma visão de mundo *pós-política*.

Tal visão pós-política a que a autora alude é o resultado da sedimentação do indivíduo como categoria epistemológica essencial do fenômeno político contemporâneo. No bojo desta acepção, encontra-se o argumento de que as relações políticas constitutivas do momento histórico presente se instauram na base da liberdade e do consenso.

Este juízo existente em torno do fenômeno político contemporâneo fez com que a questão da qualidade dos resultados da representação e, na esteira disso, o tema do papel dos sujeitos políticos, não fossem além do escrutínio teórico que – partindo das premissas do pluralismo-democrático schumpeteriano - consiste basicamente na elaboração e avaliação dos procedimentos que afiancem os direitos à ampla participação e à diversidade/polifonia nos regimes políticos democráticos.

O conceito de poliarquia²⁸, elaborado por Robert Dahl, congrega em seu arcabouço indicadores basilares para o esquadramento deste pluralismo democrático, pois traduz a fórmula mínima de democracia baseada na díade dos direitos supramencionados. Sumariamente, poliarquia define a condição de um regime democrático quando nele há uma ampla inclusão de participantes na esfera pública política e um amplo espectro de elites que se alternam permanentemente no controle do poder político - considerando como fiduciários deste circuito polifônico de poder os seguintes indicadores: 1) eleições livres,

²⁷ Talvez o mais radical expoente desta corrente de pensamento seja o filósofo e economista político norte-americano Francis Fukuyama, para o qual as destruições do fascismo e do socialismo fizeram com que a humanidade tivesse atingido o seu ponto culminante de evolução com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os demais sistemas e ideologias existentes. Cf. FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

²⁸ Cf. DAHL, R. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

justas e freqüentes; 2) liberdade de expressão; 3) fontes de informação diversificadas; 4) autonomia para as associações e 5) cidadania inclusiva.

Sem questionar a contribuição que Dahl trouxe para a teoria democrática contemporânea²⁹, o problema, no entanto, reside no fato de que, acoplada a esta modelagem procedimental, encontra-se em curso uma construção democrática excessivamente privatista e instrumental, que tem perdido suas referências de controle por conta da dinâmica mesma das transformações institucionais impingidas pela sucedânea de etapas da modernização capitalista. Basicamente, isto ocorre pela irrupção e interconexão de dois fatores desestruturantes.

Em primeiro lugar, porque a partir dos anos 1970, o *welfare-state keynesiano* (WSK) - um dos pilares sobre o qual repousou a coexistência entre capitalismo e democracia no mundo ocidental desde a Segunda Guerra Mundial – entrou em uma crise estrutural que abalou o conjunto de instituições e práticas estatais ao qual este conceito se refere. Com o declínio do WSK, entrou em desaparecimento uma modalidade de capitalismo politicamente organizado, que durante algumas décadas favoreceu as economias capitalistas avançadas transformando o conflito industrial e de classe numa forma que se afastou cada vez mais do radicalismo político – por vezes revolucionário -, e que conduziu a um conflito de classe economicista, centrado na distribuição e crescentemente institucionalizado³⁰.

A crise do WSK diz respeito também a uma crise republicana, pois se trata do ocaso de uma forma de sociedade política fundada na densa articulação da tríade dos direitos – civis, políticos e sociais –, sobre a qual gestaram-se processos de amadurecimento da cidadania através do empoderamento de grupos e categoriais da sociedade civil. Outrossim, trata-se também de uma crise da sociedade salarial³¹, no interior da qual a centralidade

²⁹ Inclusive lembrando que suas referências histórico-sociológicas são de alhures, da tradição política dos federalistas norte-americanos.

³⁰ OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o “welfare state” keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *In Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.372.

³¹ CASTEL, R. (1995) *apud* KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *In Viver em Risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 77.

do mundo do trabalho fez sedimentar um conjunto de instituições políticas, sindicais e comunitárias que produziram experiências de organização e de luta e de construção de valores e discursos que dinamizaram as energias das identidades e oposições políticas.

Em segundo lugar, junto com a crise do WSK, a forma de participação política das massas baseada no e canalizada através do sistema partidário esgotou grande parte da sua utilidade para conciliar o capitalismo e a política de massas. De acordo com Claus Offe,

“isto parece acontecer porque a forma política do partido está sendo cada vez mais ultrapassada e substituída por outras práticas e processos de participação e representação política (...) De um modo um tanto esquemático, podemos indicar três destas práticas – os novos movimentos sociais, o corporativismo e a repressão – como fenômenos que tendem a superar, restringir e subverter o sistema partidário com suas práticas políticas e potencial de conciliação”³².

Offe assevera ainda que a incorporação destas novas práticas políticas alternativas não exibem o mesmo potencial de conciliação entre a legitimação política e os imperativos da acumulação de capital alcançados pelo sistema partidário competitivo durante um período de tempo considerável³³. Ademais, o empobrecimento da capacidade política de organização das massas pelos partidos políticos precarizou ainda mais a dimensão republicana do regime democrático, uma vez que a estrutura representativa do governo democrático acabou se insulando no interior do sistema político competitivo, aprofundando ainda mais o hiato entre a dinâmica da estruturação social da política e a lógica – cada vez mais autárquica – de reprodução da vida político-partidária.

Apropriando-se da descrição feita por Carlos Strasser acerca desta democracia que passou a hegemonizar a existência social do ocidente, pode-se dizer que o que se instaura a partir daí é

³² OFFE, op. cit., p. 367

³³ Idem.

“un régimen fiduciario del “gobierno representativo”, en verdad de democracia más representada que representativa, mucho más a tono con la tradición liberal que con la popular, basado no tanto en la soberanía del pueblo cuanto en el constitucionalismo, de ciudadanía menos activa que pasiva, inspirador de un *animus* más individualista que comunitario o privatista que público”³⁴

As crises do WSK e do modelo de representação baseado no sistema partidário competitivo, somadas à crescente globalização econômica nas últimas três décadas, desvelam um cenário em que a diminuição da capacidade normativa dos Estados Nacionais e dos partidos políticos é inversamente proporcional ao aumento do poder de injunção das forças econômicas transnacionais - sobretudo do capitalismo financeiro e de suas flutuações inesgotáveis que provocam abalos cíclicos no conjunto todo da economia mundial – no desenrolar da vida dos indivíduos.

Neste contexto - de profunda des-referencialização política, globalização do capital e das finanças e, importante pontuar, de transformações técnico-científicas radicais³⁵ -, o território sobre o qual os indivíduos têm controle e administração passa a ser muito menor, situado cada vez mais na vida local e cotidiana de cada um. A fuga ao controle destes processos, tanto pelos indivíduos quanto por parte das agências políticas tradicionais, coloca em tela uma modernidade nova, que passa a exortar a sociedade como um todo a lidar com a rotinização do *risco*.

De certo modo, isto significa dizer que instituições e técnicas geradas pelos processos de modernização estão atingindo níveis cada vez mais altos e desenvolvidos de integração mundial, o que, sem dúvida, pressupõe um arranjo societal no qual indivíduos isolados têm cada vez menos controle

³⁴ STRASSER, C. El futuro presente (epílogo). *In La vida em la sociedad contemporânea. Uma mirada política*. Buenos Aires: Fonda de Cultura Económica, 2002, p.110.

³⁵ A crise dos rígidos padrões de acumulação capitalista nos anos 1970 fora acompanhada por um processo de reestruturação econômico-organizacional em que as tecnologias da informação tiveram um papel essencial. O paradigma deste novo padrão tecnológico – conhecido, entre outros nomes, por Revolução da Informação – é a convergência de tecnologias específicas em um sistema integrado, que se constitui, por sua vez, como uma rede aberta de múltiplos acessos, cuja abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais aspectos. A internet é a forma-síntese desta transformação técnico-informacional.

existencial sobre suas próprias vidas, dependendo cada vez mais dos chamados sistemas abstratos e de discursos peritos que delimitam o escopo da organização instrumental da vida ordinária. Por outro lado, a gestão de sistemas sociais complexos e dependentes profundamente de processos técnicos especializados trouxe à tona o problema da incerteza quanto aos produtos gerados por esses processos, o que compele os indivíduos a terem que agir reflexivamente, no sentido de articular o contexto local, onde suas vidas se desenrolam ordinariamente, com questões globais, que envolvem instituições e processos que atuam concretamente na vida cotidiana das pessoas.

Decorre disso que, em linhas gerais, esta modernidade tardia delimita-se como um momento histórico em que estruturas macro-sociais geradas consoante o princípio da racionalidade tiveram seu funcionamento abalado e perpassado pela dimensão reflexiva e dialética dos processos de organização da vida. Em outras palavras, a interconexão de aspectos ordinários da vida cotidiana com processos institucionais de grande alcance e risco consagraram um tipo específico de reflexividade³⁶, que envolve a incorporação rotineira do conhecimento ou informação novos em situações de ação que são assim reconstituídas e reorganizadas.

Com base nisso, pensar o fenômeno político no atual contexto de modernidade implica em admitir a existência de um conjunto de questões para as quais regras, instituições e atores políticos consagrados não mais respondem isoladamente, posto que ampliam-se *ad infinitum* agendas e debates políticos que brotam de *dentro* da sociedade, quer seja da mídia, do senso comum, de minorias sociais, da *intelligentsia*, entre outros.

Segundo Zygmunt Bauman, esta nova modernidade dismantelou os padrões e sanções supra-individuais das opções individuais, destruindo com isso a visão controladora dos caminhos preferidos “de salvação” que a modernidade anterior legou do ascetismo religioso da Reforma. Deste dismantelamento, argumenta Bauman, nasce o “homem modulado”. Nas palavras do autor:

³⁶ Cf. GIDDENS, A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

[o homem modulado] é o mais notável produto da sociedade moderna. (...) [Ele] não tem perfil nem função predeterminados. É um ser com demasiados aspectos e características que por essa abundância mesma só podem ser mantidos por algum tempo, sempre prontos para serem adotados ou dispensados segundo as necessidades. O homem modulado é uma criatura com qualidades móveis, disponíveis, cambiáveis; (...) Resumindo: o homem modulado é, antes e acima de tudo, um homem sem essência³⁷.

Como se pode ver, a multivocidade dos problemas que adquirem hodiernamente um estatuto político coloca os sujeitos politicamente implicados/implicáveis em permanente desgaste, bem como suas idéias e projetos estão sob permanente processo de exaustão. Quebrantou-se o fio de Ariadne que alinhavava a política em torno da coordenação dos arranjos econômico-sociais subsumidos aos interesses corporativos e trabalhista-sindicais.

A *modularização* do *zoon politikon* teve como preço uma espécie de fragmentação que deixou “cada atividade sem sustentação das outras, fria e calculada em função de sua própria finalidade claramente formulada, e não parte de uma cultura ‘total’, quente e integradora”³⁸.

O surgimento de engajamentos múltiplos e contraditórios, circunscritos à subjetivação crescente do fenômeno político, deslocou a política para áreas de decisão recônditas, cada vez mais especializadas, com potencial de conflito tão grande quanto o de cooperação. Entre estas áreas estão, por exemplo, os negócios, a ciência, as cidades, a vida cotidiana, o meio ambiente. No entanto, uma qualidade intrínseca a esse processo permanente de fragmentação/subjetivação do fenômeno político é o seu inesgotável avanço sobre setores cada vez mais inusitados da esfera social, como demonstra a seguinte afirmação:

³⁷ BAUMAN, Z. Em busca de uma perspectiva. In **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 161.

³⁸ GELLNER, E. (1996) *apud* BAUMAN, Z. op. cit., p.163.

Hoje em dia, o Estado é confrontado por todos os tipos de grupos e minorias (...) não somente as antigas organizações, mas também os sindicatos, as igrejas e os meios de comunicação. Até os atletas estão extremamente organizados. E também os homossexuais, os traficantes de armas, os motoristas, os deficientes, os pais, os sonegadores de impostos, os divorciados, os conservacionistas, os terroristas etc. Eles constituem dez mil centros de poder diferentes na nossa sociedade³⁹

Ulrick Beck cunhou o conceito de *subpolítica* para definir esta capilarização do fenômeno político. Nas palavras do autor,

(...) a subpolítica (*sub-politics*) distingue-se da 'política' porque se permite que os agentes *externos* ao sistema político ou corporativo apareçam no cenário do planejamento social (este grupo inclui os grupos profissionais e ocupacionais, a *intelligentsia* técnica nas fábricas, as instituições e o gerenciamento de pesquisa, trabalhadores especializados, iniciativas dos cidadãos, a esfera pública e assim por diante), e, em segundo, porque não somente os agentes sociais e coletivos, mas também os indivíduos, competem com este último e um com outro pelo poder de conformação emergente do político⁴⁰.

Não obstante o potencial dialógico advindo com a ampliação da diversidade desta esfera pública, com a elevação da liberdade individual a um patamar nunca antes visto, restam dilemas e desafios para os quais esta política pós-tradicional⁴¹, fragmentária e solipsista, ainda não encontrou caminhos sustentáveis. Como afirma Bauman,

³⁹ ENZENSBERGER, H. M. (1991) *apud* BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva *In* BECK, U. et alli. **Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1995, p53.

⁴⁰ BECK, U. op. cit., p.34.

⁴¹ Por política pós-tradicional, entende-se o processo de transformação do fenômeno político em que a política da liberdade em relação à exploração, à desigualdade ou à opressão – política esta que encontrou seus estertores com a crise do WFK – começa a dividir espaço – perdendo seu protagonismo -, com uma forma de política baseada na busca de realização do eu, no contexto da dialética do local e do global e do surgimento dos sistemas internamente referidos da modernidade. Cf. GIDDENS, A., op. cit., p.222.

“o paradoxo [das democracias liberais hodiernas] é que essa liberdade [de pensamento, expressão e associação] sem precedentes chega num momento em que há pouca utilidade para ela e pouca chance de transformar a liberdade de restrições em liberdade para agir”⁴².

É importante para os fins deste trabalho reter este argumento, pois trata-se do ponto culminante do balanço da questão democrática contemporânea. Na atual conjuntura da modernidade, a elevada subjetivação do fenômeno político projeta-se como ato contínuo sob a égide da permanente fragmentação e ampliação da ambivalência. Ciente disso, Chantall Mouffe⁴³ adverte que a crença na possibilidade de um consenso racional universal tem colocado o pensamento democrático no caminho equivocado. Para a autora, ao invés de se tentar desenhar instituições que, mediante procedimentos supostamente imparciais⁴⁴, procuram reconciliar todos os valores e interesses em conflito, a tarefa dos teóricos e políticos democráticos deveria consistir em promover a criação de uma esfera pública vibrante de luta agonística, onde pudessem se confrontar diferentes projetos políticos hegemônicos.

No entanto, como construir qualquer projeto político bem intencionado que internalize instrumentos de ação democráticos devidamente atualizados para a convivência com o risco, a pluralidade e a ambivalência? Às voltas com um ambiente de incertezas, a sociedade política precisa se reerguer assumindo o controle sobre a construção da ação, e para tanto a cidadania - substrato republicano da ação, que junca o princípio jurídico da igualdade na socialização política dos indivíduos dentro da esfera pública – se exprime como um valor ainda mais essencial. Isto porque, sem uma esfera pública que reanime o espírito republicano, que promova a reinserção dos indivíduos à deriva no interior de uma comunidade cívica de destino, grandes são as chances de que a política se expresse em registro moral, onde a relação nós/eles, em lugar de ser definida mediante categorias políticas, passa a se estabelecer em termos

⁴² BAUMAN, Z. op. cit., p.174.

⁴³ MOUFFE, C. The return of the political. London: Verso, 2005, p.3.

⁴⁴ Como sugere a teoria liberal-democrática pluralista, que foi extensamente trabalhada neste capítulo.

morais. Assim, por exemplo, em lugar de uma luta entre esquerda e direita, passa a existir uma luta entre bem e mal, onde o oponente só pode ser percebido como um inimigo que deve ser destruído.

É evidente que a religião se inscreve - com autoridade - como ator primordial neste processo. Novos movimentos religiosos, entre os quais os de tipo pentecostal, são fruto de um integrismo religioso em busca de identidade face à emergência do individualismo cultural que se amplia ante a enorme vulnerabilidade de populações inteiras⁴⁵. Estas religiões, portanto, que se criam à guisa das transformações do mundo contemporâneo, assim procedem sustentando um resíduo hermético de certezas sobrenaturais e convicções morais que preservam – ou restauram - a confiança de seus prosélitos na existência de uma “boa sociedade” - ou, noutros termos, de um conjunto mínimo de valores sem os quais o funcionamento do mundo social entraria invariavelmente em colapso. Trata-se, em larga medida, da transformação da religião em um recurso político muito poderoso, porque revitaliza o sentido de existência comunitária que dá a muitos uma identidade e um mesmo repertório de ação para lidar com as ambivalências e modificações da vida contemporânea.

Esta estruturação do fenômeno político justifica a emergência política do neopentecostalismo da Igreja Universal do Reino de Deus (como se verá com detalhe no capítulo III). Assim, ao longo deste trabalho verificar-se-á que muitos indivíduos socialmente marginalizados, excluídos, discriminados (ou até mesmo criminalizados), desprovidos da proteção efetiva dos direitos para suportar a rotina imposta pelo ambiente de risco, sem representação política de classe, estão alcançando nesta vertente religiosa um espaço de recuperação da auto-estima e da esperança. O problema, no entanto, está no fato de que este espaço passou a dirigir os seus mediante um discurso arrivista, moralista e perigosamente intolerante, pautado pela aniquilação moral de seu oponente e pela adaptação comportamental plena à semântica predominante do indivíduo privatista – sequioso de prosperidade, confiança, afeto, controle existencial, auto-afirmação, etc., mas que não se deixa penetrar pelos problemas que não

⁴⁵ HOUTART, F. A crítica pós-moderna da religião. *In Mercado e Religião*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.113.

lhes dizem respeito diretamente, e que, portanto, se recusa ao envolvimento com a coletividade.

Passando por cima da ambivalência, do contingente, do risco e da incerteza, o discurso da Igreja Universal conquista indivíduos dispostos a alienar ao “sagrado” o governo de suas ações, por julgarem que seus esforços – coletivos e individuais – envolvem um preço que pode ser considerado alto demais. Embora não se manifeste sob a forma de partido constitucional, esta igreja avança sobre o sistema político-partidário contando com o voto obediente de seus fiéis e a ação disciplinada de seus representantes políticos para negociar leis e benefícios públicos que favoreçam a ampliação de sua cada vez mais densa, burocrática e hierárquica montagem organizacional – que envolve não só templos e funcionários religiosos, como também uma vasta e poderosa estrutura de telecomunicação.

Estas reflexões conduzem o trabalho para além do foco religioso, matizando o balanço da questão democrática ao estabelecer mediações com a cultura política brasileira. Assim, é objetivo também deste trabalho explorar de que modo se estrutura localmente, no caso brasileiro, este ambiente global de incerteza, risco, ausência de centros políticos ordenadores e multiplicação e desorganização do campo dos direitos⁴⁶. Ou seja, o problema que se quer debater é: de que modo este liberalismo democrático emergente se manifesta diante de parcelas inumeráveis da população que permanecem alijadas dos processos seminais de inclusão econômica, política e social - baseados no modelo da cidadania republicana?

⁴⁶ Bernardo Sorj (2001) reputa que a permanente adjunção de ondas de direitos na sociedade ocidental contemporânea descreve um processo de vários séculos cujo sentido é dado pelo momento político atual de predomínio do modelo democrático liberal. Dessa forma, a ampliação constante do campo dos direitos individuais, consubstancial aos direitos humanos, tem redundado na organização de duas novas ondas de direitos que podem ser divididas da seguinte maneira: 1) ecologia, multiplicação de objetos e sujeito portadores de direitos (dentro da noção de objeto incluem-se o meio-ambiente, os animais, o feto e o conjunto de fenômenos associados à reprodução em geral, além de outras problemáticas também criadoras de sujeitos de direito); 2) questões relacionadas a tecnologias aplicadas ao ser humano, em especial a engenharia genética, novas formas de reprodução e mecanismos de integração entre sistemas informáticos e a mente humana. Neste bojo, a desorganização do poder regulatório do sistema do direito sobre a dinâmica social reside no fato de que, além do caráter não linear na criação de ondas de direitos, há o permanente desenvolvimento e atualização de cada uma destas ondas e o caráter conflitante existente nas relações entre estes direitos, tanto no âmbito dos valores como no de sua aplicação prática.

No atual cenário, a capacidade de coordenação política, para e pelos subalternos, com vistas à construção de uma via de transformação social, encontra-se sitiada. De um lado, uma conjuntura político-institucional demasiado cindida, com partidos constitucionais relevantes do ponto de vista eleitoral sem pauta definida e sem representação nas camadas socialmente desfavorecidas, insulados nos imperativos da racionalidade burocrática e pressionados pela lógica mercantil da competição eleitoral; de outro, associações civis cada vez mais profissionalizadas e especializadas, portanto menos representativas de grupos e categorias sociais ativos, como bem demonstra o crescimento vertiginoso do chamado terceiro setor ao longo das últimas décadas⁴⁷.

A despeito das transformações econômicas, tecnológicas, culturais e institucionais ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, os partidos políticos são, e continuarão sendo, espaços decisivos onde as classes subalternas *podem* aprender a travar lutas em diversas frentes para neutralizar as raízes do poder dominante, promovendo a emancipação sociopolítica das massas populares e universalizando concretamente os valores da liberdade, da responsabilidade e da participação. Assim sendo, a cultura política brasileira ainda precisa encontrar a *justa forma* pela qual seja possível dar uma resposta efetiva ao desafio histórico de conciliar modernização capitalista e democratização político-social, o que, sem dúvida, requer que os partidos políticos sejam a instituição central do regime democrático e que, ao mesmo tempo, se articulem de modo adequado com os demais pólos estruturais da sociedade civil. Para a resolução das questões fulcrais da desigualdade social, é preciso enraizar os partidos através da participação de seus membros nas atividades desenvolvidas pelos movimentos e entidades que constituem as instâncias de base, nos campos econômico e social.

⁴⁷ De acordo com reportagem intitulada "Soluções sociais: produção em série", do jornal Folha de São Paulo, de 25/05/2004, no Brasil, o "[terceiro] setor deu um salto quantitativo em poucos anos: em meados da década de 80, estimava-se o número de organizações não-governamentais em pouco mais de 2.000; o último censo da área, feito em 1995 pelo Iser (Instituto de Estudos da Religião), com apoio do IBGE, apurou a existência de 250 mil organizações. "Hoje, elas devem passar de 300 mil", avalia Luiz Carlos Meregé, coordenador do Cets (Centro de Estudos do Terceiro Setor), da FGV-Eaes (SP). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u838.shtml>

No Brasil, país marcado por processos de modernização com rasgos desenvolvimentistas carentes da dimensão republicana (como se verá em detalhes no capítulo seguinte), a transição da ordem senhorial-escravocrata para a ordem social competitiva cumpriu o andamento das revoluções passivas, implicando um processo progressivo de realização do moderno em que, por meio da diferenciação societal – basicamente, pela aparição e afirmação de novos papéis sociais de desempenho incompatível com a ordem tradicional – o sistema de orientação racional da ação se instalou em coexistência com a ordem patrimonial, criando para a burguesia a possibilidade de extrair vantagem tanto do moderno como do atraso. Para a burguesia, portanto, foi vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do atraso quanto do adiantamento das populações.

Neste sentido, como avalia Luiz Werneck Vianna,

“(...) se o Estado nacional nasce “bastante moderno”, apto à “modernização ulterior de suas funções econômicas, sociais e culturais”, matriz efetiva da expansão do liberalismo no país, desde a sua origem mantém a marca de uma convivência com uma ordem antitética à sua, que, longe de ser impeditiva de sua afirmação, a torna possível, sobretudo por consistir na base econômica a partir da qual ela vai poder operar a sua forma de inscrição no capitalismo mundial”⁴⁸.

Para uma nação que se fez moderna, capitalista, à luz da preservação, por muitas décadas, do controle político e social oligárquico, como se dá, hodiernamente, o equacionamento da questão social, mediante o quadro de inserção institucional do pluralismo democrático em uma sociedade densamente urbana, industrial, inserida no contexto de mercado e atravessada por pressões desestabilizadoras do capitalismo financeiro internacional? Sem dúvida, a questão social ora sobressalente reside na dificuldade insistente - porque faltaram as mediações político-históricas de maturação da influência

⁴⁸ VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. In **Novos Estudos**, nº53, 1999, p. 40.

das classes subalternas na organização do capitalismo nacional - em expandir os direitos de cidadania.

“(...) Num contexto em que gradualmente consolida-se um sistema político democrático, deixa de ocorrer um enraizamento organizatório e reivindicativo que consolide um conjunto de direitos básicos. Eles podem estar na Carta de 1988, mas não se traduzem no fortalecimento de um campo institucional de negociação de interesses e na arbitragem de conflitos, nem em políticas sociais de alcance massivo: não ocorreram processos que levassem à consolidação de uma condição do empowerment de grupos e categorias da sociedade civil (FRIEDMAN, 1992)”⁴⁹.

Jamais houve, no Brasil, instituições políticas sindicais ou comunitárias com força suficiente para garantir a efetivação de direitos básicos do mundo do trabalho ou proteger e retirar os subalternos das intempéries do mundo urbano.

“Houve, sem dúvida, ilhas de modernização econômica e dinamização social, cujo exemplo mais evidente foi o município paulista de São Bernardo do Campo dos anos 1970 e 1980, energizado pelos trabalhadores das grandes empresas, pela ação reivindicatória impulsionada pelo “novo sindicalismo”, pelo emaranhado de bairros operário-populares, onde pipocavam múltiplas lutas urbanas, nas quais as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tinham presença significativa e, neste contexto de ebulição social e política, nasce o Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo impulsionado e impulsionador dos movimentos sociais (SADER, 1988; SINGER e BRANT, 1981)⁵⁰.

No entanto, esta foi uma experiência limitada no tempo e no espaço, espécie de luz que iluminou as ações políticas nos seus esforços de ampliar os direitos que permaneciam restritos a um pálido e atrofiado Estado de Bem-

⁴⁹ KOWARICK, L., op. cit, p.77.

⁵⁰ Idem, p.78.

Estar. Atualmente, o “ornitorrinco”⁵¹ social existente – expressão dada por Francisco de Oliveira para designar os efeitos colaterais concatenados com a lógica da modernização periférica -, se abate de maneira gutural sobre uma extensa sociedade civil desorganizada - sobretudo nos seus setores subalternos -, que encontra à sua frente um verdadeiro compêndio de insalubridades da vida urbana, contra o qual se debate, nos casos mais desesperados, uma parcela feroz dos pobres que se transformaram em bandidos e traficantes, e que representam a expressão-limite de uma sociedade esgarçada, forçada a correr atrás do êxito a qualquer preço, liquidando qualquer valor civilizatório.

Este conjunto social que se encontra em condições de *subcidadania*, mas que deseja se integrar – material e moralmente - à vida social em sua lógica hegemônica – privatista, hedonista e competitiva -, materializa a figura do indivíduo como matriz do interesse no registro da modernidade periférica brasileira. É justamente a partir da agregação de parte destes indivíduos numa cosmovisão racionalizadora do mundo social, em linguagem religiosa e palatável para “educar o interesse” dos mesmos, que a Igreja Universal do Reino de Deus ganha relevância para compreender a dinâmica de constituição do sujeito político da modernidade tardia (e periférica), pois ela faz com que os que tradicionalmente se encontram fora do sistema político se sintam abrigados no interior de uma comunidade moral que pratica uma espécie de *subpolítica* da afirmação social mantendo, paradoxalmente, sua clientela religiosa alijada do circuito democrático do poder e da socialização política pautada na educação para a cidadania e para o reconhecimento do caráter universal dos direitos. O que lhe é bastante funcional, pois é justamente na combinação dos modelos patrimonialista⁵² e burocrático-organizacional que a igreja consegue administrar o insólito capital religioso que construiu, retraduzindo-o no interior da organização religiosa sob a forma de recursos políticos e financeiros a serem autarquicamente geridos pelos *caciques* e altos funcionários da

⁵¹ Cf. OLIVEIRA, F. O Ornitorrinco. In **Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁵² Com clara inspiração no catolicismo ultramontano, posto que rigidamente controlado por um governo eclesiástico episcopal; centralizado na figura do bispo Edir Macedo; com nítidas demarcações de controle administrativo e poder político e avesso a influências externas, inclusive da própria comunidade religiosa.

organização. Síntese infame e expressão imatura de organização política da sociedade civil, a cúpula da Igreja Universal do Reino de Deus, bem como seus esbirros parlamentares, conformam um novo processo de acomodação do atraso e do moderno na constituição do fenômeno político no Brasil contemporâneo.

CAPÍTULO II – CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Este trabalho parte do pressuposto de que uma esfera pública política está arraigada de valores, crenças, heranças, carências, potencialidades, enfim, de um conjunto de características cuja constituição é eminentemente social⁵³, o que coloca em xeque certa aquiescência quanto à imanência da linguagem do mundo dos interesses na constituição da esfera pública política contemporânea. Partindo das análises esboçadas no item anterior, o suposto *rational choice* de que a atividade política é produto da ação pertinaz de indivíduos racionais e autônomos, que se associam livremente em razão de interesses comuns para negociarem benefícios diferenciados na esfera pública, não condiz em sua plenitude com as condições reais de inserção do Brasil em uma ordem social competitiva, vistos a relevância e o desdobramento de uma práxis política⁵⁴ autoritária que, *mutatis mutandis*, insiste em sobreviver à revelia das transformações econômicas e institucionais por que passou o Brasil nas últimas décadas. Tal práxis política não pode ser subsumida apenas a espectros epocais - consignados a elites e instituições políticas historicamente datadas⁵⁵ - uma vez que se sustenta, ao longo do tempo, em instituições, organizações⁵⁶ e tendências político-sociais que são constitutivas e constituintes do processo de produção do fenômeno político brasileiro, servindo, ainda hoje, de substrato para a compreensão de uma sucedânea de mediações e mudanças não só da estrutura do Estado como também da própria sociedade civil – que hodiernamente tem o direito de auto-organização

⁵³ Cf. HIRSCH, P. (1987) para uma discussão interesse sobre as distintas concepções de realidade social existentes nos primados da economia (e, portanto, do individualismo metodológico) e da sociologia (cultura, estruturas institucionais, valores, etc.).

⁵⁴ Por tratar-se de uma discussão complexa, dadas as variadas interpretações existentes no campo da cultura política e do pensamento social, uso a expressão práxis política autoritária para designar, de forma genérica, um comportamento político típico-ideal baseado em um *ethos* estruturalmente hierarquizante e centralizador.

⁵⁵ BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. In **Perspectivas**, São Paulo, 2005, p.9.

⁵⁶ Este trabalho baseia-se em Douglass North (1993: p.36) para enunciar “instituição” e “organização” como sendo coisas distintas.

política e, a reboque, a espinhosa tarefa de empoderar-se dele obedecendo aos princípios normativos de uma república democrática.

Deste modo, a demarcação de um movimento acadêmico relativamente apartado dos pressupostos conceituais do *mainstream* teórico norte-americano coloca na ordem do dia a permanência de certos padrões e dilemas fundamentais da política e da sociedade brasileiras. Nesse sentido, segundo Gildo Marçal Brandão,

“os pesquisadores que aceitaram o desafio de se movimentar nessa zona de fronteira reconheceram cedo a força da ‘forma narrativa específica’ – o ensaio histórico sobre a formação nacional – que a tradição gerou e, ao mesmo tempo, a necessidade de submeter textos e realidades pesquisadas ao tratamento e controle sistemáticos, segundo os métodos de investigação especializada”⁵⁷.

Assim, o debate crítico que instaura a interpretação científica de uma práxis política no Brasil situa-se entre fins dos anos 1950 e meados dos anos 1970, período entremeado por profunda radicalização política e ideológica dos movimentos de esquerda que, via de regra, polarizavam-se entre uma abordagem centrada na contradição nação x anti-nação e outra cuja ênfase eram as classes sociais. Na primeira abordagem, de extração nacional-desenvolvimentista, o desenvolvimento social em países periféricos pressupunha a idéia de um capitalismo nacional forjado a partir de uma aliança de classes. Daí a presença, no plano político de então, de um nacionalismo de combate (figurativizado nos projetos isebianos⁵⁸ e comunistas) que visasse superar os entraves a modernização oriundos da dependência econômica internacional e da resistência de setores atrasados, sobretudo dos representantes oligárquicos do grande latifúndio. Longe do plano político, a segunda abordagem (presente no marxismo acadêmico uspiano) cumpriu o papel da crítica ao modelo teórico-político nacional desenvolvimentista e de sua

⁵⁷ BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. In **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº2, 2005, p.234.

⁵⁸ O termo isebiano refere-se ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgão criado em 1955 e que era vinculado ao Ministério de Educação e Cultura.

preocupação com a harmonização dos interesses dos setores considerados avançados na sociedade, colocando em pauta a ênfase nas classes sociais, na análise de sua estrutura e de sua consciência. De certo modo, os intelectuais deste grupo começam a conceber a formação social no Brasil muito próximo das interpretações de Celso Furtado e Caio Prado Jr., invocando um sentido autêntico do processo de colonização no Brasil que se distancia da concepção marxista clássica de uma seqüência linear de modos de produção. A interlocução dialeticamente articulada com os clássicos do pensamento social no Brasil incorpora às explicações estruturais das relações de classe e de desenvolvimento capitalista as motivações, orientações de sentidos e conexões sociais das ações humanas, tornando-se, assim, perceptível as influências da sociologia de Weber e de Florestan – este último como estímulo na utilização de vários métodos na análise social.⁵⁹

A guinada teórica produzida por este grupo, premida pela construção científica do conhecimento, vai cada vez mais desmistificando os paradigmas funcionalistas convergidos em torno da utopia de uma aliança nacional, deslindando o caráter essencialmente dialético da modernização no Brasil, que combina de modo ambivalente o atraso e o moderno, a burguesia industrial e o latifundiário: o primeiro como ator das mudanças das relações de produção num cenário de expansão internacional do capitalismo; o segundo como elemento de preservação das estruturas de poder, assegurando uma transição controlada entre formas pré-capitalistas e capitalistas de produção. Nas palavras de Florestan Fernandes:

“À oligarquia a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas do passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso, ela se converteu em pião da transição para o ‘Brasil moderno’. (...) Além disso, só ela podia oferecer aos novos comensais, vindos dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas recentes, a maior

⁵⁹ LAHUERTA, M. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *In Perspectivas*, São Paulo, nº28, 2005, p. 171.

segurança possível na passagem do mundo pré-capitalista para o mundo capitalista, prevenindo a ‘desordem da economia’, a ‘dissolução da propriedade’ ou o desgoverno da sociedade”⁶⁰.

O encantamento do modelo nacional-desenvolvimentista encontra ainda na primeira metade da década de 1960 o seu mais profundo choque. A ruptura do processo de reconstrução democrática pela via institucional com o golpe militar de 1964 demoveu as esperanças de que as camadas urbanas e industriais da sociedade assumissem a direção do país via parlamento, o que fez com que muitas conjecturas imputassem a crise institucional a fatores como dispersão eleitoral, fragmentação e ausência de programa nos principais partidos de então (PSD, PTB, UDN). No entanto, estudos mostram⁶¹ que, no período de 1946 a 1964, uma forte estrutura política patrimonialista, erigida sob os auspícios das lideranças estadonovistas e distribuídas nos dois partidos idealizados por Getúlio Vargas (PSD e PTB), estava sendo molecularmente derruída em função de novas combinações programáticas e ideológicas que acenavam para uma dinâmica de dispersão e ulterior concentração de legendas partidárias, em consonância com as transformações econômicas e sociais por que passava o Brasil naquele período.

Este fato atesta, peremptoriamente, que o Golpe Militar de 1964 representava uma nova etapa no longo ciclo de revolução passiva brasileira, em que as estruturas tradicionais de dominação não mais davam conta de administrar o fluxo da mudança, levando o caráter autocrático do Estado ao seu paroxismo, com a ascensão de um autoritarismo desobstruído de quaisquer inflexões legislativas que pudessem prejudicar a consecução de antigos propósitos de grandeza nacional. Para Luiz Werneck Vianna,

⁶⁰ FERNANDES, F. Revolução burguesa e capitalismo dependente. *In Debate e Crítica*. São Paulo: julho-dezembro de 1973, p.55.

⁶¹ Para uma boa compreensão deste período: SOUZA, M. C. C. Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976; FIGUEIREDO, A. M. C. Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; SOARES, G. A. D. A democracia interrompida. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

“a revolução passiva fora uma obra da cultura política dos territorialistas, e seus momentos de reformismo, sob o regime populista, teriam produzido o efeito negativo da cooptação dos seres subalternos, o cancelamento da sua identidade e o aprofundamento das condições do estatuto de sua dominação. Acresce que, com o novo ciclo iniciado pelo segundo presidente do regime militar – o general Costa e Silva –, territorialista era também a ditadura com sua doutrina expansionista de Brasil –grande potência. Romper, no plano da política, com o contexto intelectual da revolução passiva, se fazia, assim, associar a uma idéia igualmente de ruptura com o próprio legado histórico formador da sociedade brasileira: a cultura política da Ibéria considerada como um peso opressivo pelo seu autoritarismo-burocrático, parasitismo e natureza cartorial (...)”⁶².

Com as conseqüências decorrentes do Golpe, as posições teóricas da *intelligentsia* paulista derivam para outro patamar explicativo que possa desvendar as formas através das quais o atraso se combina com o moderno e é funcional a ele. É dentro da acepção do Estado brasileiro como historicamente direcionado para construir e administrar uma nação que a agenda política da esquerda paulista ganhava contornos mais incisivos, sobretudo quanto à necessária interrupção do processo de sustentação de um Estado autocrático que arrogava para si o protagonismo da transição de uma ordem patrimonial para uma ordem social competitiva. Tal como na tradição liberal de Tavares Bastos ou Raymundo Faoro, esta esquerda defrontava-se com a existência de um Estado opressivo e derogador da constituição livre dos interesses e identidades granjeados pelo associativismo e pela iniciativa que brota da sociedade civil. Diversos estudos e teses de doutoramento começaram a brotar consoante o *leitmotiv* simbolizado no caráter historicamente autocrático do Estado brasileiro e no fracasso do fermento ideológico nacional-desenvolvimentista. Entre estes, estão alguns de caráter

⁶² VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, Revan, 1997, p. 22.

fundador, como o de Fernando Henrique Cardoso⁶³, que aponta para a vinculação do capitalismo brasileiro ao internacional, denunciando a inexistência de uma “burguesia nacional”, e os de Octavio Ianni⁶⁴ e Francisco Weffort⁶⁵ que asseveram, por sua vez, que o colapso da democracia foi produto do enfraquecimento, graças aos impactos ideológicos do nacional-desenvolvimentismo, da classe operária frente à burguesia nacional, dada a incapacidade daquela de defender a democracia e suas conquistas pregressas.

O resultado prático destas pesquisas foi uma profunda e radical adesão da esquerda ilustrada a um horizonte redemocratizador que se deu, em primeira instância, através da tríade classe-identidade-interesse, forjada a partir da catalisação da massa operária, via sindicalismo revolucionário, para o enfrentamento direto contra o Estado autocrático e, de chofre, contra os interesses da classe por ele representada – a burguesia nacional e sua aliança com o capital internacional. Num momento posterior, ao se verificar as fragilidades do conluio entre capitalismo e regime político autocrático⁶⁶, a forma de resistência à ditadura se deu pelas rupturas moleculares, em um contexto de mobilização das massas por parte de uma oposição democrática e do fortalecimento da vida sindical e associativa dos setores subalternos. Neste bojo, é salutar recorrer às interpretações de Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso – esboçadas no período de transição do regime ditatorial militar para a democracia - quanto à crise do autoritarismo estatal e às novas

⁶³ Cf. CARDOSO, F. H. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

⁶⁴ Cf. IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

⁶⁵ Cf. WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

⁶⁶ De acordo com F. H. Cardoso, o dinamismo econômico dependia decisivamente das forças produtivas e da concorrência entre empresas, o que geraria, por seu turno, inovação tecnológica. No caso brasileiro, o argumento precípua para o desenvolvimento econômico era o de que para manter as taxas de crescimento, a repressão era necessária a fim de dismantelar a organização dos trabalhadores mantendo, assim, o controle da inflação pela base. No entanto, o aumento das forças produtivas restringiu-se à expansão de empresas estrangeiras e estatais, o que obstruiu os caminhos da concorrência empresarial. Ademais, o imobilismo político como substrato da acumulação de capital esbarrava nas tendências à diluição das fronteiras nacionais provocadas pelo desenvolvimento técnico-informacional, onde os meios de comunicação começavam a difundir valores e modos de vida de outras partes do mundo que eram irredutíveis às condições de controle e repressão existentes no Brasil de então. Cf. CARDOSO, F. H. *A questão da democracia*. In **Debate e Crítica**. São Paulo: julho-dezembro de 1974, pp.7-9.

formas possíveis – e legítimas - de articulação da sociedade civil frente ao Estado - interpretações estas cujas divergências centram fogo numa questão-chave: a capacidade, ou não, de a sociedade civil estruturar mecanismos políticos de autoridade e autogoverno que prescindam do Estado – e de suas instituições - como um *tertius* que medeia e controla as relações sociais, econômicas e políticas da sociedade como um todo.

Assim, em seus trabalhos sobre o populismo enquanto prática política e sindical, Weffort expressa a emergência de uma interpretação que, para além da crítica que a originou, pretendia captar modalidades novas de estruturação da sociedade civil, mais autônomas em relação ao Estado, e com um potencial *sui generis* de ação para os setores populares, mormente para a organização política dos trabalhadores. Segundo Weffort, as bases para a restauração da democracia - condição *sine qua non* para o reconhecimento de novos sujeitos coletivos - resultam de um movimento de oposição ao regime militar que, em virtude do esmagamento da esquerda revolucionária pelo aparelho repressivo do Estado, foi conduzido quase que exclusivamente por liberais descontentes com o regime, que trataram de criar as condições que permitissem à sociedade controlar o governo. Foi assim que os partidos existentes durante o regime militar, quais sejam, o MDB e o ARENA, canalizaram para seu interior um conjunto de disposições programáticas que polarizou as opiniões liberais sobre a ditadura. Entretanto, as condições de superação de um regime político sustentado pela força e pela concentração excessiva de poder - herança de tradições ideológicas que deitam raízes no país agrário que engendra o movimento dos anos 1930 - não estão, para Weffort, adequadamente galvanizadas na forma liberal de oposição ao regime. Embora, de certo modo, a pauta de reformas institucionais a favor da democracia tenha convergido ulteriormente a esquerda para o campo democrático, ampliando e multifacetando os discursos e as estratégias democratizantes, salta aos olhos do intelectual o fato de que

(...) a questão da democracia apareça ligada, e de modo indissolúvel, à questão do Estado. (...) [Fato esse que] complica para todos, em particular para os liberais, que, embora tendo sido os primeiros a dar voz às

reivindicações democráticas, são também, desde sempre, os que se acham mais próximos do Estado⁶⁷.

Weffort acusa a todos, liberais e comunistas, de terem uma história ambígua e chispada de rugas com a democracia, fato esse corroborado pelo envolvimento insidioso de ambas as correntes com o poder estatal e com suas formas de cooptação e enfraquecimento ideológico. Neste bojo, a velha esquerda⁶⁸, segundo o autor, foi responsável por amortecer o ímpeto auto-organizativo do movimento operário através do aparelhamento dos sindicatos no período populista, enquanto os liberais, simbolizados por uma tradição que surge com a UDN, viam na democracia que se iniciou em 1946 uma continuação disfarçada da ditadura que a precedeu. A via alternativa, segundo Weffort, estava incrustada na esquerda armada que surge em 1968, na qual estava presente o sentido de uma luta de resistência específica contra o regime militar. Segundo o autor, embora o caminho das ações armadas tenha resultado em fracasso, “(...) não morreu o motivo que o inspirava: a busca de perspectivas para a construção de uma esquerda independente da política dominante⁶⁹”.

Weffort lembra que, dos remanescentes desta esquerda esmagada pela repressão, nasce uma nova esquerda que, paulatinamente, vai contribuindo para a criação dos partidos políticos em 1978.

“Muitos dos seus sobreviventes aderiram depois aos partidos que se criam a partir de 1978, PMDB, o PDT, e, sobretudo, o PT. No PT se encontraram com um setor de ponta do sindicalismo e da esquerda de origem católica, todos em busca de uma perspectiva de ação independente para o movimento operário e para os trabalhadores em geral”⁷⁰.

⁶⁷ WEFFORT, F. C. Que transição é esta? *In Por que democracia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.77.

⁶⁸ Weffort usa o termo “velha esquerda” como referência ao antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁶⁹ Idem, p.83.

⁷⁰ Idem.

Este é o momento em que, para Weffort, cristaliza-se o *modus operandi* legítimo da luta contra a ditadura, organizando a democracia pela base, na sociedade. A transição democrática só se tornaria efetiva, concreta e factível, se fosse algo mais do que uma formalidade descartável, e que, acima de tudo, as instituições civis e os movimentos sociais deveriam fazer valer a sua autonomia em face do Estado e dos partidos⁷¹.

Na outra ponta desta discussão, Fernando Henrique Cardoso parte do suposto de que o arcaísmo das instituições políticas brasileiras no regime militar estava sendo corroído por uma dinâmica intrínseca à transformação morfológica da sociedade brasileira, que estava combinando internacionalização do sistema produtivo com desenvolvimento econômico, permitindo, com isso, o desencadeamento de uma síntese, ainda que incompleta, de novos interesses que, de uma forma ou de outra, estavam se sobrepondo aos interesses econômicos e sociais anteriores a este processo. Isto posto, o Estado não era, para Fernando Henrique, um estoque interminável e peremptório de recursos centralizadores e repressivos, um Oriente desmazelado a se recolocar permanentemente diante do Ocidente associativo, dinâmico, independente, como em Weffort. Segundo Fernando Henrique, em países como o Brasil, o Estado é parte importante da ordem produtiva, o que implica em

“(...) romper com a falta de entrelaçamento sugerida pela velha oposição entre Estado e sociedade civil, entre ordem política e ordem privada. Mas a ruptura dá-se a partir do pólo oposto: não se trata apenas de que a hegemonia se desenvolve ao nível das classes como uma luta *na sociedade*, mas trata-se de que o Estado, ao tornar-se “Estado-produtor”, torna-se parte integrante da ordem econômica e, *ipso facto*, da sociedade civil”⁷².

⁷¹ Idem, p.84.

⁷² CARDOSO, F. H. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In Alfred Stepan (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, p.457.

Consoante sua postura sóbria quanto ao movimento dialético que engendra novas combinações entre Estado e sociedade civil, Fernando Henrique aponta limites fundamentais para a democracia basista sustentada por Weffort, uma vez que o curso concreto da ação política revela a fragilidade daquilo que foi enunciado por Cardoso como um cartesianismo ético, que liga a noção de claro e distinto com algum imperativo categórico. E isto é válido não só para os basistas, como também para os que ele denomina como liberais-democratas, liberais-conservadores-estatizantes e socialistas. Nas palavras do autor:

“Raramente o “basismo” pode manter-se imune a redefinições relativas ao papel político dos oprimidos sob a batuta dos sindicatos e da “classe trabalhadora”; de igual modo, nos partidos mais influenciados por um ideal de democracia competitiva *a la* ocidental (como o PMDB e o PDT) os segmentos ideológicos “marxistas-leninistas” foram suficientemente influentes para que a idéia de uma relação direta entre “presença ativa de trabalhadores” e capacidade de efetivamente redemocratizar compensasse as limitações de uma visão liberal-democrata *leniente* na convivência com as desigualdades sociais” ⁷³.

Assim, Fernando Henrique medra suas análises focalizando a transição democrática como um momento em que a hegemonia do Estado autocrático se dissolve aos poucos, ao passo que, sob novos auspícios e clivagens cada vez mais complexas de interesses que ora se unificam e ora se combatem, este Estado em renovação precisa assumir novos papéis, tornando-se co-ator do processo político, dialogando com a sociedade civil através de seus canais institucionalizados, ou seja, os partidos políticos, sindicatos, etc. É importante ressaltar que não se desvela aqui uma definição minimalista, procedimental, de democracia. De acordo com o próprio autor, “salta aos olhos que o ‘individualismo possessivo e a idéia do cidadão-proprietário como fundamento da democracia é pobre para justificar a luta democrática no Brasil” ⁷⁴. Deste modo, não obstante o caráter conservador e elitista da transição realmente

⁷³ Idem, p.466.

⁷⁴ Idem, p.478.

existente⁷⁵, o ímpeto basista de constituição de um sujeito popular coletivo - como elemento protagônico da construção histórica da democracia - não pode romper definitivamente com os liames da institucionalidade, uma vez que,

“sem que exista a transparência da informação e do processo de tomada de decisões na empresa (privada ou do Estado) e na burocracia (idem, ibidem), e sem que existam mecanismos de participação e de controle envolvendo tanto os partidos quanto, de modo direto, os públicos interessados, o processo de democratização torna-se capenga e encontra pouca receptividade numa sociedade na qual o “privado”, em sentido estrito, é débil diante do interesse organizado, corporativo e estatal”⁷⁶.

Linhas gerais, tanto a pugna do basismo através de Weffort, quanto a reavaliação das instituições políticas formais - sobretudo dos partidos políticos - através de Fernando Henrique Cardoso, revelam que a redemocratização político-institucional - com a Promulgação da Carta Constitucional de 1988 - nasceu com a crença de que - no seio de uma emergente sociedade civil moderna e urbano-industrial -, os estertores do domínio do autoritarismo residiam na criação de uma nova cultura política que, com a experiência nefasta da ditadura, viria a tomar corpo com o associativismo e a mobilização popular decorrentes da luta em prol da democracia. Isto posto, a despeito de visíveis modulações interpretativas, o laço que une ambos os autores é o da concepção de que a sociedade civil é, por excelência, um celeiro virtuoso de novas configurações e práticas políticas democráticas. Muito embora, ainda que sem aprofundar uma análise específica, Fernando Henrique Cardoso reconheça o papel importante que jogam o Estado e as instituições no processo de consolidação da democracia, o *constructo* - até aqui descrito - de

⁷⁵ Segundo Florestan Fernandes, a eleição presidencial de 1985, via Colégio Eleitoral, correspondia a mais uma etapa do longo processo histórico de conciliação pelo alto da elite política brasileira. No limite, à revelia das pressões populares, no ano de 1984, pelas eleições presidenciais diretas, o Colégio Eleitoral sinalizou a permanência tanto da estrutura institucional quanto da composição de elites dirigentes oriundas do regime político que precedeu a redemocratização política do Brasil nos anos 1980. Cf. FERNANDES, F. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

⁷⁶ CARDOSO, F. H., op. cit., pp.479-80.

interpretação social desta geração de intelectuais tratou o Estado e toda a sua dimensão pública como uma *malaise* que precisa ser extirpada do seio da sociedade civil. Deste modo,

“da forma como foi concebido nos anos 70, o conceito de sociedade civil ganhou uma enorme autonomia da idéia de Estado, como se a sociedade civil fosse um “outro” do Estado. Com isso estabeleceu-se o primado de uma lógica simplista, como se o país estivesse polarizado entre o Estado (que congregaria em si todas as mazelas autoritárias da história brasileira) e a sociedade civil (que seria a detentora de todo o potencial democratizante desta mesma história) (LAHUERTA, 1999). É óbvio que tal polarização gerou uma má compreensão da relação estado - sociedade civil” ⁷⁷.

Diante disto, o presente cenário político brasileiro, permissivo à participação política da sociedade civil na esfera pública, merece reflexões acerca do grau de maturidade em que se encontra a democracia no Brasil, não enquanto *forma*, mas em termos desta esfera pública hodierna e de valores que irrigam a práxis política dos múltiplos dirigentes político-sociais e das bases sociais que os sustentam. No limite, esta problemática desponta do fato de que a recente democracia brasileira nasce em um período de crise orgânica do Estado brasileiro – desorganizado em suas bases republicana e comunitarista⁷⁸ e em profundo descrédito perante a opinião pública em geral. Mais ainda, o *aggiornamento* político brasileiro de meados dos anos 1980 para cá encontrou diante de si um momento histórico

“(…) em que as mutações ideológicas na cultura capitalista mundial, o fracasso do socialismo como alternativa de modo de vida, a perda de capacidade hegemônica da cultura de esquerda, o esgotamento do

⁷⁷ LAHUERTA, M. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. In Estudos de Sociologia. São Paulo: 10, 2001, p.38.

⁷⁸ Vide as sucessivas crises econômico-inflacionárias no período do governo de José Sarney como sintoma do declínio de uma mentalidade política que via no Estado a principal agência de ordenamento da vida social. Cf. SALLUM JR, B. No labirinto da crise. In **Labirintos – dos Gerais à Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

nacional-desenvolvimentismo, a memória do comprometimento de boa parte do conservantismo com o estatismo e com o autoritarismo, a consolidação de uma sociedade de consumo de massas e a internalização dos valores individualistas possessivos na condução da vida cotidiana abriram a *possibilidade* de que o liberalismo – revitalizado pelo papel que desempenhou nos estertores do regime militar e engordado pelos migrantes do campo socialista e comunista em crise – se torne finalmente uma idéia dominante na formação social brasileira”

79

Trata-se, portanto, de uma crise de *valores*, visto que o ocaso do regime político militar deixa como lastro o triste cenário de uma sociedade civil cujo repertório de ação política está, de um lado, sob o impacto de uma tradição republicana desacreditada, posta que herdeira de uma visão de mundo estatista e autoritária, e do outro, diante uma alternativa liberal que pouco, ou nada, tem a oferecer além do puro mercado como via alternativa à injunção do Estado na vida social. Trocando em miúdos, nos termos de Albert Hirschman⁸⁰, tem-se uma sociedade civil cujos mecanismos de “voz”, tanto quanto os de “saída”, encontram-se mal equacionados devido a uma história republicana marcada pelo culto ao Estado que, *ipso facto*, bloqueou o amadurecimento de uma experiência democrática substantiva.

Refinando o problema, a chamada cultura política de matriz republicana - manifestamente tributária de uma corrente de pensamento de extração ibérica e, portanto, eivada pelos vícios de uma visão de mundo orgânico-corporativa – parcamente esboçou, ao longo de toda a vida republicana brasileira, uma pauta mais clara de democratização da sociedade. Ademais, o momento histórico de maior vigor substantivamente republicano desta matriz – com a experiência democrática do período de 1946 a 1964, do qual brotou um fecundo caldo de cultura que aproximou a *intelligentsia* e as massas – foi abruptamente abatido pelo Golpe Militar de 1964, cujas principais implicações, de chofre, foram a

⁷⁹ BRANDÃO, G. M. op. cit., p.258.

⁸⁰ Cf. HIRSCHMAN, A. Saída, Voz e Lealdade. Reações ao declínio de firmas, organizações e Estados. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

valorização do mercado frente ao Estado e o empenho na orientação de emancipar a economia de fins políticos⁸¹. Com o Golpe, permanece inalterada a dimensão suprema que o Estado ocupava sobre a sociedade, no entanto, mais do que isso, esfacela-se um processo que vinha se constituindo, ainda que molecularmente, de organização e ampliação dos direitos e da participação política da sociedade civil.

O cancelamento, pelos militares, da dimensão política da organização social veio acompanhado de uma reforma liberal que deflagrou o evoluir paulatino do mercado enquanto instituição hegemônica, cuja linguagem axial, qual seja, o interesse apetitivo, acoplou-se a uma realidade político-social cujos avanços no campo dos direitos e de formas maduras de auto-organização foram categoricamente refreados. *Grosso modo*, o arrocho político do Estado brasileiro nos anos 1970 criou as bases para que um novo regime – flexível - de acumulação capitalista começasse a traçar seus primeiros contornos. Décadas mais tarde, com as reformas neoliberais e a conseqüente diminuição do Estado consumadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, o que se percebe como marca indelével deste processo é uma equação onde o avanço da linguagem apetitiva do livre mercado, com todas as suas implicações desestruturantes no plano do trabalho (subcontratação, emprego temporário, atividade autônoma, etc.) e da socialização (ascensão do consumo e dos *mass media* como agências promotoras de uma identidade pautada pelo hedonismo), é favorecido graças à incipiência – resultado das reinscrições do autoritarismo ao longo da história republicana brasileira - de uma esfera pública medrada pela linguagem do chamado “interesse bem-compreendido”, importante para capacitar a sociedade para uma vida pública ética e consciente de seus direitos, deveres, limites e necessidades.

O terreno, portanto, em que brotam os chamados corpos intermediários da sociedade civil (partidos, igrejas, sindicatos, associações voluntárias, etc.), está sob a égide de um gigantesco processo econômico de modernização que não encontra, tal como encontraram, respectivamente, os ocidentes norte-americano e europeu, a tipificação de um “novo sujeito” – no caso brasileiro,

⁸¹ VIANNA, L.W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. *In A Revolução Passiva. Iberismo e Americanismo no Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p.50.

um sujeito internalizado que mitigue as marcas perversas de uma cultura política autoritária e da escravidão; que apague, portanto, as conspurcações de uma tradição ibérica (com seu organicismo, ultramontanismo, etc.) e de um mandonismo sobre os subalternos que tem sua origem num contexto colonial de isolamento das grandes propriedades agrárias.

NOTAS PRELIMINARES SOBRE RELIGIÃO E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Não obstante o reconhecimento de que as transformações recentes do capitalismo produziram abalos sistêmicos numa escala global, existe um componente específico, autóctone e complicador deste impacto na constituição da esfera pública democrática brasileira, que se traduz nas incrustações presentes de uma práxis política autoritária que dificultam o florescer de um caldo de cultura pautado pelo sentimento de pertença e compromisso a uma comunidade de destino. Por exemplo, um peculiar sintoma global desta desestabilizadora mudança dos tempos - a cultura do narcisismo⁸² - dissemina-se, num cenário como o brasileiro, no interior de um volumoso conjunto social composto por indivíduos com uma noção débil do que é um cidadão, desprovidos substantivamente dos meios materiais (trabalho, dinheiro) de sobrevivência e de mecanismos maduros de empoderamento social (escolarização, noções de solidariedade social e cultura associativa). Boa parte

⁸² De acordo com Christopher Lasch, o “narcisismo significa uma perda da individualidade e não a auto-afirmação; refere-se a um eu ameaçado com a desintegração e por um sentido de vazio interior. Para evitar confusão, (...) a cultura do narcisismo seria melhor [caracterizada], ao menos para o momento, como a cultura do sobrevivencialismo. A vida cotidiana passou a pautar-se pelas estratégias de sobrevivência impostas aos que estão expostos à extrema adversidade. A apatia seletiva, o descompromisso emocional frente aos outros, a renúncia ao passado e ao futuro, a determinação de viver um dia de cada vez – tais técnicas de autogestão emocional, necessariamente levadas ao extremo em condições extremas, passaram a configurar, em formas mais moderadas, a vida das pessoas comuns em condições normais de uma sociedade burocrática, amplamente percebida como um vasto sistema de controle total”. Cf. LASCH, C. O mínimo eu. Sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 5ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, pp.47-48.

destes indivíduos recorre, na busca por alívio às suas aflições, a uma nova instância de coesão social que reforma – ao invés de derruir – estruturas coesivas tradicionais⁸³ (baseadas em hierarquias fixas, centralização de poder, etc.) adequando-as para uma linguagem que não mais enfatiza a simples obediência, mas a legitimação das formas existentes de competição do mercado sob o prisma da confiança plena e irrestrita no primado da fé em Deus como mola propulsora para a prosperidade material. Esta nova instância - a Igreja Universal do Reino de Deus - sobretudo através de seu bispo primaz Edir Macedo, intenta sustentar a tradicional corrente que une o mundo secular com o mundo religioso, costurando certezas naturais, confianças sociais e crenças científicas, associando-as a apostas no sobrenatural⁸⁴. Tal concatenação discursiva adota uma cosmovisão que convence o indivíduo social e economicamente fragilizado de que existe um sentido claro, simples e coerente do mundo, que é capaz de proporcionar a sensação de auto-controle, segurança ontológica⁸⁵ e, acima de tudo, a crença de que é possível “ser alguém na vida”, que é visto, prestigiado e referendado pelo seu entorno.

A excessiva força de sentido decorrente de seu eficaz proselitismo permite com que a IURD assuma uma série de características típicas de uma estrutura de poder autoritário. Isso se verifica, por exemplo, na composição administrativa dessa igreja, dotada de uma estrutura empresarial e de governos eclesiais centralizados, comandados por bispos, apóstolos e profetas. Além do mais,

⁸³ Neste ponto aparece uma distinção importante entre neopentecostalismo e pentecostalismo. Este último, historicamente anterior ao primeiro, se aproxima mais dos traços de uma organização tradicional, visto que se constituiu à imagem da organização social da *hacienda*, isolando quase que por completo o seu rebanho de influências sociais exteriores ao seu domínio. Cf. D'EPINAY, C. L. A Mutação Social do Chile e a Explosão Pentecostal. In **O refúgio das massas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

⁸⁴ SWATOWISKI, C. W. Texto e contextos da fé: o discurso mediado de Edir Macedo. In **Religião e Sociedade** 27(1), 2007, p.127.

⁸⁵ O seguinte trecho endossa este argumento: “Confrontadas a um meio aparentemente implacável e ingovernável, as pessoas voltaram-se para a autogestão. Com o auxílio de uma elaborada rede de profissões terapêuticas [num sentido genérico, a IURD encaixa-se nesta rede], as quais, elas próprias, abandonaram as abordagens que enfatizam as introvis es introspectivas em benefício da adapta o e da modifica o do comportamento, os homens e as mulheres tentam atualmente reconstituir uma tecnologia do eu, a única alternativa aparente ao colapso pessoal”. Cf. LASCH, C., op. Cit., p.48.

“a maior parte das igrejas pentecostais [entre elas a IURD] tem dirigentes que são chefes, proprietários, caciques e caudilhos de um movimento religioso criado por eles mesmos e transmitido de pai para filho de acordo com o modelo patrimonial e/ou nepotismo de reprodução”

⁸⁶

No campo político propriamente dito, a IURD tem mostrado profunda preocupação em se ocupar com a conscientização e o direcionamento do voto de seus membros. Para tanto, montou um esquema altamente complexo para o lançamento de candidatos a cargos eletivos. Pesquisa realizada por Ari Pedro Oro mostra que, desde 1997, a igreja vinha adotando, em âmbito nacional, “(...) o modelo corporativo da “candidatura oficial”, cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe” ⁸⁷. De acordo com a pesquisa, a igreja fazia campanhas para que os jovens de 16 anos que freqüentavam a igreja obtivessem o título de eleitor e realizava, antes das eleições, um recenseamento de seus fiéis para uma leitura precisa de seu escopo eleitoral. Estes dados eram apresentados aos bispos regionais que, por sua vez, transmitiam ao bispo Rodrigues⁸⁸, que outrora ocupara a função de testa-de-ferro da igreja em assuntos políticos. Juntos, os bispos regionais e o bispo Rodrigues deliberavam quantos candidatos lançariam em cada município, baseados nos quocientes eleitorais dos partidos e no número de eleitores recenseados pelas igrejas locais. Note-se que a escolha dos candidatos era prerrogativa única e exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da Igreja, segundo seus próprios interesses. Não havia nenhuma consulta democrática aos membros fiéis sobre o assunto. Por trás de todo esse

⁸⁶ BASTIAN, Jean-Pierre (1994: p.126) *apud* MARIANO, R., MARIANO, R. O futuro não será protestante. Trabalho apresentado na mesa redonda MR06 “Dilemas do protestantismo latino-americano”. VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998, p.10.

⁸⁷ ORO, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 53, outubro/2003, p 55.

⁸⁸ Bispo Rodrigues foi afastado pela IURD de suas funções em 2004, no auge das denúncias de envolvimento no caso Waldomiro Diniz. Atualmente, o ex-bispo e deputado federal dirige, de uma sala modesta da TV Record, no Rio de Janeiro, a Rádio Nova AM, do grupo de comunicações ligado à igreja que ajudou a fundar – e que lhe deu e lhe tirou o título de “bispo”. Cf. “Afastado da Política, ex-bispo Rodrigues retoma atividades na rádio da Universal”. Reportagem do jornal Folha de São Paulo, 3 de fevereiro de 2009.

controle estavam – e continuam estando - os interesses corporativos desta igreja que visam, em âmbito eleitoral, o alcance de uma representação política que viabilize

“(...) concessões de rádios, canais de televisão, além da aprovação de projetos, promulgação ou modificação de leis que permitam, dentre outros, que áreas públicas possam ser doadas para a construção de templos e que uma infra-estrutura eletrônica de grande porte seja utilizada em alto volume (uma constante em seus eventos), ainda que haja uma legislação reguladora de poluição sonora”⁸⁹.

Diante destes elementos, confirmadores do autoritarismo de um importante segmento religioso que brota de dentro da sociedade civil, faz sentido pensar que

“(...) um (...) problema que é necessário enfrentar reside no fato de que o autoritarismo não está restrito ao Estado, mas é o modo de ser de parte substancial da sociedade civil. Diferentemente do que se pensava, uma sociedade civil forte não é por si só antídoto ao autoritarismo, porque se ela é uma sociedade civil autoritária, nela vão se generalizar interesses pouco preocupados com a esfera pública, pouco permeados pela idéia de uma cultura cívica e, enquanto tais, interesses que estimularão os comportamentos predatórios e os interesses particularistas, corporativistas de todos os tipos (LAHUERTA, 1999)”⁹⁰.

⁸⁹ SIQUEIRA, Deis. Religiosidade contemporânea brasileira: estilo de vida e reflexividade. *In Sociedade e Cultura*, v. 9, n.1, jan/jun. 2006, p.15.

⁹⁰ LAHUERTA, M., op. cit., pp.40-41.

CAPÍTULO III – RELIGIÃO, POLÍTICA E ESFERA PÚBLICA: O CASO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS.

OS PENTECOSTAIS E A TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO

As últimas décadas assistem transformações contundentes no cenário religioso brasileiro. O declínio das religiões tradicionais - endossado ao longo do tempo pelo crescimento galopante das religiões evangélicas - atesta, sem sombra de dúvida, que o campo religioso⁹¹ brasileiro vem diversificando seus atores, incorporando novas religiões, acelerando o processo de diferenciação denominacional e, o que é mais interessante, consolidando grupos e tendências que, molecularmente, vêm se transformando em paradigma para o conjunto todo deste campo.

TABELA 1 – Religiões no Brasil de 1940 a 2000 (%)⁹².

| Religião | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 |
|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Católicos | 95,2 | 93,7 | 93,1 | 91,1 | 89,2 | 83,3 | 73,8 |
| Evangélicos | 2,6 | 3,4 | 4,0 | 5,8 | 6,6 | 9,0 | 15,4 |
| Outras Religiões | 1,9 | 2,4 | 2,4 | 2,3 | 2,5 | 2,9 | 3,5 |
| Sem religião | 0,2 | 0,5 | 0,5 | 0,8 | 1,6 | 4,8 | 7,3 |
| TOTAL (*) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

(*) Não inclui religião não declarada e não determinada

⁹¹ O conceito de campo religioso encontra-se sistematizado em: BOURDIEU, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In MICELI, S. (org.). **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

⁹² Fonte: IBGE, Censos Demográficos *apud* PIERUCCI, A. F. "Bye, bye, Brasil" – O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. In *Estudos Avançados* 18 (52), 2004, p.20.

A tabela 1 mostra a evolução, ao longo dos últimos sessenta anos, da porcentagem de católicos e evangélicos na composição demográfica brasileira. Enquanto as religiões evangélicas cresceram quase 600% nos últimos sessenta anos (de 2,6% em 1940 para 15,4% em 2000), o catolicismo, religião historicamente predominante no contexto brasileiro, decresceu 22,5% no mesmo período, passando de 95,2% para 73,8% dos brasileiros. Ademais, observando a estratigrafia estabelecida pelo IBGE em 2000 acerca da composição demográfica atual dos grupamentos religiosos, nota-se que os protestantes históricos são o grupo religioso cristão menos numeroso, perfazendo apenas 4,23% do total da população brasileira, enquanto evangélicos e pentecostais possuem juntos, aproximadamente, 26% de adeptos entre os brasileiros. Em números absolutos, são quase 44 milhões de brasileiros declarando-se evangélicos ou pentecostais, distribuídos em diferentes denominações religiosas.

TABELA 2 – As religiões no Brasil em 2000^{93*}

| Religião | Número Absoluto | % |
|-------------------------|-----------------|-------|
| Católicos romanos | 124.976.912 | 73,77 |
| Evangélicos | 26.166.930 | 15,44 |
| Protestantes históricos | 7.159.383 | 4,23 |
| Pentecostais | 17.689.862 | 10,43 |
| Outros evangélicos | 1.317.685 | 0,78 |
| Espíritas | 2.337.432 | 1,38 |
| Espiritualistas | 39.840 | 0,02 |
| Afro-brasileiros | 571.329 | 0,34 |

⁹³ Idem.

* A tabela continua na página seguinte.

| | | |
|--------------------------|-------------|---------|
| Umbanda | 432.001 | 0,26 |
| Candomblé | 139.328 | 0,08 |
| Judeus | 101.062 | 0,06 |
| De outras orientais | 181.579 | 0,11 |
| Muçulmanos | 18.592 | 0,01 |
| Hinduístas | 2.979 | 0,0 |
| Esotéricos | 67.288 | 0,04 |
| De tradições indígenas | 10.723 | 0,01 |
| De outras religiosidades | 1.978.633 | 1,17 |
| Sem religião | 12.330.101 | 7,28 |
| Declaração múltipla | 382.489 | 0,23 |
| BRASIL (*) | 169.411.759 | 100,00% |

(*) Não inclui 387.411 casos de religião não declarada, que correspondem 0,23% da população residente total de 169.799.170

Estes números, grosso modo, representam a emergência de um campo religioso novo, desarraigado, em termos⁹⁴, do controle ou dos privilégios político-administrativos concebidos pelo Estado, entregue a uma dinâmica de produção/reprodução intrinsecamente ligada com os mecanismos do mercado e, portanto, contaminada pela conjugação dos papéis eclesiástico, político e administrativo, condição esta *sine qua non* para a organização e consolidação de um campo bastante heterogêneo e de caráter concorrencial, que funciona pelo investimento de táticas e estratégias próximas à lógica dos grupos de interesse para amealhar benefícios econômicos e infra-estruturais, de sorte a

⁹⁴ Como será apontado adiante, permanece ainda hoje um vínculo estreito entre religião e Estado, expresso no patrimonialismo dos parlamentares que integram a Frente Parlamentar Evangélica e que usam de suas prerrogativas para obter concessões públicas de difusão de rádio e televisão para suas respectivas denominações religiosas.

garantir o crescimento de sua malha eclesial-burocrática e do número de seus fiéis.

A configuração hodierna deste campo representa, do ponto de vista institucional, um passo a mais no processo de desconstrução de uma visão orgânica⁹⁵ da sociedade, cujas manifestações nos campos político e econômico se deram pela prevalência da lógica corporativista⁹⁶ estatal no processo de criação e diferenciação das classes modernizadoras da sociedade, onde interesses classistas antagônicos foram amortecidos pelas estruturas sindicais e burocráticas controladas pelo Estado, constituídas com a finalidade de estabelecer um processo de educação cívica pelo alto, de sorte a confinar o mundo dos interesses ao interesse nacional, subtraindo, portanto, a construção da cidadania dos processos de luta e conquista de direitos a partir da sociedade civil, e instaurando, no lugar, aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos⁹⁷ enunciou outrora como “cidadania regulada”, ou seja, um processo de dilatação do campo dos direitos sociais comandado e controlado pela burocracia estatal.

Por outro lado, os números rejeitam peremptoriamente prognósticos feitos há quarenta anos⁹⁸ atrás quanto à inexorável força modernizadora que o protestantismo teria ao ser introduzido e disseminado na América Latina. De acordo com os pesquisadores Emílio Willems e Lalive D’Epinay⁹⁹, a equação “Catolicismo = tradição, propriedade senhorial, patriarcalismo, sacralização da sociedade / Protestantismo = modernidade, capitalismo, democracia,

⁹⁵ Uma importante leitura das características basais de uma visão orgânica da sociedade, constantes do pensamento social brasileiro crítico da Primeira República, encontra-se em: LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República (Uma interpretação). In FAUSTO, B. (direção). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano III (2. Sociedade e Instituições – 1889-1930)**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel (29 ed.), 1978.

⁹⁶ Os processos de cooptação das energias sociais por meio do corporativismo estatal no regime político do Estado Novo encontram-se brilhantemente analisados por: SCHWARTZMAN, S. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

⁹⁷ SANTOS, W G. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁹⁸ Cf. WILLEMS, E. Followers of the New Faith: culture change and the rise of protestantism in Brazil and Chile. Nashville: Vanderbilt University Press, 1967; LÉONARD, E. O protestantismo brasileiro. São Paulo: ASTE, 1963; D’Epinay, C. L., op. cit, 1970.

⁹⁹ MARIANO, R. O futuro não será protestante. In **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, set. 1999, p.92.

secularização” constituía-se como um axioma inalterável, fazendo parte de uma trajetória natural a que estaria sendo submetido o Brasil em razão dos deslocamentos produzidos pela modernização socioeconômica.

O protestantismo histórico configurava-se, na visão destes autores, como insígnia supra-estrutural basilar para a transformação da personalidade social brasileira, posto que repositório de uma ética puritana e considerável colaborador para a redefinição dos métodos pedagógicos e dos princípios e objetivos educacionais, além de notável difusor de noções de higiene, boa alimentação e técnicas agrícolas¹⁰⁰.

Entretanto, a despeito da inegável influência do puritanismo na racionalização das relações sociais e na criação do que Weber chamou de “espírito do capitalismo”, a transposição de um *ethos* confessional tipicamente burguês para o contexto brasileiro demonstrou pouco ou nenhum poder de injunção no estatuto das relações sociais premidas pela supremacia da hierarquia, do patriarcalismo e do corporativismo estatal.

De acordo com Antonio Gouveia Mendonça,

“o protestantismo, tanto o de imigração como o de missão, sempre privilegiou as relações pessoais horizontais, por causa, de um lado, do seu individualismo, e, de outro, pelo seu estilo de relacionamento com as autoridades, ou seja, com o Estado. As relações horizontais significam compromissos entre indivíduos e, no máximo, compromissos corporativos, em que as obrigações são muito próximas, transparentes e mais facilmente ajustáveis perante situações novas. As relações com as autoridades ou o Estado, para o protestantismo, devem ser levadas ao mínimo necessário: espera-se unicamente do Estado que faça cumprir a lei regulando a justiça”¹⁰¹.

Mais adiante, o autor avalia quais as conseqüências para o protestantismo histórico ao se inserir numa cultura política patrimonialista,

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ MENDONÇA. A. G. Protestantismo brasileiro: uma breve interpretação histórica. *In Sociologia da Religião e Mudança Social. Católicos, Protestantes e Novos Movimentos Sociais no Brasil*. São Paulo: Paulos, 2004, p.61.

como a brasileira, em que as relações são substancialmente verticais. Segundo Mendonça,

“primeiramente, a presença muito próxima do Estado, com sua função patrimonialista e reguladora das relações entre os indivíduos em todas as esferas da vida, tende a anular as características éticas do protestantismo, advindas de sua racionalidade intrínseca, expressa no empenho individual, na ética do trabalho e no controle do dinheiro. Depois, sujeito, nas relações sociais e econômicas, a fatores instáveis e fora do auto-controle propriamente social, o protestantismo tende a se isolar em grupos de cunho estritamente religioso e a submeter os indivíduos, na vida socioeconômica, a contingenciamentos éticos de extrema ambigüidade”¹⁰².

O pentecostalismo, por sua vez, tem se mostrado menos distintivo, mais acomodado à cultura que o acolheu e profundamente sintonizado com as características empreendedoras e com a sociedade de consumo consubstanciais ao mundo contemporâneo. Vale ressaltar, todavia, que as pesquisas pioneiras sobre a evolução do pentecostalismo no Brasil já apontavam o descolamento ético do pentecostalismo em relação ao protestantismo histórico.

Para Emílio Willems (1967), o pentecostalismo não se constituía como agente efetivo de modernização social, o que era justificado, segundo o autor, pelo fato dos pentecostais terem orgulho de serem incultos e despreparados para qualquer tarefa intelectual, não cultivarem ideais de avanço econômico e profissional, serem indiferentes ou antagônicos aos progressos educacionais e contentarem-se meramente com a capacidade de ler a Bíblia. Willems julga ainda que a expansão do pentecostalismo possa ser explicada pelo fato de ser um movimento religioso suscetível à preservação cultural de crenças em experiências místicas, possessões, milagres, espíritos do mal, feiticeiras e demônios, típicas do catolicismo popular ¹⁰³.

¹⁰² Idem, pp.60-61.

¹⁰³ MARIANO, R, op. cit., p. 96.

Émile Léonard (1963), por seu turno, vê o pentecostalismo abjurar o estudo sistemático da Bíblia, repousando tanto o proselitismo quanto a pregação religiosa sobre a difusão radiofônica e televisiva, ao invés do texto impresso, fato esse responsável pelo empobrecimento teológico pentecostal - dada a ausência de meditação sobre uma revelação escrita - bem como pela instauração de uma relação mecânica e acrítica com Deus, baseada unicamente na oralidade¹⁰⁴.

Há hoje um consenso, entre diversos pesquisadores, quanto à imprecisão dos argumentos supracitados no que tange à ênfase no caráter anti-modernizador, antiintelectualista e, em especial relevo, anti-materialista do pentecostalismo, sobretudo quando se trata de uma nova vertente pentecostal, surgida há pouco mais de trinta anos, conhecida como neopentecostal.

Estudos têm mostrado que os neopentecostais aceitam pacificamente os diversos prazeres deste mundo. Isto se deve, em grande medida, à chamada Teologia da Prosperidade, que,

(...) em vez de renegar o interesse material associando-o ao interesse impróprio pelas 'coisas do mundo', só fez justificá-lo e incentivá-lo, a partir de reinterpretações bíblicas que minimizam as velhas ênfases apocalípticas, obliteram o ascetismo e prometem aos cristãos glorioso destino nesta vida e neste mundo¹⁰⁵.

Diversos autores (SIQUEIRA, 2006; ORO, 2003a; ORO, 2003b; RODRIGUES, 2005; CAMPOS, 2006) demonstram que existe profunda reflexividade institucional¹⁰⁶ no neopentecostalismo, graças à introdução de modernas ferramentas administrativas e definição de marcos organizacionais bastante sofisticados, à capacidade de consolidação de um carisma institucional capaz de dar organicidade e eficiência discursiva aos quadros eclesiásticos, ao proselitismo ancorado no marketing institucional e no apelo à

¹⁰⁴ Idem

¹⁰⁵ Idem, p.97.

¹⁰⁶ Segundo Anthony Giddens, reflexividade institucional é a "reflexividade da modernidade, que envolve a incorporação rotineira de conhecimento ou informação novos em situações de ação que são assim reconstituídas ou reorganizadas". Cf. GIDDENS, A. op. cit., p. 223.

prazeres e estilos de vida tipicamente vicejados na sociedade de consumo, etc.

A insólita estrutura econômico-organizacional dos neopentecostais - doravante especificamente o caso da Igreja Universal do Reino de Deus - é mantida graças a um rotundo volume de arrecadação de dízimos - superior ao arrecadado por todas as demais denominações evangélicas - que, sobremaneira, é sustentado por fiéis de baixa renda. A pesquisa Novo Nascimento, realizada pelo ISER na região metropolitana do Rio de Janeiro no ano de 1994, perguntou aos fiéis de diversas denominações religiosas sobre a contribuição financeira que fizeram para suas respectivas igrejas.

“A pesquisa revelou que, embora tivessem rendas praticamente idênticas, os adeptos da [Igreja] Universal contribuía mais e em maior número do que os da Assembléia de Deus: 27% dos fiéis da Universal fizeram doações que ultrapassaram o valor do dízimo contra apenas 14% dos assembleianos; 17% dos seguidores do bispo Edir Macedo doaram quantias menores que o dízimo contra 25% da Assembleia; 24% (um quarto) dos primeiros não deram contribuição alguma contra 33% (um terço) dos últimos; houve empate apenas entre os que contribuíram valor equivalente ao dízimo: 24% e 23%, respectivamente. Dentre as igrejas evangélicas pesquisadas, os fiéis da Universal foram os que mais contribuíram com valores acima do dízimo, os que menos fizeram doações inferiores ao dízimo e, apesar da baixíssima renda da maioria deles, os que menos deixaram de contribuir. Merece destaque o fato de que dos crentes cuja renda não ultrapassava dois salários mínimos os da Universal foram os que mais doaram quantias superiores ao dízimo: 35% contra 20% da média dos evangélicos (grifo nosso)”¹⁰⁷.

Estes dados, claramente favoráveis à ampliação e consolidação da Igreja Universal do Reino de Deus (doravante designada como IURD) no chamado mercado religioso brasileiro, inspiram reflexões a respeito do *leitmotiv*

¹⁰⁷ FERNANDES, 1996 apud MARIANO, R. A Teologia da Prosperidade. In **Neopentecostais. Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 165.

de seu paulatino crescimento econômico-institucional nas últimas décadas, sobretudo porque constatado que indivíduos que se encontram em estado de precariedade social, profundamente vulneráveis do ponto de vista econômico, são os mais convencidos a ofertar parte generosa de seus módicos ganhos pecuniários para os cofres da Igreja.

Isto posto, o caminho a ser trilhado é aquele que permite analisar as afinidades eletivas que permitem combinar modernização econômico-institucional com elevados índices de pobreza e exclusão social. Mais ainda, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista simbólico-cultural, como o aviltante cenário das contradições sociais, numa conjuntura de capitalismo avançado e democracia política, permite o evoluir de instituições religiosas dotadas de profunda sintonia com a camada socialmente marginalizada da população, não havendo, em paralelo, o desenvolvimento e ampliação de agremiações políticas que brotem do seio desta mesma camada, como possíveis mecanismos de reivindicação ativa, junto ao Estado, de melhores condições de renda, moradia, educação, saúde, cidadania, etc. Os paradoxos do desenvolvimento brasileiro, crescente do ponto de vista econômico-institucional (mercado e Estado) e estagnado, ou parcamente evoluído, do ponto de vista social, configuram o estatuto das dinâmicas sociais de uma forma de modernidade periférica.

De acordo com Jessé de Souza (2003), modernidade periférica é um termo que designa um movimento tardio e específico do processo de aprofundamento da modernidade ocidental - movimento este expresso em países como o Brasil, cuja experiência empírica tardia da modernização, incontestemente em seus sucessos econômicos e institucionais, esteve descolada do contexto ideacional de fundo moral, religioso e cognitivo que, na Europa, transformou-se em fermento revolucionário através das Revoluções Burguesas. Desta feita, o referido autor postula que este tipo de modernidade é marcado pela ausência de precondições essenciais nos processos de construção da cidadania, fato este que origina a existência, nos termos do autor, de uma

gigantesca *ralé* de indivíduos inadaptados¹⁰⁸ às demandas da vida econômica e social modernas. Segundo o autor,

“aqui [no Brasil], a importação das ‘práticas institucionais’ foi meramente acompanhada de ‘ideologias pragmáticas’, como o liberalismo, o qual funcionou como uma espécie de ‘graxa simbólica’ destinada a facilitar a introdução pragmática do mundo dos contratos e da representação elitista no contexto primitivo e personalista anterior, mas que sempre encontrou seu limite em qualquer expansão realmente generalizante desses mesmos princípios. (...) Essa circunstância também condiciona a dimensão limitada que a ‘terceira instância do mundo moderno’, além de Estado e mercado, a esfera pública, assume entre nós”¹⁰⁹.

Mesmo que se possa questionar a dimensão estrutural atribuída por Souza a este fenômeno, sua análise aponta um problema candente para a conjuntura brasileira hodierna, qual seja, o limitado alcance normativo da esfera pública¹¹⁰. Com base neste argumento, desponta como fulcro do tópico a seguir a análise dos desdobramentos políticos deste fenômeno religioso contemporâneo, buscando entender como a IURD mobiliza o poder simbólico e institucional de que dispõe para a construção de sua atividade política. No limite, o próximo tópico procurará demonstrar que a IURD dificulta a construção de uma esfera pública, em seu âmbito institucional, que busque compensar a ausência histórica, no Brasil, de instâncias intermediárias – ou corpos intermediários, para usar uma expressão de Tocqueville – que socializem os indivíduos educando-os para o exercício bem compreendido da liberdade,

¹⁰⁸ Prefere-se relativizar o termo “inadaptado”, pois, como se verá daqui em diante, a IURD oferece um caminho de adaptação do indivíduo às demandas referidas. O problema, a nosso ver, é que esta adaptação é meramente instrumental e dá margem à construção de um interesse excessivamente privatista.

¹⁰⁹ Cf. SOUZA, J. A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte–Rio de Janeiro: Ed. UFMG e IUPERJ, 2003, p.185.

¹¹⁰ Uma discussão ampla e estrutural, que transborda os limites estritos deste trabalho, sobre o esgotamento paulatino de uma dimensão normativa da esfera pública contemporânea, encontra-se em: HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

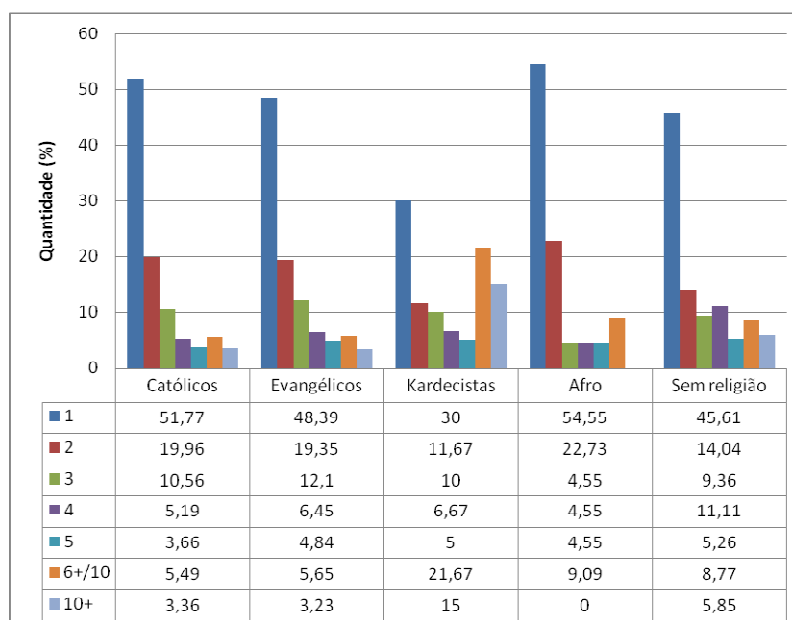
habilitando-os para o reconhecimento de suas carências e para a busca de alternativas possíveis para a transformação de sua condição econômico-social.

As linhas que se seguem buscam aprofundar melhor esta questão, elencando dados que permitem recortar mais precisamente o perfil socioeconômico dos fiéis e a magnitude da presença da IURD no cotidiano de seu rebanho, bem como a análise dos processos cognitivos que levam os indivíduos a internalizarem o discurso religioso como instrumento de mobilidade social, fato este que permite à IURD uma modalidade de práxis política extremamente eficiente do ponto de vista eleitoral, mas que dispensa a participação ampla de sua comunidade de fiéis no processo de recrutamento de líderes políticos e construção de agenda política.

IURD E SUBALTERNIDADE NA MODERNIDADE PERIFÉRICA BRASILEIRA

Quando se trata de um cenário como o brasileiro, típico de uma modernidade periférica, torna-se necessário desenvolver cautelosamente a relação entre religião e baixos níveis de renda, projetando o olhar menos sobre a justificação da pobreza a partir da ética confessional do que nos mecanismos de que dispõem determinados grupos religiosos para convencerem sua clientela de que a religião pode ser um caminho para a melhoria da vida.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS RELIGIÕES SEGUNDO A RENDA MENSAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) ¹¹¹

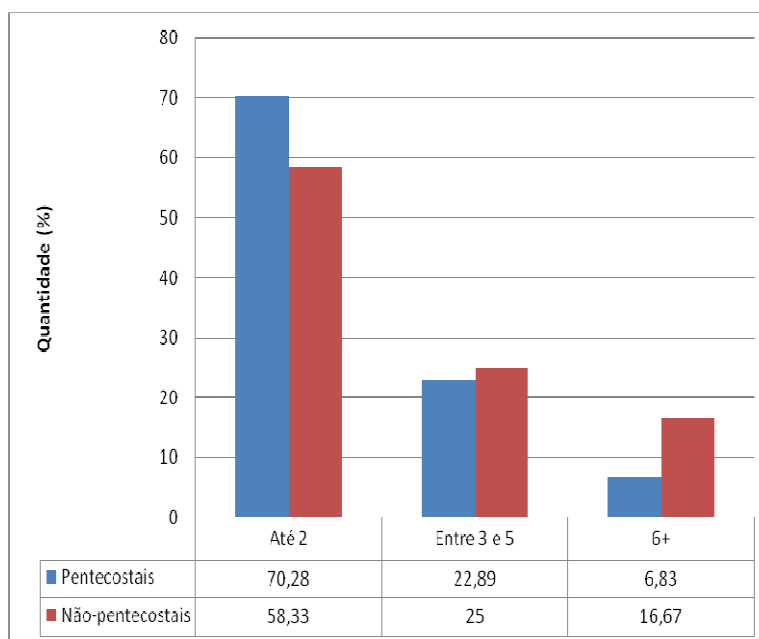


O gráfico 1 estratifica a renda em sete categorias, desde no máximo um salário mínimo até dez salários mínimos. Os dados mostram que 59,7% das pessoas sem vínculo religioso pertencem aos dois segmentos mais baixos de renda, enquanto católicos, evangélicos e afro possuem, respectivamente, 71,73%, 67,74% e 77,28% de fiéis pertencentes aos dois segmentos mais baixos de renda. Quando nos debruçamos sobre os dois níveis de renda mais elevados, visualizamos a seguinte distribuição: católicos (8,85%); evangélicos (8,88%); afro (13,64%); sem religião (14,62). Isto significa, em linhas gerais, que todos os segmentos aqui discriminados revestem-se majoritariamente de indivíduos que recebem até dois salários mínimos (embora se perceba nitidamente um percentual menor no caso dos indivíduos sem religião). Outrossim, a probabilidade de um indivíduo com renda elevada não ter religião é ligeiramente maior do que a probabilidade de ele ser católico, evangélico,

¹¹¹ Fonte: ESEB, 2002 *apud* BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfil Socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. In Opinião Pública, Campinas, Vol. X, nº2, Outubro, 2004, p.297.

umbandista ou candombleísta, de sorte que, primariamente, os números nos desautorizam a colacionar adesão a uma religião aos estratos sociais de menor renda.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA – EM SALÁRIOS MÍNIMOS – ENTRE EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS E NÃO-PENTECOSTAIS¹¹²



O segundo gráfico permite analisar melhor um componente (evangélicos) da variável religião, o que possibilita depurar as afinidades eletivas entre renda e confissão religiosa no contexto brasileiro. De acordo com o gráfico, enquanto 70,3% dos evangélicos pentecostais recebem até dois salários mínimos, entre os fiéis de denominações religiosas não pentecostais este número cai para 58,3%. O contraste maior aparece na porcentagem de pessoas mais abastadas. Enquanto apenas 6,8% dos pentecostais possuem uma renda igual ou superior a seis salários mínimos, este número sobre para 16,7% entre os evangélicos não-pentecostais. Noutros termos, o componente pentecostal do grupo evangélico é aquele em que se situa o maior número de

¹¹² Idem, p.299.

adeptos com as menores faixas de renda e o menor número de adeptos no que reputa às rendas mais elevadas.

Os pentecostais, em conjunto, caracterizam-se não só pelo predomínio de fiéis com baixa renda, como também pelos maiores índices de exposição à autoridade religiosa, conforme tabela abaixo, que aponta para a porcentagem considerável de 52% de pentecostais que freqüentam várias vezes por semana os serviços religiosos correspondentes às denominações das quais são adeptos.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS DE 16 A 65 ANOS, POR FREQUÊNCIA AOS SERVIÇOS RELIGIOSOS, SEGUNDO A RELIGIÃO ATUAL – BRASIL 1998^{113*}

Frequência aos serviços religiosos (%)

| Religião Atual | Nunca | Anual-mente | Mais de uma vez ao mês | Semanal-mente | Várias vezes por semana | TOTAL |
|---------------------------|-------|-------------|------------------------|---------------|-------------------------|-------|
| Católica | 3,2 | 22,6 | 22,6 | 46,1 | 5,5 | 100 |
| Protestan-tismo histórico | 0,3 | 7,3 | 4,2 | 43,7 | 44,5 | 100 |
| Pentecos-tal | 0,7 | 7,9 | 4,8 | 34,4 | 52,2 | 100 |
| Espírita Kardecista | 7,2 | 6,3 | 4,7 | 68,9 | 12,9 | 100 |

¹¹³ Fonte: Ministério da Saúde. Pesquisa sobre comportamento sexual da população brasileira e percepções sobre HIV/AIDS *apud* ALMEIDA, R.; MONTEIRO, P. Trânsito religioso no Brasil. *In* São Paulo em Perspectiva 15 (3), 2001, p.95.

* A tabela continua na página seguinte.

| | | | | | | |
|-----------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| Afro-brasileira | 0,0 | 6,5 | 47,3 | 30,1 | 16,1 | 100 |
| Sem religião | 43,0 | 30,7 | 20,3 | 5,6 | 0,4 | 100 |
| Outra | 1,5 | 6,3 | 9,6 | 39,1 | 43,5 | 100 |
| TOTAL | 6,7 | 19,9 | 18,6 | 41,0 | 13,7 | 100 |

Tomando-se por base outra tabela, que leva em conta o grau de exposição às autoridades eclesíásticas discriminando as diferentes denominações pentecostais e não-pentecostais, observa-se que a IURD prefigura-se como a religião que mais tem conseguido submeter seus fiéis à autoridade de seus quadros eclesíásticos. De acordo com a tabela, nove entre dez fiéis *iurdianos* possuem elevado grau de exposição às autoridades eclesíásticas da igreja.

TABELA 4 – GRAU DE EXPOSIÇÃO ÀS AUTORIDADES RELIGIOSAS* (%) ¹¹⁴ *

| Denominação | Baixo | Médio | Alto | TOTAL |
|--------------------|-------|-------|------|-------|
| Assembleia de Deus | 7,4 | 12,3 | 80,3 | 100 |

¹¹⁴ Fonte: ESEB, 2002 *apud* BOHN, S. R. op. cit., p. 304.

* A tabela continua na página seguinte.

| | | | | |
|-----------------------------------|------|------|------|-----|
| Congregação Cristã do Brasil | 5,3 | 7,9 | 86,8 | 100 |
| Igreja Universal do Reino de Deus | 3,8 | 3,8 | 92,3 | 100 |
| Outras pentecostais | 5,1 | 5,1 | 89,7 | 100 |
| Batista | 15,7 | 3,9 | 80,4 | 100 |
| Outras não-pentecostais | 17,9 | 10,3 | 71,8 | 100 |
| Não especificou denominação | 18,9 | 0 | 81,2 | 100 |

*Nível de significância de 0.000 no teste de qui-quadrado (valor de 330.3842). V. de Cramér: 0,2164.

Destarte, com base nos dados apresentados até aqui, e em face dos argumentos que refutam as concepções seminais acerca dos movimentos pentecostais brasileiros, pode-se observar que o pentecostalismo – nomeadamente sua vertente mais recente, neopentecostal –, não só está se tornando menos distintivo e acomodado à cultura brasileira, como também tem eficazmente exercido seu crescimento e autoridade institucional mediante um contexto social que possui escassos recursos econômicos – além de baixa adesão a setores organizados da sociedade civil, como partidos, sindicatos, etc. - para enfrentar as vicissitudes inerentes a uma conjuntura de desequilíbrio econômico e precarização das condições formais de trabalho assalariado, decorrentes das sucessivas crises econômico-inflacionárias que acometeram o país nos anos 1980 e início dos anos 1990.

Acrescente-se ainda que a condição de fracasso dos sucessivos planos econômicos de estabilização monetária desorganizou profundamente o

funcionamento e a credibilidade do campo estatal brasileiro¹¹⁵, fato esse que permitiu o aprofundamento da experimentação neoliberal no país ao longo da segunda metade dos anos 1990, engendrando, assim, a irrupção de um novo universal cuja expressão axiomática é, no limite, menos Estado e mais liberdade de agência individual¹¹⁶.

Parâmetros como Estado mínimo, empreendedorismo, autonomia individual, eficiência, competitividade e produtividade se instalaram no debate político e intelectual, nas tomadas de decisão de grupos empresariais e financeiros, em alguns dos grandes partidos políticos, em certos meios acadêmicos e jornalísticos e também entre os tecnocratas. Tal ambiência, embora mais ativamente discutida entre os setores políticos, econômicos e intelectuais, tornou-se imanente no tecido social e tem estimulado diversos atores do campo religioso a reinterpretarem seus quadros sociais de referência no sentido de se proceder à transformação da religião em um espaço afeito a produção e difusão de valores atinentes à uma visão de mundo excessivamente privatista.

A internalização de valores privatistas na doutrina religiosa neopentecostal é propalada aos fiéis pela recursiva insistência no sucesso intramundano mediante a emulação espiritual, e pode ser considerada como um efeito de tomada de consciência desta vertente religiosa quanto à gradual configuração de um indivíduo moderno que brota da periferia, privado muitas vezes de condições básicas de cidadania e, portanto, submetido a condições econômicas e sociais de profunda instabilidade, insegurança e abandono estatal, e que encontra na possibilidade de auto-realização e no

¹¹⁵ A crise política brasileira, desencadeada na segunda metade da década de 1980, associada à crise do modelo econômico nacional-desenvolvimentista, é analisada por: SALLUM JR., B. No labirinto da crise. In **Labirintos – dos Gerais à Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

¹¹⁶ Luiz Werneck Vianna afirma que a crise do Estado brasileiro, que se estendeu durante boa parte da década de 1990, deve-se, em larga medida, aos índices dramáticos de inflação verificados ao longo de todo o período de transição democrática e à baixa perspectiva de crescimento econômico, que tornaram a sociedade civil muito vulnerável às soluções de laboratório - como os programas de estabilização monetária iniciados a partir do Plano Cruzado -, cujo fracasso derrubou os projetos republicanos e comunitaristas e abriu terreno para o aprofundamento da experimentação neoliberal, o que implicava a reforma de algumas instituições da Carta de 1988. In VIANNA, L. W. A judicialização da política no Brasil. In VIANNA, L. W. et. al. **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p.49.

empreendimento de si um mecanismo alternativo de ascensão social, prestígio e de acesso à sociedade de consumo.

São de grande valia, nesse bojo, as constatações de Diana Nogueira de Oliveira Lima¹¹⁷, obtidas a partir de estudo etnográfico recentemente realizado com fiéis da IURD, pois permitem aferir com bastante acuidade de que maneira se processa, ao nível dos fiéis, a assimilação do enfático discurso sobre a prosperidade veiculado pela Igreja Universal.

Segundo Diana Nogueira, os fiéis por ela entrevistados não ocupam posição estratégica em nenhuma organização produtiva ou financeira, são pobres e muito precariamente escolarizados, não têm qualquer qualificação e, portanto, não se encontram em nenhuma categoria ocupacional, nunca tiveram experiência associativa tampouco foram beneficiados por nenhum mecanismo social de inserção. Basicamente, o que todos têm em comum resume-se apenas à força de trabalho, que poderia ser empenhada em algum emprego no setor da indústria. Todavia, como vivem em um contexto metropolitano de progressiva dificuldade de emprego e de baixos salários, enfrentam uma situação de marginalidade em relação ao sistema produtivo. Além disso, nas histórias de vida destes fiéis, o trabalho ou a inserção em um contexto de labor não eram uma referência para a constituição de sua identidade, e, no caso em tela, como eram jovens fiéis, encontravam-se na famigerada classificação de “adolescentes em conflito com a lei”, antes de serem evangelizados.

Em geral, estes fiéis eram empreendedores de si mesmos antes ainda de aderirem à igreja. Ou trabalhavam por conta própria prestando pequenos serviços, ou ainda valiam-se do crime - e de estratégias para driblarem a polícia - para auferirem seus recursos financeiros, e nutriam verdadeiro desprezo por trabalhos repetitivos e extenuantes, normalmente atrelados a vínculos empregatícios. Em suma, a pesquisadora os descreveu como essencialmente autônomos, ou ainda, negativamente autônomos¹¹⁸, em função de suas condições de abandono e esquecimento pelas políticas sociais. Contudo,

¹¹⁷ LIMA, D. N. O. “Prosperidade” na década de 1990: Etnografia do Compromisso de Trabalho entre Deus e o Fiel da Igreja Universal do Reino de Deus. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 1, 2008, pp. 25 a 29.

¹¹⁸ Idem ,p.26.

“embora isolados e fragilizados por conta desse isolamento no mercado de trabalho, adjectivá-los de ‘abandonados’, ‘esquecidos’, ‘excluídos’ ou, enfim, ‘vítimas’, seria, mais do que um equívoco interpretativo sobre o modo desses homens de camadas populares estarem em um mundo ausente de instituições inclusivas, um desrespeito à representação que fazem de si mesmos e que os moveu à conversão a essa denominação pentecostal que os ensina a trabalhar ‘com Deus’ por uma ‘vida melhor”

119

A cosmologia da Igreja Universal concebe o fiel como um sócio de Deus, mediante a contrapartida do dízimo, atestando que este é a ferramenta precípua para que o fiel contribua para a “Obra de Deus”, para que o “Mal” seja eliminado e para que a abundância possa chegar a todos. Segundo Ricardo Mariano, para o fiel receber a benção da abundância, ele deve

“(…) possuir uma fé inabalável, confessar a posse da benção, observar as leis da prosperidade, ou o que Mauss (1974), no ‘ensaio sobre a dádiva’, nomeia de ‘princípio da reciprocidade’, popularmente conhecido no Brasil pela expressão ‘é dando que se recebe’. [Contudo], confessar nada tem a ver com pedir ou suplicar a Deus. Estas são atitudes reprováveis, demonstrações de pouca fé, sinais de ignorância do modo correto de como se relacionar com Deus. Os cristãos, em vez de implorar, devem decretar, determinar, exigir, reivindicar, em nome de Jesus, como Deus prescrevera, para ‘tomar posse das bênçãos’ a que têm ‘direito”¹²⁰.

¹¹⁹ Idem, p. 27.

¹²⁰ MARIANO, R. A Teologia da Prosperidade. In **Neopentecostais. Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.154.

Para Diana Nogueira, o fiel troca o dízimo por coragem, para levar a cabo seus auspiciosos projetos empreendedores que visam uma vida melhor¹²¹.

Pode-se dizer que à dimensão privatista - interpretada à luz do contexto periférico de modernidade no Brasil -, do fiel iurdiano, justapõe-se outra dimensão, racional, na dinâmica de interação entre fiel/igreja. Segundo Walter Barbieri Junior¹²², os especialistas religiosos da IURD afiguram como intermediários entre os humanos e Deus, no trajeto de superação de forças sobrenaturais malignas que impedem a manifestação do Deus do bem e da prosperidade. Para o fiel, visto por Barbieri Junior pelas lentes das teorias *rational choice* de Laurence Iannacone, F. Lechner, Rodney Stark e Willian Bainbrigde, os serviços oferecidos pela IURD são racionalmente compensatórios, uma vez que tendem a aumentar sua auto-estima através de libertações psicológicas e de compensações específicas, produzindo um efeito semelhante a uma função matemática em que o aumento de auto-estima leva a um aumento do grau de felicidade, "(...) criando mecanismos internos que podem facilitar a obtenção de uma recompensa, como, por exemplo, um emprego, através do aumento de confiança em si próprio" ¹²³.

Há ainda uma dimensão ética, talvez um corolário das dimensões moderna e racional, no eficaz discurso institucional iurdiano, que Roberto Torres¹²⁴, ao evocar Luic Boltanski e Eve Chiapello, chama criticamente de "o novo espírito do capitalismo".

Segundo Torres, a expansão do capitalismo para a periferia planetária não traz a reboque o arcabouço ético umbilicalmente ligado à gênese do racionalismo moderno nos países de capitalismo avançado. Para o autor, a questão "pós-weberiana" a se entender no contexto brasileiro diz respeito aos efeitos, e quase nunca à razão de ser, da expansão das instituições fabricadas

¹²¹ LIMA, D. N. O. op. cit., p.28.

¹²² BARBIERI JUNIOR, W. A troca racional com Deus. A Teologia da Prosperidade praticada pela Igreja Universal do Reino de Deus analisada pela perspectiva da Teoria da Escolha Racional. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

¹²³ Idem, p. 97.

¹²⁴ Cf. TORRES, R. O neopentecostalismo e o novo espírito o capitalismo na modernidade periférica. In Perspectivas, São Paulo, v. 32, pp. 85-125, jul/dez 2007.

na Europa e nos Estados Unidos. Em verdade, o autor lembra, a partir das análises de Boltanski e Chiapello, que a legitimidade das instituições e dos valores clássicos do capitalismo moderno anda sendo profundamente abalada nas últimas décadas.

No caso específico francês, entre os anos 1965-1975, formas obsoletas de trabalho e padrões rígidos de autoridade foram sistematicamente questionados por trabalhadores industriais. No limite, este era um período que experimentava os estertores do regime político-econômico do welfare-state, e que encontrava diante de si o desenvolvimento de novas formas de acumulação e exploração do capital sobre o trabalho. A assim chamada acumulação flexível de capital¹²⁵, capitaneada pela crescente financeirização da economia nos últimos tempos, pela desregulamentação das relações de trabalho e pela desconcentração do controle da produção econômica no setor industrial, possibilitou o desenvolvimento de e a adesão cada vez mais crescente a novos estilos de vida, desvinculados das tradicionais identidades cultivadas consoante a posição ocupada na esfera da produção, e afeitos às possibilidades de auto-realização e maximização de qualidades intrinsecamente pessoais como ferramentas passíveis de serem usadas como instrumento de trabalho. Chamado por Boltanski e Chiapello de “regime de projetos”, este novo estilo de vida substituiu as relações estáveis de cooperação e interdependência por redes em que a mobilidade e o desprendimento são percebidos em termos absolutos.

“Neste regime os ‘testes legítimos’ passam a exigir entrega emocional e fidelidade a empreitadas de curto prazo, e em relações efêmeras que não permitem a avaliação e o reconhecimento de atributos que definem o status de uma profissão numa perspectiva de longo prazo”¹²⁶.

¹²⁵ A definição de acumulação flexível de capital ora enunciada baseia-se em David Harvey - especificamente em suas reflexões sobre a transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. Cf. HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, pp.115-184.

¹²⁶ *Idem*, p.93.

Num contexto como o brasileiro, em que o imprevisto, a entrega emocional e o empreendimento de si são, muitas vezes, as únicas ferramentas de que dispõe um indivíduo para pleitear a ascensão social em sua vida, a emulação espiritual e a chance de se tornar sócio de Deus e de gozar da prosperidade material que provém do uso corajoso e determinado da fé despontam como instrumentos deveras confortáveis para justificar a condição de pobreza e a hierarquização social como resultados da disposição, ou não, de batalhar para conquistar uma vida melhor na esfera do mercado. Assim, a sedução provocada pelos novos estilos de vida desencadeados pelo capitalismo pós-industrial permite o fortalecimento e a consagração do discurso religioso, quando este se prefigura como possível catalisador de recursos motivacionais e, portanto, como afirmador de uma ética que deposita no indivíduo e na sua fé os principais pilares para a confirmação do sucesso intramundano.

A religião acaba por ocupar espaços que, a rigor, foram modernamente consagrados ao Estado, aos partidos políticos e aos sindicatos, posto que, face a um cenário abandono social e desamparo legal, a existência única e simples de uma esperança constantemente motivada e acrescida através da experiência da fé tornou-se suficientemente poderosa para reconverter capital religioso em capital político e, a reboque, reafirmar a presença da religião na esfera pública. Foi – e continua sendo – assim que a IURD tornou-se um sujeito político, na medida em que seus fiéis têm transformado a credibilidade que depositam no discurso religioso em voto¹²⁷.

¹²⁷ “Percebe-se que a ética (a moral referente à religiosidade assumida) é a porta de entrada das comunidades pentecostais para o mundo da política. Uma questão que se levanta é: quais são as visões que integram a cosmovisão dessa moralidade que se preocupa com a vida política institucional? Com excessão da maioria dos pastores da AD [Assembleia de Deus], podemos observar que a IEQ [Igreja do Evangelho Quadrangular] e a IURD usam o discurso da batalha espiritual como elemento fundamental para o discurso interno, ou seja, para o convencimento de seus fiéis a votarem em seus candidatos”. Cf. PEDDE, V. A percepção dos fiéis pentecostais quanto ao envolvimento de suas denominações na atividade política. In Debates do NER, Porto Alegre, ano 5, nº6, dezembro 2004, p.115.

A AUSENTE IDENTIDADE PARLAMENTAR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PODER POLÍTICO DA IURD

Debruçando-se sobre a atividade legislativa de todos os deputados federais da IURD durante o período correspondente à última legislatura (2007-2011), percebe-se, de chofre, uma grande diversidade de agendas na atuação destes representantes¹²⁸.

Antonio Bulhões (PRB-SP) possui projetos de lei (PLs) em 17 matérias legislativas distintas, sendo que parte significativa dos PLs (aproximadamente 33% do total) concentra-se em duas matérias: regulação política (4 PLs) e consumidor/serviços públicos (5 PLs); Iliobaldo Vivas da Silva (PRB-RJ) possui PLs em 6 matérias (Criança e Adolescente, Defesa Civil/Segurança, Deficientes, Meio Ambiente/Lixo/Água, Regulação do Trabalho, Turismo); Paulo Roberto Pereira (PTB-RS) apresentou PLs em 12 matérias (Agentes Públicos, Agropecuária/Reforma Agrária, Cidadania/Direitos Humanos, Consumidor/Serviços Públicos, Criança e Adolescente, Cultos Religiosos, Defesa Civil/Segurança, Deficientes, Habitação/Questões Urbanas, Justiça/Códigos, Regulação do Trabalho, Tributos/Taxas etc.); George Hilton (PRB-MG) possui apenas 3 PLs de sua autoria, entre os quais está o PL-5598/2009, conhecido sob a alcunha de “Lei Geral das Religiões”; Davi Alves Silva Júnior (PR-MA) possui PLs em 5 matérias distintas (Consumidor/Serviços Públicos, Deficientes, Energia, Saúde, Transporte Coletivo e de Aluguel); Eduardo Lopes (PRB-RJ) possui apenas dois PLs, um sobre regulação do trabalho e outro sem classificação definida; Márcio Marinho (PRB-BA) possui PLs em cinco matérias (Alimentos/Nutrição, Criança e Adolescente, Idosos/Aposentados, Trânsito, Tributos/Taxas); por fim, Flávio Bezerra (PRB-CE) possui PLs distribuídos em 13 matérias distintas, com a maior parte de sua produção legislativa (aproximadamente 37% do total) canalizada para a

¹²⁸ A discriminação completa e as respectivas classificações em matérias de todos os projetos de lei dos deputados federais supracitados encontram-se disponíveis em <http://www.excelencias.org.br>.

atividade pesqueira e organizada em torno de duas matérias: agropecuária/reforma agrária (6PLs) e meio ambiente/lixo/água (5 PLs).

Fixando-se *stricto sensu* na atuação legislativa destes parlamentares, percebe-se como é difícil esquadrihar o gradiente de suas posições ideológicas/programáticas. Afora o nítido posicionamento corporativo em defesa dos interesses institucionais da IURD e, num contexto mais amplo, de manutenção/expansão de benefícios e garantias às liberdades religiosas¹²⁹ e de defesa de alguns princípios e valores cristãos em questões polêmicas e pontuais¹³⁰, não existe um projeto ou identidade política transversal a estes representantes de modo a vertebrá-los enquanto atores de um organismo político coeso, programático e ideológico. Distantes da possibilidade concreta de serem um centro político aglutinador e organizador de tendências, debates, idéias e projetos de reforma sensíveis nas estruturas política, econômica e social, os parlamentares da IURD - e neste caso, os evangélicos como um todo - exasperam sua unidade de pensamento nos casos de conflito patente entre a ética religiosa e a atividade parlamentar, nos quais dissensões internas no bloco parlamentar evangélico são neutralizadas ao serem subsumidas ao escrutínio da moralidade religiosa. Este é o caso, por exemplo, do PL - 4725/2009, de autoria do pastor da IURD e deputado federal Flávio Bezerra, que propôs a criação de uma bolsa-auxílio para a mulher vítima de estupro que viesse a optar por realizar o aborto legal, iniciativa esta que provocou reações fortes em setores sociais cristãos, que em alguns casos chegaram a qualificar

¹²⁹ Caso dos já mencionados PLs 65/2005 e 5598/2009 (“Lei Geral das Religiões”), respectivamente elaborados pelo senador Marcelo Crivella e pelo deputado federal George Hilton, ambos religiosos da IURD.

¹³⁰ Mesmo a defesa de princípios e valores cristãos não tem plena ressonância nas lideranças políticas e religiosas da IURD. A proibição peremptória do aborto, uma das bandeiras políticas cristãs mais influentes na esfera pública, não encontra respaldo na figura do líder e fundador da IURD, o bispo Edir Macedo, que afirmou em seu blog na internet que “(...) sou a favor do aborto, não indiscriminadamente, mas em determinadas circunstâncias. Não faço isso para declarar guerra a nenhuma religião ou à parcela da sociedade que é contra o procedimento. Tenho esta opinião principalmente porque a fé que eu professo me impede de exaltar a hipocrisia. (...) Diversas manifestações sociais, políticas e religiosas condenam a legalização do aborto, em nome da “defesa da vida”, mas parecem ignorar ou não dar o mesmo valor à vida de crianças que nasceram indesejadas ou em famílias sem a menor condição de criá-las, e que andam por aí, revirando lixo para se alimentar, expostas a todo tipo de doença e violência nas ruas. Também não parecem se importar com a vida de meninas e mulheres que morrem diariamente em clínicas de aborto clandestino”. Disponível em: <http://bispomacedo.com.br/2010/09/03/jesus-fala-sobre-o-aborto>. Acesso em: 30/11/2010.

pejorativamente o PL de “Bolsa Aborto” e de “barbaridade legislativa”¹³¹. Sob a pecha de “premiar” a prática de um suposto crime contra uma vida em gestação - ventilada por ativistas cristãos descontentes com esta iniciativa parlamentar -, no dia 30/06/2009, deputado Flávio Bezerra encaminhou requerimento à Câmara dos Deputados (REQ 5098/2009) solicitando a retirada de tramitação do PL-4725/2009 – documento que foi deferido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados no dia 10/07/2009.

Sem uma identidade que transcenda o espectro religioso, que seja capaz de evoluir no sentido de uma pauta clara e abrangente de atuação política, os parlamentares evangélicos como um todo caracterizam-se pela ausência de claros posicionamentos que possam distingui-los dos demais parlamentares e que justifique a agregação deles em um partido novo ou em outro já existente¹³². Entretanto, a ausência de uma identidade política secular entre os evangélicos não tem criado óbices quanto à canalização recente da representação político-parlamentar da IURD em torno de um partido, o PRB¹³³, que, embora legalmente não possa ser constituído como partido religioso, tem entre seus quadros políticos funcionários religiosos da IURD¹³⁴, como o bispo licenciado e atual senador Marcelo Crivella, além de ter recebido, durante campanha referente às eleições de 2006, R\$1,51 milhões vindos de oito empreiteiras que detêm grandes contratos com a IURD para fazer igrejas de

¹³¹ Informação disponível em no site: <http://gruporenascer-rcc.blogspot.com/2010/09/uma-barbaridade-legislativa-apresentada.html>.

¹³² BORGES, T. D. P. Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. *In Perspectivas*, São Paulo, v.35, pp.149-171, jan/jun. 2009.

¹³³ De acordo com reportagem do jornal “O Estado de São Paulo, de 14 de novembro de 2009, a IURD agrupou no PRB, no ano de 2009, deputados federais que ajudou a eleger por outras legendas em 2006, inflando para oito parlamentares a bancada do partido na Câmara até o fim de 2010. Segundo a reportagem, com as transferências, a IURD deixa a postura anterior, de manter parlamentares em siglas diferentes, para se concentrar em uma legenda. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,igreja-universal-concentra-seus-deputados-no-prb,466483,0.htm>. Acesso em 20/01/2011.

¹³⁴ O PRB contou, até o fim da legislatura 2007-2011, com oito deputados federais, todos evangélicos, boa parte dos quais eleita por outras legendas e agrupada posteriormente no interior do partido. Dentre os quais, seis são pastores da IURD. São eles: Antonio Carlos Martins Bulhões (ex PMDB), Eduardo Benedito Lopes (ex PSB), Flávio Bezerra da Silva (ex PMDB), George Hilton dos Santos Cecílio (ex PL), Iliobaldo Vivas da Silva (ex PDT), Márcio Carlos Marinho (ex PL). Fonte: <http://www.excelencias.org.br/@casa.php?bc=evangelico&casa=1>. Acesso em 31/01/2011.

porte médio e as chamadas “Catedrais da Fé”, que podem abrigar até 8.000 pessoas sentadas¹³⁵.

Não cabe dentro dos limites deste trabalho esmiuçar o processo conducente à criação do PRB, nem quais são os interesses e propósitos que orbitam especificamente o seu funcionamento. No entanto, é possível afirmar sinteticamente que se trata de uma legenda que atende a interesses estratégicos do alto escalão político e religioso da IURD e que não possui em sua gênese o suporte de interesses sociais organizados em setores de base, como nos sindicatos, associações civis e demais organismos de luta política e social que fermentam dentro da sociedade civil. Outrossim, pode-se afirmar que o partido nasce dentro da sociedade política, através de um pacto de elites capitaneado, entre outros, pelo senador Marcelo Crivella que, no ano de 2005, em meio à crise política instalada pelo escândalo de corrupção conhecido como “Mensalão”, criou uma dissidência dentro de seu antigo partido, o PL (Partido Liberal) – dissidência esta que, no ano seguinte, veio a aglutinar-se formalmente dentro do PRB.

Com uma legenda partidária à sua plena disposição, a IURD passou a deter em suas mãos um mecanismo institucional efetivo de articulação de interesses corporativos dentro da esfera política. Neste sentido, sua montagem organizacional avança sobre espaços de decisão no interior dos quais a formação de alianças com as estruturas políticas de governo costumam garantir atendimento profícuo aos interesses e demandas dos próceres da organização religiosa. Faz sentido traçar um paralelo entre as estratégias hodiernas da IURD para tirar proveito dos benefícios possíveis dentro do mercado político brasileiro e as medidas tomadas pela Igreja Católica durante a Primeira República para restituir sua autoridade e redefinir sua montagem organizacional após a laicização do Estado promovida pela Constituição Republicana de 1891.

Em ambos os casos - separados por um lapso temporal de quase um século - as figuras-chave na condução de políticas destinadas ao público interno (a saber, os grupos dirigentes religiosos) são aqueles funcionários

¹³⁵“Empreiteiras de obras da Universal financiam PRB”. Reportagem da Folha de São Paulo, 23 de setembro de 2007.

religiosos que atuam como “empresários” que se mostraram bem-sucedidos na montagem de alianças com os detentores do poder. De um lado, esteve a Igreja Católica, com seu episcopado, envolvida em um projeto de expansão institucional apoiado nas alianças com setores de peso das oligarquias estaduais¹³⁶; de outro, está hoje a IURD, contando com um governo episcopal altamente centralizado, uma estrutura partidária sob seu controle, uma bancada na Câmara dos deputados, um senador, seus cerca de seis milhões de fiéis e seu aporte midiático, oferecendo patrocínio político aos dois últimos governos federais (Lula e Dilma Rousseff) e obtendo, em contrapartida, credenciais para pleitear recursos públicos (leis, concessões de rádio e TV, etc.) em benefício próprio através do domínio sobre uma modalidade específica de capital, o político, com o qual exemplifica o estatuto clientelístico predominante nas relações políticas e, ao mesmo tempo, inspira os demais grupos religiosos e de interesse que atuam na esfera pública.

A razão para a existência deste perfil político excessivamente desarticulado do ponto de vista programático/ideológico, mas profundamente ancorado em propósitos de grandeza corporativa/organizacional está presente nas já discutidas frágeis condições político-sociais de uma parcela considerável da sociedade civil desorganizada, que não encontra em seu bojo intermediários para promover a socialização do poder, a participação popular e as formas de autogoverno pelas quais seja possível a construção de uma vontade política com vistas à elevação das condições de vida das massas subalternas. As lideranças religiosas e políticas formadas pela IURD não possuem histórico de participação em movimentos sociais. Além disso, são geralmente provenientes de setores mais pobres da população e estão em um movimento de ascensão social graças ao engajamento religioso, com o qual cerram fileiras ideológicas em favor da legitimação das estruturas de poder corporativo da igreja, provocando um arrocho profundo nas possibilidades de articulação dialógica de sua politização com as causas políticas potenciais de suas bases sociais.

Nas décadas de 1970 e 1980, uma fração importante da Igreja Católica atingiu o terreno do mundo secular envolvendo-se no desafio político de buscar

¹³⁶ MICELLI, S. A transição do regime de padroado para um novo status político no regime republicano. *In A Elite Eclesiástica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras: 2009.

alternativas para a dissolução das contradições da sociedade capitalista. Naquele momento, nascia e se desenvolvia no Brasil, na América Latina e no Caribe a Teologia da Libertação, fortemente influenciada pelo marxismo e por mudanças no âmbito da Igreja Católica que a puseram em diálogo com o mundo moderno e com as questões sociais. Entre estas mudanças estavam a experiência pedagógica da Ação Católica¹³⁷ nos anos 1960, a realização do Concílio do Vaticano II entre 1962 e 1965 e a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizado em Medellín, na Colômbia, em 1968, que construíram uma nova ética católica que passou a enfrentar as causas sociais da pobreza e serviu de substrato para o florescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), através das quais se formaram quadros políticos importantes na vida sindical e associativa daquele período que, posteriormente, se transformaram em pilares para a formação e consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) – o primeiro a contar com o protagonismo de setores das classes populares em sua fundação.

Hoje em dia, o pentecostalismo (e sua vertente neopentecostal) é o movimento religioso que atinge mais cirurgicamente os indivíduos subalternos que, embora submetidos a uma dinâmica urbana injusta, não encontram nas condições de mobilização popular supracitadas referenciais para seu modo de vida¹³⁸. Como consequência, as redes de socialização pentecostais que se incrustaram na vida diária destes indivíduos substituíram as lutas político-sociais dos movimentos organizados dentro das CEBs por um proselitismo que trabalha em favor da valorização da pessoa e das relações pessoais, gerando com isso aumento de auto-estima e impulso empreendedor, além de ajuda

¹³⁷ Segundo Ângela Randolpho Paiva, a Ação Católica “foi o embrião de uma nova ética católica que iria modificar profundamente a visão de mundo religiosa de vários católicos a partir de então. Porque a transcendência e a solidariedade aí presentes demandavam o engajamento na esfera social, quando passou a ser necessário que o ‘católico’ participasse dessa esfera enquanto católico, mas sendo possível sua participação num mundo secularizado e plural. Foi ainda um caminho sem volta para aquele setor da Igreja que pensaria um novo tipo de ação católica tempos depois com a teologia da libertação. (...) E é inegável a importância dessa mudança porque a prática religiosa passou a ser possível ao católico em uma nova relação com as outras esferas, uma vez que o ser católico não significava mais a necessidade de impor a verdade absoluta, mas, sim, a necessidade de fazer com que a vivência religiosa transcendesse o ato religioso em si para então ser vivida na história humana secularizada” (PAIVA: 2003, p.222).

¹³⁸ Modo de vida este profundamente pautado pelas mediações que estabelece com o universo do consumo e do empreendedorismo individual.

mútua com o estabelecimento de laços de confiança e fidelidade. No entanto, estas redes que se estabeleceram começaram a delimitar um escopo muito reduzido de relações sociais, circunscritos a esquemas de reciprocidade estabelecidos entre os próprios fiéis e simbolizado no princípio bíblico de ajudar primeiro os “irmãos de fé”.

Assim, na mesma proporção em que estas redes pentecostais incluem, sobretudo, pobres e migrantes, excluem aqueles que não compactuam da mesma identidade religiosa. Em pesquisa realizada na favela de Paraisópolis, na região metropolitana de São Paulo, Ronaldo Almeida constatou que os pentecostais da comunidade

“(...) pouco participam de outros níveis associativos, tais como partidos, sindicatos, união de moradores e lazer. Os cultos competem com outras atividades no uso do tempo livre, além de as próprias denominações suprirem seus fiéis com entretenimentos como, por exemplo, a formação de grupos de música, teatro, esportes etc., sempre relacionados à religião”¹³⁹.

A IURD – maior expoente entre as religiões pentecostais a atuar junto a este segmento social – adiciona um ingrediente ainda mais destruturador sobre as frágeis bases existentes na vida social e comunitária destas pessoas: seus templos não se encontram nas regiões de maior vulnerabilidade social, uma vez que a implantação dos mesmos e a construção de grandes catedrais visam a dois objetivos: visibilidade e adesão em massa.

“Seus templos, assim como os da Igreja Católica, permanecem com as portas abertas durante todo o dia, e neles são realizados de três a cinco cultos diariamente. A qualquer momento é possível recorrer com facilidade a um templo da Universal e ao seu ‘socorro espiritual’. A visita ainda é estimulada nos programas de televisão, que, durante a pregação dos pastores, apresentam no ‘pé da tela’ os endereços de templos

¹³⁹ ALMEIDA, R. Chute na Santa. *In A Igreja Universal e seus demônios. Um estudo etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009, p. 46.

próximos à casa do telespectador. Como costuma dizer o bispo Macedo, sua igreja é um ‘pronto-socorro espiritual’. De fato, trata-se de serviços religiosos aos quais se recorre em momentos de aflição sem um compromisso mais restrito com a comunidade moral”¹⁴⁰.

Sem instituir, portanto, vínculo orgânico com sua comunidade religiosa, a IURD fortalece os laços que a unem com seus prosélitos através de relações relativamente impessoais, como, por exemplo, nas grandes concentrações que produzem um vínculo forte entre a multidão e o pregador (bispo Edir Macedo). Os fiéis, que normalmente avocam os serviços religiosos da IURD em busca de estímulo e/ou socorro espiritual para as mazelas físicas, materiais e psicológicas que os assolam, raramente produzem vínculos duradouros nas relações horizontais que estabelecessem entre si. Dentro dos templos, por sua vez, a IURD amplia simbolicamente seu poder de comando e direcionamento sobre os fiéis entretecendo seu discurso místico com um gnosticismo dualista que divide o mundo entre pessoas libertas e não-libertas, sendo que nestas há a constante atuação do diabo. Incutindo sobre os fiéis a sensação de que o mundo social está entregue à ação contínua do diabo, a IURD engendra uma verdadeira guerra espiritual que entroniza sua autoridade intramundana ao eleger um inimigo imaterial supremo e oferecer, como alternativa, uma ritualística que expia os males espirituais e abre caminhos para a restauração física, psicológica e material dos indivíduos que passarem a estabelecer um pacto de aliança e fidelidade com suas diretrizes.

A vulnerabilidade social e o isolamento em diversos níveis (familiar, comunitário, político, etc.), somados à sensação de permanente instabilidade e perigo na relação direta – sem intermediários espirituais – com a pluralidade de questões, dilemas e porta-vozes do mundo secular, projetam sobre a cena pública um conjunto de indivíduos que, produtos da carência histórica de construção de mecanismos austeros de empoderamento social, anuem com as estratégias autárquicas de atuação da IURD, que encontra, assim, legitimação em bases sociais cuja noção de cidadania ainda é muito frágil e que, em razão disso, exercem suas liberdades civis e seu direito de voto como estratégia para

¹⁴⁰ Idem, p. 55.

que “Deus” se manifeste como alternativa às suas vidas, já que a confiança pura e simples no bom funcionamento das instituições, quando estas são conhecidas, não produz nenhuma esperança de dias melhores.

CAUDILHOS E EMPREENDEDORES NA FORMAÇÃO DOS QUADROS RELIGIOSOS DA IURD

Uma das principais características da IURD é possuir uma estrutura interna bem definida. Fundamentalmente, conta com o trabalho de obreiros, pastores e bispos. Os obreiros são pessoas com pouco tempo de conversão (normalmente jovens de ambos os sexos) que auxiliam na realização dos cultos interagindo com os fiéis por meio das orações. Os pastores, além de dirigirem os cultos com sua pregação, são responsáveis pela administração de suas respectivas igrejas. Ambos – obreiros e pastores – ficam restritos às atividades de rotina, sem qualquer conexão ou papel influente sobre a estrutura de direção geral, onde se tomam as principais decisões administrativas, políticas e religiosas por meio do conselho dos bispos presidido por Edir Macedo.

Portadora, portanto, de uma estrutura eclesial centralizadora e não participativa, a IURD consegue mobilizar seu corpo burocrático-eclesial internalizando fatores de coesão que apelam para características típicas do “regime de projetos”. Aqueles funcionários religiosos com elevado potencial de comunicação, de exposição à mídia¹⁴¹ e, grosso modo, que estão em plena sintonia com um tom discursivo densamente emocional e arrivista, são

¹⁴¹ Quatro dos sete parlamentares da IURD (legislatura 2007-2011) mantêm vínculos diretos com meios de comunicação. Paulo Roberto Pereira (PTB-RS) é pastor da IURD, radialista e apresentador de televisão; Antonio Carlos Martins Bulhões (PRB-SP) é pastor da IURD, apresentador de televisão, além de ter declarado à Justiça Eleitoral deter cotas da Rádio Metropolitana Santista, Rádio Aratu Ltda., Rede Mulher de Televisão Ltda., Rádio Copacabana, Rede Mulher de Televisão Ltda., TV Record de Franca S/A e TV Record de Rio Preto S/A; George Hilton dos Santos Cecílio (PRB-MG) é pastor da IURD, cantor, radialista e apresentador de televisão; Marcelo Crivella (PRB-RJ) é engenheiro, pastor da IURD, cantor e detentor de concessão de radiodifusão no município de Franca-SP.

normalmente promovidos para altos postos de comando, através dos quais assumem a responsabilidade de organizar os demais quadros religiosos, submetendo-os a controle altamente rigoroso de avaliação, de sorte a construir um perfil corporativo homogêneo, pautado pelo emprego de qualidades intrinsecamente pessoais eficazmente amalgamadas com as diretrizes institucionais da igreja. Desta forma, todos os agentes religiosos da instituição são compelidos a atuarem não como uma mera engrenagem, mas como empreendedores cujos desempenhos individuais são sensivelmente percebidos e dotados de potencial valor contributivo para o crescimento institucional da igreja.

Exemplos deste comportamento organizacional são relatados por reportagem da Folha de São Paulo¹⁴², que descreve trechos de algumas videoconferências da IURD comandadas no ano de 2008 por bispo Romualdo Panceiro, atual “número dois” na hierarquia da igreja e apontado por Edir Macedo como seu sucessor. De acordo com a reportagem, os vídeos demonstram a pressão exercida sobre os pastores para que aumentem a coleta de recursos em benefício da igreja. Em uma das gravações, ocorrida em meio à campanha da igreja intitulada “Fogueira Santa de Israel”, Panceiro orientou os pastores a não limitar o valor do dízimo, mas a estimular. Nas palavras do bispo:

“O pastor pega uma quantidade de envelope, 20. E pega aí, uma pessoa com dez [mil reais], ou duas. Porque vem, rapaz. Isso é muito forte. O pastor pede aí duas pessoas, ou três, com 5.000. E depois o pastor vai, como se diz, vai abaixando. Entendeu? E depois que chegar a 20 ou 10 reais, diga assim: ‘O que que você tem para colocar?’”

Os sete pastores que tivessem maior crescimento, anunciou, ganhariam viagem de três ou quatro dias a Israel, onde queimariam os papéis com pedidos que fiéis entregariam durante a campanha. Panceiro afirmou ainda que o desempenho dos pastores seria checado por um programa de computador.

¹⁴² “Igreja Universal dá viagem a pastor que mais arrecada”. Reportagem do jornal Folha de São Paulo, de 20/06/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/753884-igreja-universal-da-viagem-a-pastor-que-mais-arrecada.shtml>. Acesso em 25/01/2011.

De acordo com o bispo, alguns pastores “malandros” reduziam sua arrecadação apenas para parecer que depois haviam “arrebentado” na campanha. *“Eu tenho um programa que é batata, que bate com a boleta legal”*, afirma.

Ao longo dos vídeos, percebe-se que bispo Panceira controla a máquina da igreja com tirocínio.

“Aos [pastores] estaduais, vou dizer uma coisa para vocês, se vocês não imprimirem, se vocês não colocarem esse ritmo de trabalho aqui, eu vou visitar, sem falar com vocês, e, se eu encontrar o povo frio, a igreja vazia, a cabeça de vocês vai rolar.”

Panceiro também reclama muito, nas gravações, de um pastor de Santa Catarina, a quem já havia afastado após uma visita surpresa. *“Eu não quero que você tome conta de mais nada. [...] Acorda! Você não falou que a igreja estava cheia? A igreja estava vazia, rapaz!”*, dispara. No mesmo dia, Panceiro mandou demitir dois pastores que teriam feito sexo com mulheres casadas. Panceiro pressiona muito para o aumento da arrecadação. Um pastor não identificado que aparece nos vídeos diz que uma igreja em Guarulhos-SP que arrecadava R\$5.000,00 mensais passou a obter quase R\$100.000,00.

Em reportagem anterior¹⁴³, o mesmo jornal tornara pública outra gravação referente à mesma videoconferência, onde bispo Romualdo Panceiro, entre outras coisas, ensina aos pastores que o assistem a lidar com os fiéis durante a crise financeira que afetou o mundo em 2008. Durante sua preleção, bispo Panceiro instruíra os pastores para que recorressem a trechos da bíblia nos quais se narra que o personagem bíblico Isaac, para escapar de uma grande fome, recebeu orientação divina para semear em solo ruim, e por isso foi agraciado. Nas palavras do bispo:

¹⁴³ “Em vídeo, Bispo da Universal ensina a arrecadar durante a crise”. Reportagem do Jornal Folha de São Paulo, de 13/04/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/videocasts/ult10038u718138.shtml>. Acesso em: 20/11/2010.

“Nós passamos um espírito tal de virar o jogo. Eu falei assim, olha: ‘Nós vamos virar o jogo, vamos virar o jogo’. Em três dias vamos fazer hoje, amanhã, sábado e domingo o que nós não fizemos nesses outros dias. Agora vocês têm que passar espíritos regionais. Que que nós temos que fazer? Não é agora com a crise que a gente, ô Clodomir [Clodomir Santos, bispo da IURD, ex vice-presidente da Rede Record de Televisão e apresentador do programa “Fala que eu te Escuto”], vai, como se diz, recuar. Não! Muito pelo contrário! Porque a crise só se vence com o quê? Com a fé. Com essa crise, se eu não pegar tudo o que eu tenho no banco e dar para Deus, a crise vai pegar o..., o espírito da crise vai pegar ela, não é mesmo, ô Clodomir, entendeu? Não é legal, isso? Então agora é o momento da gente apinhar as igrejas, agora é o momento da gente trabalhar com a fé. (...) Aí, quando a crise for embora, essas pessoas que contaram com Deus vão continuar contando com Deus. Olha o caso, por exemplo, de Isaac, ele não tava vivendo uma crise? Ele não podia plantar. É ou não é? A terra tava seca, não tinha chuva, mas porque ele creu naquela..., naquela..., Deus viu que ele tinha uma fé, pra quê? Pra jogar a semente na terra, então, Deus deu a ele a semente e ele jogou. Pois recolheu 100 por 1, rapaz! Por isso que a gente tem que perguntar, você crê na crise ou você crê em Deus?¹⁴⁴.

Conforme já apontado no segundo capítulo¹⁴⁵, a coesão e eficácia da política institucional da IURD são tão grandes que esta “máquina eclesial” autárquica estende seu poder dirigente para a atividade política por meio de processos de recrutamento e divulgação de candidatos corporativos sem consulta prévia às suas bases sociais. Sem dúvida, isto atesta que o pólo institucional da IURD prepondera sobre a iniciativa individual de seus pastores e agentes políticos, cujos instrumentos de reconversão de capital social em capital político não precisam ultrapassar os limites estritos de sua competência

¹⁴⁴ Esta preleção de bispo Romualdo Panceiro foi transcrita de vídeo publicado no site da reportagem “Em vídeo, Bispo da Universal ensina a arrecadar durante a crise”, do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/videocasts/ult10038u718138.shtml>.

¹⁴⁵ Cf. ORO, A. P., op. cit., 2003b.

religiosa, fato esse que se contrapõe à trajetória da maioria dos parlamentares religiosos que, para conseguirem votos suficientes para se eleger, precisam ocupar posições de destaque em outras esferas, especialmente aquelas relacionadas a atividades filantrópicas¹⁴⁶.

Atuando sempre dentro dos limites interpostos pela máquina administrativa eclesial, a IURD alcançou nas últimas décadas visível sucesso eleitoral. Em 1986, após nove anos de sua fundação, a IURD debuta na política, ao eleger um deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1990, elegeu três deputados federais e seis deputados estaduais. Em 1994, duplicou o número de deputados federais e elevou para oito o número de representantes nas Assembleias Legislativas. Em 1998, já eram 26 deputados estaduais distribuídos em 18 unidades federativas, além de 17 deputados federais (sendo 14 egressos da própria Igreja e três apoiados por ela)¹⁴⁷. Em 2002, elegeu 16 deputados federais e um senador. Em 2006, acontece o primeiro revés, quando 14 deputados federais da igreja foram denunciados, em uma CPMI¹⁴⁸, por envolvimento no escândalo de corrupção que ficou conhecido como “a máfia das sanguessugas”, resultando posteriormente em redução de 50% no número de eleitos para a bancada parlamentar da igreja, que passou a contar com sete deputados federais¹⁴⁹. Nas eleições de 2010, a IURD elegeu o mesmo número de deputados federais que em 2006, no entanto, pode-se dizer que seu desempenho eleitoral dá sinais de recuperação, já que o bispo licenciado Marcelo Crivella conseguiu se reeleger para o senado, consolidando-se como figura política influente no Congresso e na esfera pública nacional¹⁵⁰.

¹⁴⁶ CORADINI, O. L. “Em nome de quem”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, pp.121-152.

¹⁴⁷ ORO, A. P. Organização eclesial e eficácia política. O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *In Civitas*, Porto Alegre, v.3, nº1, jun.2003, p.99.

¹⁴⁸ Abreviação para Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que envolve Congressistas das duas Casas legislativas.

¹⁴⁹ MARIANO, R. & OLIVEIRA, R. E. S. O senador e o bispo: Marcelo Crivella e seu dilema shakespeariano. *In Interações – Cultura e Comunidade*, vol.5, nº6, 2009, p.88.

¹⁵⁰ Marcelo Crivella é um dos parlamentares religiosos que mais notabilidade possui em âmbito nacional, conforme aponta o breve memorial a seguir:

- 1) Trata-se de um cantor gospel de sucesso, com dez álbuns gravados;

Exemplos como estes deixam claro que a atividade institucional da IURD - com sensível apelo sobre uma conjuntura social de escassez de recursos econômicos e repertório pequeno ou inexistente de formas autônomas de associação e organização política - sustenta uma elite religiosa que dispõe de critérios absolutamente centralizadores para orientar/administrar seus quadros religiosos e promover seus representantes políticos, cujos esforços político e apostólico são dirigidos centripetamente para a ampliação da infra-estrutura institucional da igreja, conforme ilustrado mais detalhadamente no tópico a seguir.

-
- 2) Além de Senador da República reeleito, Crivella foi vice-líder do bloco de apoio ao governo Lula, além de já ter concorrido duas vezes à prefeitura municipal do Rio de Janeiro (2004 e 2008) e uma vez ao governo estadual do Rio de Janeiro (2008);
 - 3) Foi protagonista, em 1999, do projeto “Nordeste”, que consistiu na criação de uma fazenda no semi-árido nordestino cuja finalidade era tornar produtivas terras que estavam abandonadas pelo governo federal, utilizando para isso modelos de irrigação do solo semelhantes aos utilizados em Israel;
 - 4) Coordenou de maneira ostensiva o polêmico projeto “Cimento Social”, financiado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e realizado na cidade do Rio de Janeiro. Este projeto ficou profundamente marcado pela ação criminosa de alguns soldados durante ocupação militar no Morro da Providência, que entregaram alguns jovens da comunidade a traficantes rivais do Morro da Mineira, que por sua vez os assassinaram (fato este que redundou na retirada do Exército do morro, por decisão da Justiça Federal). Além disso, por decisão de um magistrado da Justiça Eleitoral, as obras do projeto chegaram a ser embargadas sob a alegação de que as mesmas tinham finalidade eleitoreira. Por fim, reportagens do jornal Folha de São Paulo e da Rede Globo denunciaram uma suposta negociação, havida entre um assessor do senador Crivella e alguns traficantes do Morro da Providência, cuja finalidade era estabelecer uma política de não-agressão durante a ocupação militar da favela para a consecução de obras de urbanização.
 - 5) Sua ligação com a IURD é alvo freqüente de críticas. Além de já ter sido objeto de investigações policiais e denúncias do Ministério Público Federal que o colocaram sob suspeita em relação a supostos crimes financeiros cometidos em favor da IURD, Crivella é constantemente atacado por críticos e adversários políticos em razão do enlace que estabelece entre política e religião, seja através do uso eleitoral que faz da IURD e de sua estrutura midiática, seja através de projetos de lei polêmicos, como o PL 65/2005, que estende benefícios da Lei Rouanet para templos religiosos, ou seja, prevê o fornecimento de recursos públicos para estes.

MÍDIA E POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO CIRCUITO DO PODER RELIGIOSO.

O proselitismo eletrônico, galvanizado através da aquisição permanente de canais de rádio e televisão, é um dos pilares de sustentação do crescimento de qualquer religião na conjuntura atual. Por isso, a representação parlamentar dos agentes religiosos da IURD integra uma parcela considerável de parlamentares evangélicos que atua junto ao poder público intermediando, em favor de suas respectivas denominações, concessões públicas de veículos de comunicação¹⁵¹.

Segundo informações da Anatel e da Abert¹⁵², até março de 2006, 25,18% das emissoras de rádio FM e 20,55% das AM nas capitais brasileiras eram evangélicas. Ressalte-se que as denominações pentecostais são as que controlam o maior número de concessões, destacando-se a IURD entre as FM, com 24 rádios, e a Assembleia de Deus entre as AM, com nove. Isto sem falar nas concessões públicas de canais de televisão que, como a tabela abaixo ilustra, passaram a se tornar realidade para alguns segmentos religiosos a partir da redemocratização do país em 1988, com destaque para a IURD, que possui três canais de televisão em rede aberta.

¹⁵¹ Muitos parlamentares evangélicos atuam como verdadeiros lobistas em favor de suas respectivas denominações. Entretanto, não é possível afirmar com os dados hoje disponíveis que este comportamento político distingue a bancada evangélica dos demais parlamentares, uma vez que, em razão da burocracia, da lentidão e do *modus operandi* de parte de políticos que preza pelo uso da política para o favorecimento pessoal ou de grupos de interesse, atores sociais de diversas origens são francamente incentivados a buscar apoio em parlamentares.

¹⁵² Informação disponível no site:
http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3906.
Acesso em 30/06/2010.

TABELA 5 – REDES DE TV RELIGIOSAS NO BRASIL ^{153*}

| Rede/Tvs | Entidade Controladora | Igreja Vinculada | Ano de Fundação |
|---------------------------------------|---|--|------------------------|
| EVANGÉLICAS* | | | |
| Rede Record | Televisão Record | IURD | 1989 |
| Rede Boas Novas | Fundação Evangélica - Boas Novas | Assembléia de Deus | 1993 |
| Rede Gospel | Fundação Evangélica Trindade | Igreja Apostólica Renascer em Cristo | 1996 |
| Novo Tempo | Tv Educativa | Adventista do 7º Dia | 1996 |
| Rede Gênese | Sara Brasil | Igreja Sara Nossa Terra | 1997 |
| Família | Rede Família de Comunicação Ltda. | IURD | 1998 |
| RIT (Rede Internacional de Televisão) | Televisão Cidade Modelo Ltda. | Igreja Internacional da Graça de Deus | 1999 |
| Tv Super de Televisão | | Batista da Lagoinha | 2002 |
| Record News | (Antiga Rede Mulher) | IURD | 2007 |
| Tv Enlace Juvenil | Grupo Pentecostal da Costa Rica – BH | Igreja Pentecostal Internacional | 2007 |
| CATÓLICAS | | | |
| Canção Nova | Fundação João Paulo II | Igreja Católica | 1989 |
| Tv Sudoeste | Fundação Cultural Celinauta (Rede Celinauta de Comunicação) | Igreja Católica (Frades Franciscanos) | 1990 |
| Pato Branco | | | |
| Rede Nazaré de Comunicação | Fundação Nazaré | Igreja Católica (Belém) | 1993 |
| Rede Vida | Televisão Independente de S. José do Rio Preto | Igreja Católica (Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã) | 1995 |
| Rede Nova Geração de Televisão (NGT) | Fundação de Fátima | Igreja Católica (Associação do Senhor Jesus) | 1999 |
| Século 21 | Fundação Século 21 | Igreja Católica (Associação do Senhor Jesus) | 1999 |
| Tv Educar | Fundação Dom Bosco de Comunicação | Igreja Católica | 2001 |
| Tv Imaculada | Milícia da Imaculada em Santo André | Igreja Católica | 2001 |
| Aparecida | Fundação Aparecida | Igreja Católica (Santuário Aparecida) | 2005 |

¹⁵³ Fonte: Relatório ISER/Fundação Ford (2007/2009) “Evangélicos e doutrina no ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo nacional”. Disponível em: <http://www.iser.org.br>.

* A tabela continua na página seguinte.

Em 2003, uma Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi criada para articular interesses evangélicos no Congresso Nacional. Como leva a supor o volume de concessões públicas supracitado, é marcante a atuação da FPE na obtenção de concessões de rádio e TV e na discussão de leis e políticas públicas afetas à área das comunicações - fato que se concretiza pela participação significativa dos membros desta frente nas Comissões de Comunicação tanto da Câmara quanto do Senado e nas votações das proposições legislativas no plenário. Sem dúvida que, sob este determinado aspecto, um corporativismo evangélico vem se formando no cenário político nacional¹⁵⁴, mas é preciso advertir que, embora exerçam influência, como parlamentares, na obtenção de concessões públicas de rádio e TV para as suas respectivas denominações religiosas, os parlamentares da FPE que integram a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentam baixa participação na Comissão em termos de debates sobre novas tecnologias e questões nacionais que envolvem a mídia no Brasil¹⁵⁵.

Segundo pesquisa realizada pelo ISER com alguns parlamentares que compunham a FPE na legislatura 2007-2011, percebe-se que a mídia é apresentada pelos mesmos como importante meio de controle social através da ética religiosa. De acordo com os parlamentares investigados, a mídia é um instrumento de combate a problemas sociais atuais como o da violência. Nesse sentido, os pentecostais se qualificam como capazes de desempenhar um papel socialmente relevante a partir da mensagem religiosa nas rádios e TVs pelo Brasil afora. O depoimento de Zequinha Marinho, pastor da Assembleia de

¹⁵⁴ Ao longo da legislatura 2007-2011, aproximadamente 20% dos 55 deputados federais que compunham a Frente Parlamentar Evangélica integraram a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCTIC) da Câmara dos Deputados. Número este que permitiu às igrejas, através de seus representantes políticos, construir poder de barganha para agilizar concessões públicas de rádio e TV. Dados retirados no relatório do ISER intitulado "Evangélicos e doutrina no ar – atuação dos parlamentares da FPE". Disponível no site: <http://www.iser.org.br>. A tabela, com a discriminação de todos os parlamentares evangélicos desta legislatura, que aponta em quais comissões atuam estes parlamentares (com destaque para os parlamentares da IURD) foi disponibilizada nos anexos deste trabalho.

¹⁵⁵ Relatório ISER/Fundação Ford, op. cit.

Deus e então deputado federal pelo PMDB-PA¹⁵⁶, é paradigmático a este respeito:

“E hoje, digamos assim, você... no meu ponto de vista, a igreja recuou muito, e está correndo atrás do prejuízo. Ela tem uma missão. Por exemplo, Jesus disse que ela é o sal da terra e a luz do mundo; ela foi um sal, mas um sal que esteve só no saleiro, né? Então, pra salgar, tem que estar em contato com a matéria. Recuou bastante, né, e esse perfil é um perfil que deu prejuízo; perfil de comportamento, perfil de visão estratégica, perfil de atuação; deu prejuízo; hoje, tem que correr, correr contra o tempo, buscar rádio, buscar televisão, buscar todos os meios de comunicação, pra que o evangelho realmente faça a diferença, porque senão daqui uns dias a gente vai ter um país insuportável, né? Você hoje vê um país... A segurança pública, por exemplo, está com deficiência, e todo mundo sabe que o governo não dá conta disso; a igreja dá conta disso. Parece algo absurdo dizer que ninguém dá conta disso, da questão... Se a igreja chegar com o evangelho na família do bandido, enquanto esse bandido não nasceu, está nascendo, ou tenha nascido, e seja uma criança, o evangelho muda o destino, correto? Agora, depois que o cara nasce, cresce, e pega uma metralhadora, você não consegue mais; é difícil você ganhar uma pessoa dessa pra trazê-lo, pra ser uma boa pessoa, né? Mas se o evangelho chegar lá, antes do perigo, antes do problema, o evangelho cura isso. O remédio pro Brasil passa por isso. O governo hoje gasta 10% do PIB, mais do que saúde, educação, assistência social, tudo junto, com segurança, e está aí essa situação. Quer dizer, é um trabalho que ele faz, um trabalho, digamos assim, que não é preventivo, é um trabalho curativo, uma força e tal, mas não segura, porque uma máquina aqui produzindo bandidos 24 horas, né, induzido pelas questões sociais, induzido pela falta de conhecimento, de temor de Deus, de respeito, de tudo; o evangelho

¹⁵⁶ Zequinha Marinho não é mais filiado ao PMDB. Para a legislatura atual (2011-2015), foi reeleito deputado federal pelo PSC. Informação disponível em: <http://www.excelencias.org.br/@candidato.php?cs=1&id=1062>. Acesso em 31/01/2011.

*muda esse comportamento, e bota o cara para ser uma boa pessoa, um bom cidadão, um bom pai de família, uma boa mãe de família*¹⁵⁷.

Em outro depoimento, Zequinha Marinho deixa transparecer a importância que a IURD tem como referência para a mediatização do campo religioso pentecostal, sobretudo no que tange ao fortalecimento que a mídia proporciona em termos de poder corporativo e de visão política e estratégica - marcas indelévels do bispo Edir Macedo, que ampliou sua influência política e religiosa com a expansão do espaço midiático da IURD para todo o território nacional, através da compra da Rede Record de TV em 1989 e da criação ulterior de outros canais de TV¹⁵⁸. Segundo Marinho:

*“Então, de algum tempo pra cá, as lideranças evangélicas começaram a ver uma oportunidade de divulgar a mensagem. Eu sou membro da Assembléia de Deus, e a Assembléia de Deus tem culpa, errou em não ter, digamos, buscado a conquista, a compra, né, ou a busca de uma concessão de um canal nacional; hoje, pra fazer um programa tem que pagar, tem que alugar um espaço de uma TV; já, por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus, o Edir Macedo foi um cara extremamente estratégico, inteligente com relação a isso aí, e a Record, Record News, Record não sei o quê, hoje tem muitos canais aí estão usando de forma... né? Então, a mídia, para esses cristãos, vamos dizer aí, mais atuantes, é uma forma de ocupar espaço, de levar mensagem, de estar presente, né?”*¹⁵⁹.

Este depoimento é sintomático. Graças ao capital religioso de que dispõe e às inversões dele através de seu modelo de gestão híbrido, patrimonialista e empresarial, a IURD é a religião que sintetiza atualmente o projeto missionário mais ambicioso, transcendendo os limites estritos de seu

¹⁵⁷ Fonte: Relatório ISER/ Fundação Ford, op. cit.

¹⁵⁸ Record News (antiga Rede Mulher) e Rede Família são os outros dois canais de televisão de propriedade do bispo Edir Macedo.

¹⁵⁹ Idem.

campo original de atuação. A aquisição da Rede Record, por exemplo, significou à igreja sair da mera condição de notícia para a de produtora de notícia. Impressiona o fato de uma igreja neopentecostal ter um canal de televisão e poder, conseqüentemente, definir as linhas gerais de sua programação. A condição de locatários de alguns horários restringiria, por exemplo, uma possível autodefesa em relação aos escândalos nos quais religiosos da IURD encontram-se envolvidos, principalmente os da “bancada evangélica” ¹⁶⁰. Com a concessão do Estado, a IURD pôde participar desta arena pública, de dimensão nacional, formada pela mídia eletrônica. Com um dos maiores índices de audiência, em média, do país, a Rede Record pode ser usada pela IURD quantas vezes esta desejar para responder aos ataques contra si praticados por outros veículos de comunicação de grande circulação, entre eles a Rede Globo, sua maior adversária.

“A concessão para participar desta arena política [a mídia] de forma autônoma – possibilitada aos partidos políticos somente nos horários eleitorais gratuitos – colocou a Igreja Universal em um patamar distinto do restante dos evangélicos, ao poder realimentar, pela Rede Record, sua participação nas esferas do poder. Isto é, apesar de possuir quantidade menor em face de outras denominações evangélicas, a Igreja Universal tem condições de eleger proporcionalmente um número maior de vereadores e deputados graças à visibilidade alcançada por meio de um canal de televisão” ¹⁶¹.

A retroalimentação do circuito de poder político-burocrático-midiático engendrado pela IURD através da exploração mercantil de seu capital religioso fez com que a Rede Record de televisão recebesse, entre os anos de 2004 e 2006, cerca de 500 milhões de reais da IURD por meio da compra de horários

¹⁶⁰ Entre estes escândalos destaca-se a denúncia, feita por uma CPMI, de envolvimento de 14 parlamentares da IURD com o escândalo das sanguessugas, escândalo este que estourou em 2006 devido à descoberta de uma quadrilha formada por parlamentares que tinha como objetivo cobrar propinas para destinar verbas a diversas prefeituras para a compra de ambulâncias. Cf. MARIANO, R. & OLIVEIRA, R. E. S. O Senador e o Bispo: Marcelo Crivella e seu dilema Shakespeariano. In *Interações – Cultura e Comunidade*, v.5, nº6, 2009, p.88.

¹⁶¹ ALMEIDA, R. op. cit., p.137.

na madrugada a preços muito acima da realidade de mercado. Sem este aporte de recursos injetado permanentemente pela igreja, a Record não teria condições de produzir novelas, telejornais e programas de variedades que a guindaram aos píncaros da audiência nacional. De acordo com cálculos encomendados pelo jornal Folha de São Paulo a um especialista em custos de televisão, a Record de São Paulo oferecia um custo anual, em 2006, de R\$680 milhões. Neste mesmo ano, dos R\$950 milhões que a Record previa faturar, ela deveria desembolsar R\$256 milhões com comissões de agências de publicidade e repasses às suas afiliadas (eram 98 emissoras afiliadas naquele momento). Sem considerar o dinheiro da IURD, a Record teria um faturamento líquido naquele ano de R\$454 milhões. Como custava R\$680 milhões, teria um déficit de R\$ 226 milhões. Ou seja, os R\$240 milhões da IURD fizeram toda a diferença¹⁶².

Através da presença ostensiva que tem na TV de sinal aberto, a IURD consegue fazer mais do que lançar via satélite seu proselitismo e seus candidatos corporativos à disputa eleitoral; acima de tudo, a mídia é o *meio* através do qual a *weltanschauung* do *caput* religioso e ideológico da IURD realiza mediações com a experiência do cotidiano, estabelecendo aí uma disputa aberta com outras modalidades de inteligência e organização simbólica do real. Através da TV, a IURD preenche a programação diária com suas narrativas e dialoga com questões materiais sem as exigências da linguagem racional, coerente e articulada das instâncias políticas consagradas. Com a conquista de um espaço privilegiado na mídia, a IURD incorpora mais do que a sua metafísica à esfera pública, ascendendo à trama heterogênea dos complexos culturais que disputam, definem e organizam os espaços de ação dos indivíduos. Neste sentido, através da mídia, a IURD amplia sua força nos espaços institucionais do poder, além de dar visibilidade extramuros a seu estatuto ético, presente na Teologia da Prosperidade, que engendra uma *práxis* interpelando a existência concreta, real e historicamente determinada de indivíduos especificamente modernos, pobres, socialmente marginalizados, que organizam para si uma existência precária, nos interstícios da vida social,

¹⁶² Dízimo da Universal leva a Record à vice-liderança. Reportagem da Folha de São Paulo, de 04/06/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u61067.shtml>. Acesso em 02/02/2011.

mas que orbitam, reconhecem e concedem valor à existência moral do individualismo possessivo, do mundo competitivo e da sociedade de consumo vicejados nos templos e canais de telecomunicação da IURD.

Deslindando a práxis político-corporativa da IURD, nota-se que se encontra em processo de exaustão, nos dias de hoje, uma concepção ortodoxa de sujeitos políticos. Assim,

“a uma concepção substancialista das classes sociais, como entidades que repousam sobre si próprias, corresponde uma visão do conflito social como manifestação dos atributos dos atores. Assim, o processo político, em sentido estrito, não seria produtivo, nada geraria de substancialmente novo. Mesmo assim, as relações de poder, tal qual estão configuradas em cada formação social, não são mera expressão de atributos, e sim produto de conflitos concretos, batalhas travadas no campo econômico e no terreno do simbólico. Afinal, é nesse terreno que se articulam as interpelações a partir das quais os sujeitos e as identidades coletivas se constituem”¹⁶³.

Através do terreno da cultura, do poder simbólico na construção da práxis dos indivíduos e atores sociais no contexto do cotidiano e, acima de tudo, para além do circuito tradicional do poder, que se encontra esvaziado e carente de sentido e mobilização, a IURD assume o papel de intérprete legítima de um processo histórico sobre o qual os sujeitos se movimentam sem estar em busca de um *telos* (democrático, republicano, revolucionário, etc.), mas sim de uma alternativa, por vezes pragmática (sucesso profissional e financeiro, prestígio, ascensão social) por vezes existencial (alívio às aflições da mente, consolo e diretriz para enfrentar tribulações na sociabilidade familiar e comunitária), para lidar com um cenário político e social em cujo seio se esgotaram as soluções objetivas para as contradições da sociedade capitalista. Sem dúvida, trata-se da construção de uma nova hegemonia, posto que, apesar de todos os defeitos e vícios herdados de uma cultura política

¹⁶³ MARTIN-BARBERO. Modernidade e mediação de massa na América Latina. In **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, pp.286-287.

deontologicamente pouco substantiva, o poder da IURD não surge como imposição a partir de um exterior e sem sujeitos, mas como processo no qual uma classe de indivíduos hegemoniza, na medida em que representa interesses que também reconhecem como seus as classes subalternas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao dizer que a coruja de Minerva levanta vôo ao entardecer, o filósofo alemão Hegel postulou a imanência da História na conformação dos fenômenos sociais, os quais só podem vir a ser inteligíveis e, por conseguinte, passíveis de interpretação, *ex post facto*. Para a teoria social contemporânea, este axioma hegeliano tornou-se ponto de partida para a construção de uma ontologia social a partir do eixo que os processos históricos concretos conferem às transformações e mudanças desencadeadas pelas pressões inexoráveis impostas pela modernização capitalista em âmbito global.

Neste sentido, o fenômeno político no mundo contemporâneo corresponde à revelação singular da experiência humana na modernidade tardia, como o culminar de um processo histórico que consagrou a primazia do indivíduo - matizado em diversas formas expressivas e distintas possibilidades de ação, reprodução e transformação - na demarcação dos rumos das estruturas político-institucionais que medeiam as relações entre a sociedade, o Estado e as forças tecnológicas e econômico-materiais.

Neste complexo constituído pela intrincada relação entre dois entes ou estruturas distintas¹⁶⁴ – a sociedade e seus segmentos de classe, com seus respectivos subgrupos, subjetividades, valores, crenças, etc., e o universo sistêmico constituído, grosso modo, pelas estruturas técnico-científicas e informacionais, pelo mercado e o Estado -, o indivíduo emerge como sujeito a um só tempo agente e paciente, que é livre para eleger um caminho pessoal a seguir, mas que é sobredeterminado por circunstâncias posicionais (classe social e status de classe), sistêmicas (instituições em largo espectro, a ciência e os processos econômico-materiais) e por limites e efeitos imponderáveis da transformação modernizadora (crises ecológica e financeira, fundamentalismo e integrismo moral-religioso, violência e deterioração endêmica das formas de socialização, ameaças naturais e de guerras apocalípticas, etc.).

Buscando discutir a dimensão crítica das transformações deste fenômeno político contemporâneo no Brasil, este trabalho partiu dos

¹⁶⁴ Mobiliza-se aqui os conceitos de “mundo da vida” e “sistema” desenvolvidos por Jürgen Habermas (1992).

pressupostos do pluralismo democrático schumpeteriano e das teorias *rational choice* para investigar por que esta corrente hegemônica de pensamento e ação nas sociedades políticas ocidentais vem se esterilizando como ferramenta heurística diante do crescimento expressivo de processos, atores e novos sujeitos que passaram a orbitar a esfera pública nas décadas recentes. No caso específico do Brasil, em cujo seio permanece a mácula de um Estado republicano desenvolvimentista que retardou o processo de construção do campo dos direitos universais de cidadania, intentou-se investigar uma parcela destes novos sujeitos (a religião, e mais especificamente o neopentecostalismo da IURD) que está a internalizar a formação/consolidação de um liberalismo democrático recente na história republicana brasileira e coetâneo aos abalos estruturais - infligidos pela globalização e pela ascensão de um novo regime de acumulação capitalista - dos pressupostos do capitalismo democrático do pós II Guerra Mundial.

Dentro deste cenário, portanto, a IURD mostra sua relevância, pois tem oferecido direção e sentido pragmático/existencial para um conjunto populacional socialmente marginalizado e debilmente articulado com as instituições políticas democráticas, aos quais o condão da proteção contra os riscos e ambivalências de uma nova etapa da modernidade - que exorta os indivíduos para a convivência constante com o risco e a incerteza - é decorrente de uma matriz moral e religiosa, de forte pendor voluntarista, que preenche os espaços vazios deixados pela baixa intensidade protetora do Estado e pelo debilitamento do universalismo de direitos.

Isto posto, o discurso e a práxis da IURD foram concebidos neste trabalho como um matiz do crescente individualismo cultural do mundo contemporâneo, que, como já dito no primeiro capítulo, se apóia peculiarmente na adaptação plena à semântica predominante do indivíduo privatista - sequioso de prosperidade, confiança, afeto, controle existencial, etc., mas que não se deixa penetrar pelos problemas que não lhe dizem respeito e que, portanto, se recusa ao envolvimento com a coletividade.

Mobilizando o conceito de modernidade periférica cunhado por Jessé de Souza, este trabalho procurou subsumir a lógica da modernização capitalista recente aos elementos deletérios desta transformação nas esferas política e

cultural do Brasil. Dentro deste cadinho, tornou-se possível analisar os componentes que permitiram a alavancagem da política em registro moral e religioso, em detrimento de categorias eminentemente políticas, dentro do Estado moderno e da esfera pública brasileiros.

Assim sendo, frente aos desafios que a modernização capitalista impõe às condições de estruturação da política na contemporaneidade, a IURD vem demonstrando sua força e seu bem-sucedido processo de inserção na esfera pública brasileira, uma vez que expressa elementos típicos desta modernidade periférica.

Através do insólito capital religioso de que dispõe, esta igreja ressignifica o ideal de indivíduo como único responsável por sua sorte, estabelecendo uma peculiar versão do *self-made man* a partir de liturgias que desafiam os fiéis a alcançarem prosperidade material por meio de sucessivas emulações espirituais e ofertas constantes e cada vez mais robustas de dízimo, sem sequer tangenciar a ética do trabalho como instrumento de mobilidade social de cunho individualista, tão presente no ascetismo religioso do protestantismo histórico.

Outrossim, esta igreja fala a um fiel mais passivo, que pertence a estratos da população com elevados déficits materiais e simbólicos (altas taxas de desemprego/subemprego, baixos níveis de renda e escolarização, além de pouco – ou nenhum – recurso ou experiência político-organizatória) e que, portanto, está disponível para ser resgatado pelo discurso salvífico religioso. Para arregimentar estes fiéis, a IURD vem construindo e aperfeiçoando o uso de sua estrutura organizacional moderna e empreendedora, capaz de articular de maneira eficiente suas máquinas administrativa, política e eclesial.

Por conseguinte, além de socializados ritualisticamente como consortes nas carências, problemas e anseios vicejados, os fiéis da IURD são internalizados em uma esfera pública religiosa que possui uma estrutura administrativa centralizada, autoritária e organizada numa hierarquia eclesial formada por obreiros, pastores e bispos – com nítida inspiração no modelo corporativista ultramontano que influenciou os processos de modernização do Estado e de diversas outras instituições no país. Dentro desta estrutura, a IURD orienta verticalmente seus religiosos e fiéis inculcando-lhes confiança no

funcionamento das leis naturais do mercado e auto-confiança para operar os mecanismos subjacentes a esta lógica.

Outro aspecto relevante a respeito da estrutura organizacional da IURD é sua presença no campo midiático, sobretudo por possuir trânsito permanente em canais de televisão aberta e, mais ainda, por possuir, através de seus bispos mais importantes, os controles financeiro, estratégico e das diretrizes institucionais de uma das mais influentes redes de televisão do país, a Rede Record, com a qual transfere sua *weltanschauung* para a trama dos interesses políticos e simbólico-culturais da vida cotidiana, expandindo, assim, sua força e capacidade de influência para uma tessitura social e institucional mais ampla, incluídos aí o mercado e o Estado.

No campo das instituições políticas foi possível constatar que a atuação da IURD, através de seus parlamentares (normalmente bispos e pastores com grande exposição na mídia institucional da IURD e escolhidos pela alta cúpula administrativa da igreja para concorrer a cargos eletivos), não construiu uma identidade que ultrapasse o espectro religioso. Isto fica patente no tocante ao corporativismo evangélico – endossado pelos parlamentares da IURD - nas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Congresso nacional; na heterogeneidade de agendas legislativas de cada um dos parlamentares da IURD inventariados; na canalização, em caráter instrumental, da representação político-parlamentar da IURD em torno do Partido Republicano Brasileiro (PRB); e, sobretudo, no vácuo programático-ideológico refletido nos propósitos de grandeza corporativa/organizacional da IURD face às frágeis condições político-sociais de uma parcela considerável da sociedade civil desorganizada que adere à sua liturgia e endossa seus mecanismos de atuação nas estruturas de mercado e no Estado.

Em resumo, a IURD captura, através de uma práxis religiosa que transcende os liames de um gnosticismo esotérico, elementos que a conectam com o processo de subjetivação do fenômeno político contemporâneo: conferindo direção de sentido ao *homem modulado*; radicando sua presença no campo midiático e, num sentido mais amplo, numa cultura audiovisual cada vez mais intensa que conforma uma esfera pública emergente¹⁶⁵; fazendo o jogo da

¹⁶⁵ Cf. SARTORI, G. *Homo Videns: Televisão e Pós-Pensamento*. Lisboa: Terramar, 2000.

subpolítica na trama dos complexos infra-estruturais que fugiram paulatinamente ao domínio superestrutural do Estado; internalizando a ética do “regime de projetos” em oposição à declinante ética do trabalho que controlava as energias de uma sociedade salarial atualmente em crise; e, o que é mais importante, fazendo tudo isso em sintonia com a lógica da modernização periférica brasileira - que combina atraso e moderno -, ao sustentar uma cultura organizacional e política autoritária que contribui para a deterioração de uma cidadania política bem compreendida que possa alargar o alcance e o campo dos direitos através da participação e do controle democráticos da sociedade sobre o Estado.

Percebe-se, a partir de todos os dados coligidos e operacionalizados neste trabalho, o que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de híbrido institucional brasileiro¹⁶⁶, que se traduz numa modalidade de democracia peculiar em que a esfera poliárquica se sobrepõe a grandes vazios institucionais, nos quais o que prevalece é a ausência de direitos e a impossibilidade de acesso às estruturas da ordem legal, reduzindo-se drasticamente as condições de exercício da cidadania. O quadro resultante deste processo, qual seja, a retração extrema da esfera pública, desloca os indivíduos socialmente vulnerabilizados para o auge do privatismo, em que arranjos tradicionais travestidos de novos, no caso em tela a religião, fundam pactos corporativos que, não obstante competitivos, pautam-se pelo princípio da subsidiaridade, nos quais prevalece a máxima de que a instância mais próxima do indivíduo necessitado é que deve procurar auxiliá-lo. No caso da Teologia da Prosperidade da IURD, um indivíduo narcísico e hedonista, sua fé e Deus são as ferramentas necessárias – e suficientes – para a superação de todas as contradições, ambivalências e riscos da socialização no mundo contemporâneo.

¹⁶⁶ Cf. DINIZ, E. O pós-consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: DINIZ, E. (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.40.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALMEIDA, R.; MONTEIRO, P. Trânsito religioso no Brasil. *In São Paulo em Perspectiva* 15 (3), 2001.

ALMEIDA, R. *A Igreja Universal e seus demônios. Um estudo etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

BAPTISTA, S. *Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: A presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, março/2007.

BAUMAN, Z. *Em busca de uma perspectiva*. *In Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BECK, U. *A reinvencão da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. *In* BECK, U. et alli. **Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. *In* *Magia e técnica, arte e política (Obras Escolhidas)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BENTHAM, J. *La psicologia Del hombre econômico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

BARBIERI JUNIOR, W. *A troca racional com Deus. A Teologia da Prosperidade praticada pela Igreja Universal do Reino de Deus analisada pela perspectiva da Teoria da Escolha Racional*. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

BOHN, S. R. *Evangélicos no Brasil. Perfil Socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. *In* *Opinião Pública*, Campinas, Vol. X, nº2, Outubro, 2004.

BORGES, T. D. P. *Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros*. *In* **Perspectivas**, São Paulo, v.35, pp.149-171, jan/jun. 2009.

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. *Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação*. *In* **Perspectivas**, São Paulo, 2005.

BOURDIEU, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In MICELI, S. (org.). **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. In **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº2, 2005.

CAMPOS, L. S. Cultura, liderança e recrutamento em organizações religiosas – o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. In *Organizações em Contexto*, ano 2, nº3, junho 2006.

CORADINI, O. L. “Em nome de quem”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

CARDOSO, F. H. Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo: Difel, 1964.

_____. A questão da democracia. In **Debate e Crítica**. São Paulo: julho-dezembro de 1974.

_____. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In Alfred Stepan (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

DAHL, R. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

D’EPINAY, C. L. **O refúgio das massas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DINIZ, E. O pós-consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: DINIZ, E. (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FERNANDES, F. Revolução burguesa e capitalismo dependente. In **Debate e Crítica**. São Paulo: julho-dezembro de 1973.

_____. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FIGUEIREDO, A. M. C. Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FILHO, R. B. As linguagens da democracia. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol.23, nº67, pp.15-38.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, A. Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo. In **Política, Sociologia e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GUIBERNAU, M. Nacionalismo, Racismo e Fascismo. *In* **Nacionalismos. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

_____. Teoría de la acción comunicativa, II. Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus Ediciones, 1992.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HIRSCH, P. 'Dirty Hands' versus 'Clean Models': Is Sociology in Danger of Being Seduced by Economics? *In* *Theory and Society*, v.16, nº3, May 1987, pp.317-336, 1987.

HIRSCHMAN, A. Saída, Voz e Lealdade. Reações ao declínio de firmas, organizações e Estados. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a teoria social da *realphilosophie* de Jena. *In* **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOUTART, F. A crítica pós-moderna da religião. *In* **Mercado e Religião**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *In* **Viver em Risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAHUERTA, M. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. *In* *Estudos de Sociologia*. São Paulo: 10, 2001.

_____. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *In* **Perspectivas**, São Paulo, nº28, 2005.

LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República (Uma interpretação). *In* FAUSTO, B. (direção). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano III (2. Sociedade e Instituições – 1889-1930)**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel (29 ed.), 1978.

LASCH, C. O mínimo eu. Sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 5ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

LÉONARD, E. O protestantismo brasileiro. São Paulo: ASTE, 1963.

LIMA, D. N. O. “Prosperidade” na década de 1990: Etnografia do Compromisso de Trabalho entre Deus e o Fiel da Igreja Universal do Reino de Deus. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 1, 2008.

LIPSET, S. M. O homem político. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967.

MARIANO, R. O futuro não será protestante. In **Ciências Sociais y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, set. 1999.

_____. A Teologia da Prosperidade. In *Neopentecostais. Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARIANO, R. & OLIVEIRA, R. E. S. O senador e o bispo: Marcelo Crivella e seu dilema shakespeariano. In **Interações – Cultura e Comunidade**, vol.5, nº6, 2009.

MARTIN-BARBERO. Modernidade e mediação de massa na América Latina. In **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MENDONÇA. A. G. Protestantismo brasileiro: uma breve interpretação histórica. In **Sociologia da Religião e Mudança Social. Católicos, Protestantes e Novos Movimentos Sociais no Brasil**. São Paulo: Paulos, 2004.

MICELLI, S. A transição do regime de padroado para um novo status político no regime republicano. In **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras: 2009.

MICHELS, R. Superioridade intelectual dos chefes profissionais, incompetência formal e real das massas. In **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982.

MOUFFE, C. The return of the political. London: Verso, 2005.

NORTH, D. Institutional change: a framework of analysis. In S. -E. SJÖSTRAND (Ed.). **Institutional change**. Armonk, New York: SSE – Studies in Socio-Economics, 1993

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o “welfare state” keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. In **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, F. O Ornitorrinco. *In Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

ORO, A. P. Organização eclesial e eficácia política. O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *In Civitas*, Porto Alegre, v.3, nº1, jun.2003.

_____. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *In RBCS*, vol.18, nº53, outubro/2003.

PAIVA, A. G. Católico, protestante, cidadão. Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

PEDDE, V. A percepção dos fiéis pentecostais quanto ao envolvimento de suas denominações na atividade política. *In Debates do NER*, Porto Alegre, ano 5, nº6, dezembro 2004.

PIERUCCI, A. F. “Bye, bye, Brasil” – O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *In Estudos Avançados* 18 (52), 2004.

SALLUM JR., B. No labirinto da crise. *In Labirintos – dos Gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, W G. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARTORI, G. *Homo Videns: Televisão e Pós-Pensamento*. Lisboa: Terramar, 2000.

SCHUMPETER, J. Socialismo e Democracia. *In Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCHWARTZMAN, S. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SIQUEIRA, D. Religiosidade contemporânea brasileira: estilos de vida e reflexividade. *In Sociedade e Cultura*, v.9, nº1, jan./jun 2006, pp.13-26.

SOARES, G. A. D. A democracia interrompida. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SORJ, B. Novas tendências do conflito social: entre a juridificação e a judicialização. *In A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOUZA, J. A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte–Rio de Janeiro: Ed. UFMG e IUPERJ, 2003.

SOUZA, M. C. C. Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

STRASSER, C. El futuro presente (epílogo). *In* **La vida em la sociedad contemporânea. Uma mirada política**. Buenos Aires: Fonda de Cultura Económica, 2002.

SWATOWISKI, C. W. Texto e contextos da fé: o discurso mediado de Edir Macedo. *In* **Religião e Sociedade** 27(1), 2007.

TORRES, R. O neopentecostalismo e o novo espírito o capitalismo na modernidade periférica. *In* **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, pp. 85-125, jul/dez 2007.

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. *In* **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, Revan, 1997.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. *In* **Novos Estudos**, nº53, 1999.

_____. A judicialização da política no Brasil. *In* VIANNA, L. W. et. al. *In* **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WEBER, M. Partidos e Organização Partidária. *In* **Economia e Sociedade (vol. II)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. Que transição é esta? *In* **Por que democracia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

WILLEMS, E. Followers of the New Faith: culture change and the rise of protestantism in Brazil and Chile. Nashville: Vanderbilt University Press, 1967.

ANEXO

Parlamentares Evangélicos (legislatura 2007-2011) e a criação de Projetos de Lei¹⁶⁷. (Destaque para os parlamentares que participam da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática –CCTCI).

| Nº | PARLAMENTARES | PART. | UF | Proposições mais recentes | Participação Em Comissões | BLOG ou site oficial | DENOMINAÇÕES E OBS |
|----|---------------------|-------|----|---|---|----------------------|---|
| 1 | Dep. Antonio Feijão | PSDB | AP | 24 proposições (emendas) 04 relator ZERO em mídia | CAINDR CMADS | | AD SUPLENTE desde 2008. Antes do PTC. Não atuou em mídia, mas prometeu em plenária que ia articular para conseguir ampliar a comunicação dos evangélicos no norte do país |
| 2 | Dep. Major Fábio | DEM | PB | 49 proposições | Titular: CTASP CSPCCO (segurança pública e combate ao crime organizado) Suplente: CCJ | | BATISTA |

¹⁶⁷ Fonte: Relatório ISER/ Fundação Ford, op. cit.

| | | | | | | | |
|---|---------------------------------------|------|----|---|--------------------------------|-----|--|
| 3 | Dep. Jurandir Juarez | PMDB | AP | | CDEIC, CLP, CRISE-CO, CEPIRATA | | AD |
| 4 | Dep. Geraldo Tenuta (Bispo GÊ Tenuta) | DEM | SP | | | | Coordenador Nacional da Marcha para Jesus |
| 5 | Dep. Pastor Pedro Ribeiro | PSDB | CE | | | | Capelão da FPE Presidente Adhonep AD |
| 6 | Dep. Pr. Takayama | PTB | PR | De 39 PLs: 6 sobre garantia de direitos na internet, 5 sobre religião, 8 sobre alteração no Código Penal, 1 sobre aborto, 1 sobre células tronco, 6 sobre Código de Trânsito, 4 sobre seguridade social, 1 saúde, etc | CJC | sim | AD |
| 7 | Dep. Leonardo Quintão | PMDB | MG | De 7 PLs: 2 educação, 2 Código de Trânsito, 1 políticas públicas, 1 alteração de | | | PRESBITERIANA |

| | | | | | | | |
|----|--------------------------------|------------|-----------|--|--------------|------------|-------------------------------|
| | | | | artigo, 1 concurso público | | | |
| 8 | <u>Dep. Arolde de Oliveira</u> | <u>DEM</u> | <u>RJ</u> | De 10 PLs: <u>2 religião,</u> <u>3 dto ambiental,</u> <u>1 deficientes,</u> <u>1 direitos humanos,</u> <u>1 previdência social,</u> <u>3 dto ambiental</u> | <u>CCTCI</u> | | |
| 9 | <u>Dep. Dr. Adilson Soares</u> | <u>PRB</u> | <u>RJ</u> | <u>1 PL sobre seguros</u> | <u>CCTCI</u> | <u>sim</u> | <u>INTERNACIONAL DA GRAÇA</u> |
| 10 | Dep. Davi Alves Silva Jr. | PRB | MA | De 6 PLs: 1 imposto, 1 saúde, 1 alteração Código Civil, 1 energia solar, 1 telefonia, 1 IPI | | sim | IURD |
| 11 | Dep. Suely Vidigal | PDT | ES | De 22 PLs: 4 saúde, 2 telefonia móvel, os demais em temas variados | CDHM | sim | BATISTA |
| 12 | Dep. Professor Victorio Galli | PMDB | MT | 15 PLs | CJ, CFC | sim | AD |

| | | | | | | | |
|----|--|------|----|--|--------|-----|---------------------|
| 13 | Dep. <u>Zequinha</u> <u>Marinho</u> | PMDB | PA | De 14 PLs: <u>3 sobre direito ambiental,</u> <u>2 saúde e demais temas</u> | CCTCI | | <u>AD</u> |
| 14 | Dep. Onyx Lorenzoni | DEM | RS | | CAPADR | | LUTERANA |
| 15 | Dep. George Hilton | PP | MG | 2 PLs Lei Geral das Religiões* | CCJC | sim | IURD |
| 16 | Dep. Roboson Rodvalho | DEM | DF | 27 PLs: 3 educação, 7 alteração de dispositivo de lei envolvendo competência e legitimidade de propositura de ação (civil e criminal), 2 sobre garantia e proteção à bens públicos e outros temas | CMADS | | SARA NOSSA TERRA |
| 17 | Dep. Lincon Portela | PR | MG | De 130 PLs – 11 mídia, 3 religião, 9 educação, 3 saúde, 9 alteração de dispositivo de lei, 4 código de | CDHM | sim | BATISTA |

| | | | | | | | |
|----|---------------------------|------------|-----------|---|--------------|-----|-------------|
| | | | | trânsito, 4 OAB, 3 imposto, 3 telefonia fixa, 3 ordem pública e demais temas variados | | | |
| 18 | <u>Dep. Paulo Roberto</u> | <u>PTB</u> | <u>RS</u> | <u>De 11 PLs:</u> <u>1 sobre religião, outros temas variados</u> | <u>CCTCI</u> | | <u>IURD</u> |
| 19 | Dep. Andrea Zito | PSDB | RJ | De 11 PLs: 4 sobre direitos trabalhistas, outros temas variados | CTASP | | BATISTA |
| 20 | Dep. Neilton Mulim | PR | RJ | De 64 PLs: 1 sobre isenção de imposto para igrejas, 3 saúde, 2 direito da criança e do adolescente e outros com temas variados | CEC | | BATISTA |
| 21 | Dep. Léo Vivas | PRB | RJ | De 5 PLs: temas variados | CFFC | | IURD |
| 22 | Dep. Francisco Rossi | PMDB | SP | Não há proposições de | | sim | COMUNIDADE |

| | | | | | | | |
|----|------------------------------|------------|-----------|---|--------------|------------|-------------------------------|
| | | | | sua autoria | | | |
| 23 | Dep. Eduardo Cunha | PMDB | RJ | De 57 PLs: 6 sobre educação, 4 saúde, 1 telefonia; os demais obrem temas variados | CCJC | sim | SARAH NOSSA TERRA |
| 24 | Dep. Carlos Willian | PSL | MG | De 8 PLs: 1 educação, 1 telefonia e outros com temas variados | CFFC | | MARANATA |
| 25 | Dep. Íris de Araújo | PMDB | GO | De 7 PLs: temas variados | CREDN | sim | CRISTÃ EVANGÉLICA |
| 26 | <u>Dep. Silas Câmara</u> | <u>PSC</u> | <u>AM</u> | <u>De 31 PLs:</u> <u>5 religião,</u> <u>5 mídia,</u> <u>4 saúde,</u> <u>restante outros temas</u> | <u>CCTCI</u> | <u>sim</u> | <u>ASSEMBLÉIA DE DEUS</u> |
| 27 | <u>Dep. Jorge T. Mudalen</u> | <u>DEM</u> | <u>SP</u> | <u>De 20 PLs:</u> <u>temas variados</u> | <u>CCTCI</u> | <u>sim</u> | <u>INTERNACIONAL DA GRAÇA</u> |
| 28 | Dep. Neucimar Fraga | PR | ES | De 57 PLs: 6 saúde, 4 desarmamento, 1 religião e outros de | CCJC | | BATISTA |

| | | | | | | | |
|----|---------------------------|-----------|-----------|---|--------------|-----|---|
| | | | | temas variados | | | |
| 29 | Dep. Fátima Pelaes | PMDB | AP | De 12 PLs: temas variados | PEC | sim | ASSEMBLÉIA DE DEUS |
| 30 | Dep. Henrique Afonso | PT | AC | De 18 PLs: 3 de povos indígenas, 2 saúde, 1 religião, 1 educação, 2 meio ambiente, outros de temas variados | CSSF | | PRESBITERIANA |
| 31 | <u>Dep. Nechar</u> | <u>PV</u> | <u>SP</u> | <u>De 11 PLs:</u> <u>3 sobre telefonia fixa,</u> <u>1 mídia, e outros de temas variados</u> | <u>CCTCI</u> | | <u>ASSEMBLÉIA DE DEUS</u> |
| 32 | Dep. Dr. Talmir Rodrigues | PV | SP | De 39 PLs: 3 sobre serviço de saúde, 2 religião, 1 mídia, 1 educação, e outros com temas variados | CSSF | sim | CATÓLICO (mas integrava a lista da FPE como aliado) |
| 33 | Dep. Marco Antonio | PRB | PE | De 2 PLs: 1 sobre educação | CFFC | sim | METODISTA |

| | | | | | | | |
|----|---------------------------------------|------------|-----------|---|-------------------------------------|-----|--|
| 34 | Dep. João Campos Pres. FPE | PSDB | GO | De 23 PLs: 2 sobre educação, 2 saúde, e outros com temas variados | CCJC | | AD |
| 35 | Dep. Dr. Antonio Cruz | PP | MS | De 2 PLs: 1 sobre defesa do consumidor | CDC | sim | AD |
| 36 | Dep. Jusmari de Oliveira | PR | BA | De 7 PLs: temas variados | CAPADR | | BATISTA |
| 37 | Dep. Bispo Antonio Bulhões | PMDB | SP | De 19 PLs: 4 alteram artigos de lei, 2 sobre saúde, 1 sobre educação | CSSF | | IURD |
| 38 | Dep. Pr. Mario de Oliveira | PSC | MG | De 5 PLs: 1 sobre educação | CMADS | | QUADRANGULAR |
| 39 | Dep. Chico Abreu | PR | GO | Não há proposições de sua autoria | CDU | sim | AD |
| 40 | <u>Dep. Bispo Manoel Ferreira</u> | <u>PTB</u> | <u>RJ</u> | <u>Não há</u> <u>proposições de</u> <u>sua autoria</u> <u>350 (238)</u> <u>EMENDAS E</u> <u>RELATORIAS</u> | <u>CCJ (JÁ FOI</u> <u>CCTCI)</u> | | <u>AD</u> <u>Foi condecorado</u> <u>com a Medalha</u> <u>Anchieta da</u> <u>Câmara Municipal</u> <u>de São Paulo; com</u> <u>a Medalha Pedro</u> <u>Ernesto da</u> <u>Câmara Municipal</u> <u>do Rio de Janeiro</u> <u>e com a Medalha</u> |

| | | | | | | | |
|----|------------------------|------|----|---|--------|--|--|
| | | | | <p>(112)</p> <p><u>24 MÍDIA</u> (liberação de outorgas)</p> <p><u>1 Ano Nacional</u> <u>Roberto</u> <u>Marinho em</u> <u>2003</u></p> <p><u>1 Proíbe</u> <u>serviços de</u> <u>sexo nos meios</u> <u>de</u> <u>comunicação</u> <u>social</u></p> <p><u>1 ordem do</u> <u>mérito das</u> <u>comunicações</u> <u>Jornalista</u> <u>Roberto</u> <u>Marinho</u></p> | | | <p><u>Tiradentes da</u> <u>Assembléia</u> <u>Legislativa do Rio</u> <u>de Janeiro e é</u> <u>comendador da</u> <u>Ordem</u> <u>Internacional de</u> <u>Jornalistas</u></p> |
| 41 | Dep. Jurandyr Loureiro | PAN | ES | <p>De 18 PLs:</p> <p>1 sobre religião,</p> <p>1 educação e outros com temas variados</p> | CVT | | AD |
| 42 | Dep. Natan Donadom | PMDB | RO | <p>Não há proposições de sua autoria</p> | CAINDR | | MARANATA |
| 43 | Dep. Lindomar Garçon | PV | RO | <p>De 3 PLs:</p> <p>1 sobre educação;</p> <p>1 sobre saúde</p> | CAINDR | | AD |
| 44 | Dep. Gilmar Machado | PT | MG | <p>De 24 PLs:</p> <p>2 sobre educação e demais com</p> | CTD | | BATISTA |

| | | | | | | | |
|----|--|-------------|-----------|--|--------------|-----|----------------------|
| | | | | temas variados | | | |
| 45 | <u>Dep. Missionário Flávio Bezerra</u> | <u>PMDB</u> | <u>CE</u> | <u>De 28 PLs:</u> <u>1 sobre saúde e outros com temas variados</u> | <u>CCTCI</u> | | <u>IURD</u> |
| 46 | <u>Dep. Walter Pinheiro</u> | <u>PT</u> | <u>BA</u> | <u>De 43 PLs:</u> <u>7 sobre mídia, 1 saúde;</u> <u>temas variados</u> | <u>CCTCI</u> | | <u>BATISTA</u> |
| 47 | Dep. Manato | PDT | ES | De 24 PLs: 1 educação temas variados | CFFC | sim | BATISTA |
| 48 | <u>Dep. Sabino Castelo Branco</u> | <u>PTB</u> | <u>AM</u> | <u>Não há proposições de sua autoria</u> | <u>CCTCI</u> | | <u>AD</u> |
| 49 | Dep. João Oliveira de Souza | DEM | TO | 2 PLs | CFFC | | AD |
| 50 | Dep. Geraldo Pudim | PMDB | RJ | 12 PLs temas variados | CCJ | | BATISTA |
| 51 | <u>Dep. Walter Brito Neto</u> | <u>PRB</u> | <u>PB</u> | <u>Não consta no site oficial da Câmara</u> | <u>CCTCI</u> | | <u>PRESBITERIANA</u> |
| 52 | Dep. Felipe Pereira | PSC | RJ | De 17 PLs: 2 educação temas variados | | | AD |
| 53 | Dep. Cleber Verde | PRB | MA | | | | AD |

| | | | | | | | |
|----|-------------------------|------------|-----------|---|---|------------|---|
| | | | | De 45 PLs: 4 seguridade social, 1 sobre mídia e 1 religião, temas variados | | | |
| | | | | | | | |
| | Senadores | | | | | | |
| 54 | <u>Marcelo Crivella</u> | <u>PRB</u> | <u>RJ</u> | 134 PLs no Senado Federal: 13 sobre direitos trabalhistas, 7 sobre educação, 2 mídia, 1 religião, temas variados | <u>CCTCI, CDH, CCJ</u> | <u>sim</u> | <u>IURD</u> <u>PL que determina a colocação em calendário oficial da MARCHA NACIONAL PARA JESUS – sancionado em 03/09/2009.</u> <u>A comemoração será sempre no primeiro sábado subsequente aos 60 dias após o domingo de Páscoa. Em 2010, por exemplo, será no dia 5 de Junho.</u> |
| 55 | <u>Magno Malta</u> | <u>PR</u> | <u>ES</u> | 43 PLs no Senado Federal: 1 mídia temas variados | <u>CCTCI, DCH, CR (comissão permanente do senado)</u> | <u>sim</u> | <u>PRESBITERIANA</u> |

Fontes: Secretaria da Frente Parlamentar em Brasília em 2008, www.camara.gov.br e www.senado.gov.br em 2009.